Instituto Federal Catarinense
Programa de Pós-Graduação em Educação
Campus Camboriú

MARIA HELENA NUNES ALMEIDA

O ACESSO DE MULHERES SURDAS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SANTA CATARINA: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA EMANCIPAÇÃO

Camboriú

2024

MARIA HELENA NUNES ALMEIDA

O ACESSO DE MULHERES SURDAS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SANTA CATARINA: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA EMANCIPAÇÃO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof.ª Liane Vizzotto, Doutora em Educação.

Camboriú

2024

FICHA CATALOGRÁFICA DISSERTAÇÃO

Almeida, Maria Helena Nunes.

A447a O acesso de mulheres surdas aos serviços públicos em Santa Catarina: políticas linguísticas para emancipação. / Maria Helena Nunes Almeida; orientadora Liane Vizzotto. -- Camboriú, 2024.

111 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) do Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, 2024.

Inclui referências.

1. Mulheres – Surdez. 2. Política Linguística. 3. Serviço Público.

4. Acessibilidade. I. Vizzotto, Liane. II. Instituto Federal Catarinense. Programa de Pós-graduação em Educação. III. Título

CDD: 371.912

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária

Shyrlei K. Jagielski Benkendorf - CRB 14/662

MARIA HELENA NUNES ALMEIDA

O ACESSO DE MULHERES SURDAS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SANTA CATARINA: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA EMANCIPAÇÃO

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação e aprovada em sua forma final pelo curso de Mestrado em Educação do Instituto Federal Catarinense – *Campus* Camboriú.

Camboriú (SC), 25 de novembro de 2024.

autenticação eletrônica na folha de assinaturas

Profa. Liane Vizzotto, Dra.

Orientadora e presidente da banca examinadora

Instituto Federal Catarinense

BANCA EXAMINADORA

autenticação eletrônica na folha de assinaturas

Profa. Tania Aparecida Martins, Dra.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

autenticação eletrônica na folha de assinaturas

Profa. Solange Aparecida Zotti, Dra.

Instituto Federal Catarinense

Camboriú

2024

DECLARAÇÃO Nº 29/2024 - CCPGE (11.01.03.47)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/11/2024 14:15)
LIANE VIZZOTTO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
PROEN/REIT (11.01.18.91)
Matrícula: ###052#3

(Assinado digitalmente em 28/11/2024 14:58)
SOLANGE APARECIDA ZOTTI
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CGE/CON (11.01.04.01.03.02)
Matrícula: ######8#5

(Assinado digitalmente em 28/11/2024 17:24)
TANIA APARECIDA MARTINS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.729-##

Vizualize o documento original em https://zig.ifc.edu.br/documentos/ informando seu número: ***29****, ano:* ***2024****, tipo:* ***DECLARAÇÃO****, data de emissão:* ***28/11/2024*** *e o código de verificação:* ***d9ccc923bb***

AGRADECIMENTOS

Passar por esse processo não foi nada fácil: altos e baixos, perdas, uma montanha russa de sentimentos. Por fim, para que isso acontecesse, foram muitas pessoas me apoiando para que, enfim, esse sonho se concretiza.

Agradeço imensamente à minha família por sempre me apoiar e acreditar em mim. À minha mãe e minhas irmãs que secaram minhas lágrimas e me fizeram rir nos momentos mais desafiadores.

Agradeço a meu marido Marco Antonio por todo apoio, carinho, compreensão pela minha ausência durante esse tempo que precisei me dedicar à pesquisa.

Agradeço imensamente à minha filha Cecília que, em algum momento da vida, irá ler esses agradecimentos e compreender o quanto eu sou grata por ser sua mãe. Todo dia ela me faz ser uma pessoa melhor e possibilita que eu compreenda o mundo de uma forma totalmente diferente; ela é meu tudo.

Agradeço a todos os meus amigos que acreditaram em mim e me apoiaram, principalmente a Fer e a Fran, que deixaram o processo mais leve. Foram muitos momentos de trocas, leituras, discussões, correções, apontamentos e, principalmente, apoio que foi muito além da amizade que construímos juntas durante esses anos.

Nunca poderei mensurar o tamanho da gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Liane Vizzotto, que acreditou em mim e escolheu me dar a mão quando resolvi que queria seguir por outro caminho. Foram muitos desafios, mas não faltou acolhimento e compreensão durante este processo. Uma orientação totalmente humanizada e generosa; sou muito grata e lhe admiro muito.

E um agradecimento especial para minha banca que tornou esse processo mais leve e acolhedor, contribuindo respeitosamente com o melhoramento desta dissertação e pesquisa. Seus olhares e correções foram de suma importância para que chegássemos a esta escrita final.

Este trabalho é dedicado a todo o povo surdo, em especial às Mulheres Surdas na qual tive a oportunidade de conhecer durante todo este processo de pesquisa, obrigada por compartilharem comigo suas histórias.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E LOCAL DE FALA

Lugar de fala – este foi um ponto no qual sempre me senti insegura na minha pesquisa. Foram muitas conversas com minha orientadora, ex-professores, colegas de profissão e amigos para compreender qual o meu papel neste estudo.

Sendo assim, a Maria Helena - esta que vocês irão conhecer durante a leitura – é uma mulher cisgênero, mãe, ouvinte e intérprete de libras que, porém, transita e vivencia a educação inclusiva desde a infância, tendo seu primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais aos 12 anos, mas que começou a se dedicar efetivamente a esse novo mundo em 2007. Nesses quase 20 anos, então, que é mais da metade de minha existência neste mundo, senti que precisava refletir sobre qual minha função social e de que forma poderia contribuir com essas pessoas que tanto me acolheram e ensinaram durante esses anos.

Mas qual a minha ligação com a comunidade surda e meu anseio em pesquisar sobre esse tema? Para compreender melhor, irei contar um pouco sobre a minha trajetória para chegar à problemática investigada nesta pesquisa.

Comecei a aprender língua de sinais desde muito pequena: com 12 anos de idade, ia com a minha mãe ao curso de Libras, pois não tinha com quem ficar em casa. No fim de cada dia, mesmo não prestando atenção na totalidade da aula, conseguia aprender e lembrar dos sinais mais do que minha mãe. Muitas participantes, mães e professoras, levavam também seus filhos às aulas pelo mesmo motivo da minha mãe, o que não se tornou um "problema", porém, mesmo assim, minha mãe optou por não frequentar. Ficamos, então, por pouco tempo.

Após algum tempo, aos 15 anos, comecei a fazer curso de Libras novamente, mas, nesse momento como aluna, estava disposta a aprender, com bastante interesse e muito apaixonada por toda aquela descoberta. Desde então, não me desliguei mais deste processo de conhecimento, busca e aprendizagem. Sempre fui aluna de escola pública e, durante toda a minha vida, ouvi meus pais falando que a única herança que deixariam para nós, eu e minhas irmãs, seria os estudos. Por esse motivo, sempre houve preocupação deles quanto a encontrarmos nosso caminho como profissionais, independentemente da área almejada.

Quando cheguei à 3ª série do Ensino Médio, já sabia qual seria meu caminho, afinal de contas eu já atuava como intérprete de Libras e não me enxergava em outra atividade além dessa. Essa escolha se deu não por falta de outras possibilidades, mas porque eu vivia aquilo desde muito pequena.

Foi, então, que iniciei minha formação acadêmica cursando pedagogia. Não era exatamente o que eu queria, contudo, dentro das minhas possibilidades e os cursos disponíveis

na minha cidade, era o que mais me aproximava da Libras, educação, formação do sujeito, processo de aprendizagem em primeira e em segunda língua. Então, cursei Pedagogia durante seis meses. Nesse meio tempo, foi aberto processo seletivo/vestibular para o curso de graduação em Letras Libras Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Inscrevi-me e entrei no curso, numa segunda turma. Havia um sentimento de medo, pois era um curso que estava iniciando, ou seja, o receio existia não só pelo fato de ser a segunda turma, mas também por ser o primeiro curso do Brasil a proporcionar a formação em Letras Libras Bacharelado cuja formação significava, e ainda significa, formar profissionais para atuar, especificamente, na área de tradução e interpretação de Libras nos diversos contextos sociais, o que, eu sabia, era oportunidade para fazer história.

O processo seletivo era especificamente para uma graduação cuja atuação seria em duas línguas. Por esse motivo, foi exigida proficiência a partir da aplicação do teste em Língua Brasileira de Sinais - Libras. A seleção foi rápida, tendo saído o resultado na mesma semana e, em menos de 15 dias, saí do meu emprego e me mudei para Florianópolis para, enfim, realizar meu sonho de ser Bacharela/Tradutora Intérprete de Libras.

Foram anos exaustivos os da graduação. Entretanto, ao final dos quatro anos, eu havia concluído o ciclo com muita glória. Isso porque, além dos conhecimentos adquiridos e agregados à minha profissão, consegui concluir um curso cuja turma começou com vinte alunos, mas, no final, apenas eu e uma colega termos colado grau. Isso só nos mostrou que teríamos mais uma longa jornada profissional pela frente.

O anseio de trabalhar com políticas públicas iniciou a partir do momento que comecei a compreender e refletir sobre o trabalho da minha mãe em relação a ela mesma como profissional e o impacto que tinha na comunidade escolar, já que seu esforço era intenso e notável: através de seu trabalho, buscava proporcionar um ensino de qualidade e com equidade aos alunos da educação especial. Em muitos momentos, minha mãe me levava ao trabalho para acompanhá-la e eu observava todos aqueles alunos, as dificuldades que enfrentavam, como barreiras sociais e educativas, perspectiva limitada da família e da escola mais ainda por ter que receber e atender os alunos com deficiência e outros também com necessidades educacionais especiais. Sendo assim, por meio de diversas experiências nossa família foi formando educadores, pesquisadores e, o mais importante, pessoas que acreditam que a educação é libertadora[1]; todos tendo em si o compromisso com a luta por uma educação mais justa e com

[1] Paulo Freire, patrono da Educação Brasileira, compreende que a educação deve estar relacionada a uma perspectiva libertária, crítica e conscientizadora. Ademais, postula que a educação é meio de desenvolvimento da

equidade.

Desde que me formei, em 2014, minha carga horária de trabalho esteve fixada em 60 horas semanais divididas entre atuar como intérprete de Libras e docente. A maior parte da minha atuação, se não a totalidade de minha experiência profissional, está na esfera educacional, principalmente na Educação de Surdos. Sou tradutora e intérprete desde 2009, já atuei em diversas esferas, como religiosa, educacional, artística e política. Na esfera educacional, estive nos diferentes níveis e etapas de ensino, isto é, já contribui com a acessibilidade linguística para alunos surdos do maternal ao ensino superior.

Quando comecei a atuar profissionalmente, primeiramente como intérprete e depois como docente, pude observar e refletir ainda mais em como ainda seria preciso caminharmos para chegarmos a uma educação de surdos que realmente atendesse e respeitasse a diferença linguística daquela comunidade. De que forma a acessibilidade linguística conseguiria impactar diretamente na vida das pessoas surdas e da sociedade, em geral? Historicamente, tínhamos dado um salto enorme quanto às políticas públicas no Brasil, mas o quanto eram efetivas e reais? Apesar de desde muito jovem estar envolvida com a comunidade surda, os seminários, as discussões, como também todas as situações que já vivenciei e presenciei me fizeram repensar em todo o processo social no qual vivemos e o quanto a falta de compreensão do outro faz com que as minorias linguísticas vivam à margem da sociedade, sobrevivendo com "migalhas" que a elas são oferecidas.

Após iniciar o mestrado e assistir algumas apresentações de seminários, percebi o quanto me inquietava a questão das barreiras linguísticas que as mulheres surdas tinham e que estão em práticas sociais e cotidianas, como ir ao médico, fazer a matrícula de um filho na creche, efetuar uma denúncia de agressão, entre outras necessidades que surgem no decorrer da vida.

Neste momento, lembrei-me de muitas situações que presenciei junto às pessoas surdas. Uma delas aconteceu em março de 2022, quando estava com meu carro estacionado e uma pessoa de moto entrou na mesma rua, porém na contramão; logo atrás veio um guarda de trânsito que, no momento da sua abordagem, utilizou a buzina com o intuito de que o indivíduo parasse sua moto, o que não ocorreu. Após insistir no recurso sonoro, que até então foi em vão, fez uma abordagem brusca, fechando o motociclista para que ele parasse. Fiquei analisando de longe aquela situação, foi quando o motociclista sinalizou ao guarda de trânsito que era surdo, por isso não havia parado. O guarda então continuou falando com ele, eu observando de longe

consciência crítica, no qual o sujeito consegue se ver enquanto cidadão de direitos. No qual o aluno consegue ver a escola enquanto espaço dialógico de direito. Educação como prática da Liberdade, Paulo Freire, 1967.

para conseguir compreender melhor a situação. Após analisar por um tempo, desci do carro e fui até os dois, sinalizei e falei que era intérprete de Libras, perguntando imediatamente em seguida se eu poderia interpretar, para que fosse possível entendimento entre os dois. Naquele momento, o surdo e o guarda ficaram aliviados, pois seria possível um compreender o outro. Fiquei aproximadamente 15 minutos envolvida com a situação, mediando e possibilitando a abordagem correta e humanizada.

Foi, então, que comecei a pesquisar mais sobre o assunto e achei uma reportagem que me fez sentir impotente e devastada; eu pensava somente no quanto tinham sido violados os direitos humanos daquela mulher surda. A reportagem dizia: “Mulheres com deficiência têm mais dificuldade para denunciar violência”. No final, após a vítima ter relatado que desconhecia sobre a Lei Maria da Penha, não haver intérprete no local de denúncia para intermediar o depoimento e dar um atendimento digno àquela mulher, foi colocado em seu boletim de ocorrência que ela era “incapaz de se comunicar”. Eu refletia frustrada e me questionava: quem era o incapaz naquela situação?

A partir disso, em conversa com a minha orientadora e muitas reflexões conjuntas, ela embarcou comigo nesta pesquisa, que visa compreender sobre políticas públicas vigentes que se aplicam à acessibilidade e políticas linguísticas para o povo surdo, especificamente às mulheres Surdas, considerando políticas que garantem acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança. Para isso, entrevistamos mulheres Surdas que moram em cidades pertencentes a AMFRI, como também identificamos e mapeamos documentos legais que asseguram o direito de acesso a esses serviços de forma acessível.

RESUMO

Vivemos em um país multilíngue, mas apesar de constitucionalmente termos a Língua Portuguesa como língua oficial, ainda há mais de 200 línguas em uso nas comunidades linguísticas originárias e na comunidade surda. Os surdos sempre estiveram na sociedade, porém, por mais de um século foram (são) socialmente invisíveis, tratados como incapazes, menosprezados, institucionalizados e excluídos, por muito tempo passivos de pena, não de cidadania. No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão apenas no ano de 2002, pela Lei n.º 10.436. No entanto, apesar da legitimação da língua, cultura e identidade do povo surdo, ainda são muitas as barreiras encontradas pela pessoa surda, passando em todos os âmbitos da sua vida, inclusive no acesso aos serviços públicos como saúde, educação e segurança. Quando se analisa essa situação a partir de um recorte de gênero, tudo fica mais delicado ainda. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar como as políticas linguísticas garantem o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança às mulheres Surdas. Para realização da coleta de dados empíricos, foram entrevistadas mulheres Surdas, acima de 18 anos, que utilizam a Libras como meio de comunicação e residem na região da AMFRI (Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí). Como protagonistas de suas próprias histórias, de modo que pudessem falar sobre suas experiências de acesso aos serviços públicos em Santa Catarina, as mulheres Surdas foram entrevistadas respeitando sua língua. A pesquisa tem como pressuposto teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético (Jesus, 2014; Rodriguez, 2014; Schlesener, 2016), baseando-se nos estudos linguísticos (Karnopp, 2006; Lagares, 2018; Quadros, 2007) que discorrem sobre linguagem e políticas linguísticas. A entrevista semiestruturada constituiu-se como instrumento de coleta de dados, juntamente com a análise documental. Por fim, buscou-se, a partir da pesquisa, problematizar as desigualdades sociais em decorrência da falta de acessibilidades linguísticas e atitudinais nos espaços públicos, refletindo como impactam no cotidiano da mulher surda. A pesquisa mostra que o Estado, que deve garantir que as leis sejam cumpridas, não a cumpre; apesar das legislações terem avançado, ainda não há garantia de que sejam tiradas do papel. Quanto às histórias contadas pelas mulheres Surdas, fica registrada a vontade de terem autonomia. Essa autonomia, porém, só será possível se os espaços forem verdadeiramente democráticos, levando em consideração a língua e a identidade dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulher surda; política linguística; acessibilidade; serviços públicos.

ABSTRACT

We live in a Brazil of many languages. Although we constitutionally have Portuguese as our official one, there are more than two hundred languages in use in the country and diverse linguistic communities, as, for example, the deaf community. Deaf people have always been part of society, in spite of not being socially seen and being treated as incapable; they were diminished, institutionalized, excluded, and, for a long time, considered worthy of pity, not citizenship. The Brazilian Sign Language (Libras) was recognized as a legal means of communication and expression only in 2002, through the Law 10.436. However, despite the legitimation of the deaf community's language, culture and identity, there are still many barriers met by deaf people, going through all areas of their lives, even the access to public services, such as health, education, and safety. When observed in a most meticulous way, one can notice in this big community the situation of deaf women, to whom rights were denied for a long time, not only as persons with a disability, but also as women. Therefore, this research aims at analyzing in which way the linguistic policies guarantee deaf women the access to public health, education, and safety services. For performing the research, deaf women over 18 years old — who use Libras as a means of communication and who live in the area of the AMFRI (Association of Municipalities of the Region of Foz do Rio Itajaí) — will be interviewed being placed as protagonists of their own stories. By means of semi-structured interviews, they will be able to talk about their experiences with access to public services in Santa Catarina. The research has the historical-dialectical materialism method as its theoretical-methodological approach and is based on linguistic studies that discuss language and linguistic policies. The semi-structured interview is established as the instrument for data collection, along with documentary analysis. Finally, it is sought, from this research, to problematize the social inequalities that arise from the lack of linguistic and attitudinal accessibility in public spaces and how they impact the daily lives of deaf women.

Keywords: deaf women; linguistic policy; accessibility; public services.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Levantamento quantitativo dos trabalhos a partir da definição dos descritores..... 18
Quadro 2 - Distribuição por nível de pós graduação..... 19
Quadro 3 - Recorrência das palavras-chaves nas pesquisas..... 19
Quadro 4 - Legislações..... 48
Quadro 5 - Os sujeitos das pesquisas..... 62

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**15**
2	**ESTADO DO CONHECIMENTO**	**18**
3	**O SUJEITO SURDO: HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE**	**24**
3.1	AS MULHERES SURDAS	31
3.2	O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS	37
4	**POR QUE É IMPORTANTE DISCUTIRMOS SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS?**	**42**
5	**PERCURSO DA PESQUISA**	**54**
5.1	PRINCÍPIOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS NORTEADORES	54
5.2	INSTRUMENTOS E PROCESSOS DE PESQUISA	56
5.3	SUJEITOS DA PESQUISA	59
5.4	QUESTÕES PARA A ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	63
6	**LEI FORA DO PAPEL: A REALIDADE DA MULHER SURDA**	**64**
6.1	QUEM SÃO ELAS?	68
6.2	A MULHER SURDA E A COMUNICAÇÃO FAMILIAR	69
6.3	A MULHER SURDA E A CONSTRUÇÃO DA SUA IDENTIDADE	72
6.4	A MULHER SURDA E O ACESSO À EDUCAÇÃO	74
6.5	A MULHER SURDA E O ACESSO À SAÚDE	80
6.6	A MULHER SURDA E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	84
6.7	A MULHER SURDA E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO	89
6.8	A MULHER SURDA E A MATERNIDADE	90
6.9	A MULHER SURDA E O EMPODERAMENTO FEMININO	92
7	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**94**
	REFERÊNCIAS	**97**
	APÊNDICE A - TCLE	**102**
	APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	**105**

1 INTRODUÇÃO

A particularidade linguística do Surdo[2] é vista pela sociedade como uma barreira, que interfere de modo direto na sua participação social, fomentando as estruturas de exploração capitalista e desigualdade. As marcas de pertencimento do sujeito estão intimamente ligadas à língua que usa, por exemplo, para nós brasileiros, essa ideia de pertencer cabe ao uso da língua portuguesa, é a língua que nos une. Mas para o Surdo, como, quanto e de que forma o uso e a regulação de uma língua pode interferir no seu amplo direito de ser visto e exercer seu papel enquanto cidadão?

Para esta pesquisa abordaremos de forma mais específica a mulher surda, com enfoque em três políticas públicas, as quais tem direito e deve ter acesso: saúde, educação e segurança. Enfatizamos a necessidade do atendimento à saúde para o acesso aos programas de atenção básica, campanhas de prevenção como por exemplo: de colo de útero, câncer de mama, como também pode vir a necessitar de atendimento pré-natal, e posteriormente um teste do pezinho no filho recém-nascido, pediatra, vacinas. Na educação, precisamos discutir sobre o acesso da mulher surda neste espaço, qual o nível de escolaridade dessas mulheres e como elas acessam a educação quando necessitam fazer e resolver situações relacionadas aos seus filhos. Abordaremos a segurança pública, uma vez que Santa Catarina é o estado com maior índice de feminicídio e violência contra mulher no país. Em matéria publicada em 08 de fevereiro de 2022 no ND+ Notícias, mostra que os feminicídios no estado subiram 300% em janeiro de 2022 se comparado ao mesmo período no ano de 2021. Desta forma, buscaremos analisar como as políticas linguísticas garantem o acesso a alguns serviços essenciais à condição da mulher surda na sociedade brasileira.

Sendo assim, o interesse desta pesquisa nasceu de um momento de indignação, e da necessidade de usar o espaço que hoje ocupo para promover discussões e reflexões que possam colaborar na garantia ao direito linguístico das mulheres surdas. Para tanto, diante do exposto, o objetivo desta pesquisa se constituiu em analisar as políticas linguísticas presentes em legislações federais e como elas se aplicam para o acesso das mulheres surdas nos serviços públicos de saúde, educação e segurança.

---

[2] Utilizaremos Surdo quando estamos nos referindo ao Povo Surdo e Surda quando estamos nos referindo especificamente sobre a mulher surda. Segundo Strobel (2009, p. 6), compreende-se como povo surdo “grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão”.

Mas por que saúde, educação e segurança? Como mencionado anteriormente, trabalharemos com esse tripé, pois entendemos que é a base mínima a ser oferecida ao cidadão para que consiga viver com dignidade. Mas será que para a mulher Surda, apenas o direito ao acesso a esses serviços, garante de fato o acesso e um atendimento digno? Para compreendermos todo este processo de como ocorre o acesso a esses espaços, além de localizar e caracterizar as legislações existentes, este projeto também analisará documentos oficiais e leis federais, estaduais e municipais que busca compreender como as legislações podem ou não garantir emancipação linguística às mulheres surdas. Nesta pesquisa nos dedicaremos em algumas de forma específica Lei n.º 10.436 (lei que regulamentou a Libras), Decreto n.º 5.626 (regulamenta a Lei 10.436 e dispõe sobre outros aspectos – educação, garantia de direitos e outras questões que envolvem as pessoas surdas, e Lei n.º 13.146 (lei de inclusão).

A fim de compreender de forma objetiva, nesta pesquisa as mulheres Surdas são protagonistas nas discussões sobre seus direitos, a fim de levantar como as barreiras comunicacionais influenciam na sua vida cotidiana. Por fim, buscaremos, a partir da pesquisa, problematizar as desigualdades sociais em decorrência da falta de acessibilidade linguística e atitudinais nos espaços públicos, e como as suas experiências impactam no seu cotidiano, e no acesso aos seus direitos garantidos na Constituição Brasileira, a partir das indagações: quais são as políticas linguísticas no Brasil e no estado de Santa Catarina? Como elas se aplicam nos espaços públicos para garantir o acesso da mulher surda aos serviços estatais? De que forma as políticas linguísticas podem contribuir e garantir direitos sociais e emancipação?

Para isso usamos como elemento norteador desta pesquisa alguns objetivos que elucidam aos leitores as metas que o pesquisador pretende alcançar, desenhando ao pesquisador e posteriormente ao leitor o caminho que foi percorrido para responder suas questões, as que foram pensadas estrategicamente como base para o desenvolvimento do trabalho e questões que podem vir a surgir no decorrer da pesquisa. Considerando as inquietações, o **objetivo geral** desta pesquisa é analisar como as políticas linguísticas garantem o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança às mulheres surdas.

Delimitamos como **objetivos específicos**: (i) identificar as políticas linguísticas federais e do estado de Santa Catarina; (ii) mapear e analisar documentos legais que viabilizam os direitos de acesso aos serviços públicos às mulheres surdas; (iii) discutir as políticas linguísticas enquanto garantia de acesso e emancipação das mulheres surdas no estado de Santa Catarina.

As indagações acima serão respondidas através dos capítulos, por isso este texto contará com seis capítulos mais as conclusões finais. Iniciaremos com a introdução e elencando os objetivos gerais e específicos da pesquisa. Depois faremos uma retomada histórica que

abordará sobre a história das pessoas surdas, das mulheres Surdas e do profissional intérprete de Libras, após este capítulo abordaremos a importância de pesquisar sobre políticas linguísticas. Para fazer um fechamento nesta primeira etapa da pesquisa, faremos um breve estado do conhecimento elencando as pesquisas que já foram desenvolvidas na mesma temática até o ano de 2022. A partir de então este texto contará a vocês todo o percurso da pesquisa – os princípios teóricos, os instrumentos de pesquisa, os sujeitos da pesquisa e algumas questões introdutórias em como a análise será organizada. No capítulo de análise, tem o intuito de desvendar a realidade da mulher surda, intitulado – a lei fora do papel: a realidade da mulher Surda. Este capítulo terá seis subtítulos que contemplará cada item desta pesquisa, também contará com referências e apêndices.

A pesquisa poderá servir como referência para as discussões que abrangem direitos linguísticos, acesso e garantia integral nos diferentes âmbitos sociais, permitindo assim, o debate para a criação de espaços acessíveis que busquem reduzir as condições de desigualdade, contribuindo com políticas futuras e que por isso, tem relevância social para a produção e socialização de conhecimento.

2 ESTADO DO CONHECIMENTO

A fim de compreendermos melhor as pesquisas já realizadas sobre o assunto que propusemos discutir, a saber, as políticas linguísticas e acessibilidade da mulher surda, foi realizado o estado do conhecimento[3]. As autoras Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) definem estado do conhecimento como identificação, registro e categorização de produções científicas com o objetivo de fazer reflexões e sínteses sobre determinada área, em um determinado período. O movimento de conhecer outras pesquisas colabora com o pesquisador para a produção de uma pesquisa de qualidade.

Para essa pesquisa foi utilizada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Os descritores utilizados para a pesquisa primeiramente foi "políticas linguísticas" AND "surdo", no período de 2002–2022, sendo a pesquisa realizada em agosto 2022. Este período foi estabelecido devido ao marco histórico da oficialização da Libras no Brasil em 2002, e 2022 por ser o marco de 20 anos da lei. Após essa primeira busca foi possível perceber que quase todos os trabalhos encontrados estavam relacionados ao campo da educação. Contudo, o objetivo é discutir sobre o acesso da mulher surda em todos os âmbitos, ou seja, na educação, saúde, segurança, entre outros, afinal de contas a pessoa surda enquanto pessoa cidadã, de direitos, está presente em todos os espaços. Neste sentido, uma segunda busca foi realizada utilizando os descritores "acessibilidade" AND "pessoa surda", no mesmo período, 2002-2022. Desta feita, podemos observar, no quadro abaixo, os resultados encontrados:

Quadro 1 - Levantamento quantitativo dos trabalhos a partir da definição dos descritores

"políticas linguísticas" AND "surdo" **2002 – 2022**	**"acessibilidade" AND "pessoa surda"** **2002 - 2022**
52 resultados	72 resultados
28 trabalhos selecionados	33 trabalhos selecionados
2007 -2021	2006- 2022

[3] Para fins de esclarecimento além das análises feitas neste trabalho com os dados obtidos do mapeamento das produções científicas, parte deste estudo já foi aprovado para apresentação e publicação em anais de eventos, são eles: "O acesso da mulher surda ao mercado de trabalho: políticas linguísticas enquanto possibilidade emancipadora" e "Estado do conhecimento sobre a acessibilidade da pessoa surda nas áreas do conhecimento - CAPES (2006-2022)". Como também fez parte do livro – Processos educativos e inclusivos nas políticas públicas de educação em diálogo com a América Latina, com o capítulo intitulado "Estado do conhecimento sobre políticas públicas e o acesso do sujeito surdo aos serviços públicos" (2023).

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Observamos que apesar do tempo de corte desta pesquisa ser o ano de 2002, as primeiras pesquisas que apareceram nesta busca foram a partir do ano de 2006, um tempo considerável se pensarmos na urgência em discutir sobre acessibilidade e garantia de direitos. Das pesquisas selecionadas a região que mais discutiu sobre o tema foi a região sudeste, enquanto o Sul, região que esta pesquisa se desenvolve, apenas 13 trabalhos foram encontrados.

Dentre os 61 trabalhos selecionados, podemos observar no quadro seguinte que a maioria das pesquisas foram produzidas em nível de mestrado acadêmico. As pesquisas sobre políticas linguísticas e acessibilidade da pessoa surda foram produzidos em 35 programas de pós-graduação diferentes. A seguir o quadro de distribuição por tipo/nível de pós-graduação:

Quadro 2 - Distribuição por nível de pós-graduação

Nível/formato de pós-graduação	**Quantidade**
Mestrado profissional	3
Mestrado acadêmico	43
Doutorado	16

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Outro aspecto que compreendemos ser relevante destacar aqui são as palavras-chave utilizadas nas pesquisas selecionadas. As palavras-chave em um trabalho científico são de suma importância, pois através delas podemos criar ferramentas de buscas para encontrar pesquisas que nos interessam. A partir de quatro descritores diferentes - “políticas linguísticas”, “surdo”, “acessibilidade” e “pessoa surda” -, identificamos 171 palavras diferentes. No quadro a seguir indicamos as palavras que tinham mais relação com o assunto desta pesquisa - políticas, educação, acessibilidade, surdez e língua.

Quadro 3 - Recorrência das palavras-chaves nas pesquisas

Palavras-chave	**Recorrência**
Políticas linguísticas	11
Políticas Educacionais	3
Política Educacional Inclusiva	1
Políticas Públicas	1
Educação de surdos	6

Educação Bilíngue/ Educação Bilíngue para Surdos/ Ensino Bilíngue	10
Bilinguismo/ Bilinguismo Bimodal	3
Educação	3
Ensino Profissional	1
Ensino Superior	3
Inclusão/ Inclusão de Surdos/ Inclusão Escolar e Social/ Educação Inclusiva	6
Acessibilidade	15
Libras/ Língua Brasileira de Sinais	18
Língua de Sinais	3
Linguagem de Sinais	2
Surdos/ Surdo	15
Deficiente auditivo	3
Pessoas com deficiência auditiva	2
Pessoas com restrições	1
Surdez	10
Status linguísticos	1
Diversidade linguística	1
Cultura	2
Cultura Surda	2
Interpretação comunitária	1
Documentos oficiais de política linguística	1
Mercado de trabalho/ Mercado de trabalho e deficientes	2
Qualificação profissional	1
Promoção da saúde	1
Acesso aos serviços de saúde	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Observamos no quadro acima a diversidade de palavras-chave utilizadas para discutir sobre um tema em comum e, apesar dos trabalhos abordarem políticas linguísticas e acessibilidade, nem todas as pesquisas utilizaram essas mesmas palavras. Podemos identificar também alguns equívocos, como por exemplo, a confusão entre os termos – língua e linguagem,

aparecendo dois trabalhos utilizando “linguagem de sinais”, termo que desconfigura a língua de sinais enquanto língua.

Quanto aos trabalhos que abordam a temática sobre saúde, encontramos palavras-chave como interpretação comunitária, promoção da saúde, acesso aos serviços de saúde. No que se refere às políticas e acessibilidade aos serviços públicos não foi encontrada nenhuma palavra que remetesse às discussões da temática.

Sobre às pesquisas em educação, realizadas em programas de pós-graduação em educação e educação especial foram encontradas 16 pesquisas (2013 - 2020). Muitas discutem sobre o acesso do surdo ao ensino superior, a acessibilidade em vestibulares e Enem. Neste contexto educacional, um dos trabalhos que chama atenção é do autor Luiz Renato Martins da Rocha que, no ano de 2015, pesquisou “O que dizem surdos e gestores sobre vestibulares em Libras para ingresso em Universidades Federais”, trabalho que consideramos importante detalhar aqui devido a importância do tema. Também o selecionamos, por Rocha considerar duas universidades da região sul, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

O primeiro ponto a destacar é que apesar do autor pesquisar em duas universidades, ele pontua que em outras universidades também existem a acessibilidade nos vestibulares, porém elas não ocorrem através de vídeos traduzidos como as universidades em destaque, mas sim de forma presencial, conforme a necessidade dos candidatos surdos. A forma que tradutor/ intérprete acompanha o candidato poderá variar desde a tradução inteira da prova, tradução de palavras soltas ou simplesmente só a interpretação das informações que são faladas para os outros candidatos ouvintes também.

Um dos pontos que me chamou atenção tem relação com a minha experiência profissional, pois eu já estive presente nestes dois contextos de aplicação de prova. A primeira experiência eu ainda era graduanda na UFSC e trabalhei como fiscal da sala (Laboratório de Informática) que se aplicava a prova para os candidatos surdos. Naquele ano (2013), foi a primeira vez que os surdos fizeram o vestibular naquele formato – tradução gravada de toda a prova. A segunda experiência, após anos de formada já foi atuando como tradutora/ intérprete de Libras em outra universidade. Nesta em questão o aluno surdo era colocado em uma sala individual com duas intérpretes e eram traduzidas questões que o candidato sinalizava alguma dúvida. Também tinha disponível pessoas de áreas específicas como das exatas, para tirar alguma dúvida dos intérpretes quanto ao entendimento da questão, para que houvesse mais clareza na hora da sinalização.

É importante ressaltar que ambas as universidades, segundo o autor, reconhecem e respeitam a singularidade da área, o que é levado em consideração tanto no momento da tradução da prova e, principalmente, na correção das redações. Fato que deve ser levado em consideração, pela carga histórica, política e educacional que cada candidato carrega em si. Se relembrarmos o início deste texto, são anos e anos de privação linguística, cultural e política. Métodos de ensino fracassados e, infelizmente, até hoje um ensino que não leva em consideração que sua primeira língua é visual-espacial, e que insistem em utilizar métodos fônicos para alfabetizar crianças surdas.

Ao encontro da minha experiência e as conclusões do autor, observamos que conforme citado anteriormente, devido a forma que vem sendo conduzida a educação de surdos na educação básica regular, o acesso e aprendizagem da Libras ainda não é algo que é levado em consideração na aprendizagem das crianças surdas, esta que deve ser a língua de instrução para a aprendizagem do português e outros conteúdos. Outro fator que precisamos considerar aqui é o fato de que dificilmente os familiares sabem Libras, o que se assemelha muito a realidade das entrevistadas nesta pesquisa, como poderemos ver mais para frente.

> Muitos surdos que participaram desta pesquisa tiveram aquisição tardia da linguagem, o que interfere em seu processo de aprendizado e, ao longo do desenvolvimento do sujeito isso implica em falhas nas construções conceituais. Outro fator relevante é que na grande maioria, os surdos têm lares não sinalizantes e, portanto, a base de construção dos conhecimentos espontâneos e científicos ficam aquém do desejado, diferentemente do que ocorre em lares em que se compartilha a mesma língua. Assim, muitos participantes sinalizam que a prova estava difícil, cansativa e que tiveram complicações com a escrita da redação. Acreditamos que isso se deva não tanto por problemas na prova, mas pela dificuldade em si de enfrentar um exame amplo e complexo, que busca aferir o conjunto de conhecimentos da Educação Básica (Rocha, 2015, p. 110).

Na conclusão, o autor expõe que para o surdo ter sucesso em vestibulares em Libras ele precisa, primeiramente, ter acesso ao conteúdo científico, ao conhecimento e conteúdo necessário para este tipo de prova, o que deveria ocorrer durante o processo de escolarização. Porém, apesar do custo alto para promover a acessibilidade nas provas, as universidades seguem com as políticas afirmativas, nas palavras do pesquisador: “se tal minoria não for atendida, continuará excluída das universidades brasileiras” (Rocha, 2015, p. 108)

O fato é que a educação é o pilar base para o acesso a outros contextos sociais, ao mercado de trabalho, a informação, entre outros. E se este já está fragilizado, de que forma o acesso aos outros espaços vem acontecendo? Acredito que no decorrer desta pesquisa e as entrevistas concedidas pelas mulheres Surdas, poderemos perceber como a falta de acesso afetam diretamente no seu cotidiano.

Segundo Almeida e Vizzotto (2023), os trabalhos que pesquisam sobre política linguística diferem em seu entendimento e conceito sobre o tema. Isso ocorre pela variedade de trabalhos encontrados que pesquisam campos fora da educação, afinal os surdos estão presente na sociedade em diferentes contextos. As autoras também colocam que democratizar o acesso implica em democratizar o conhecimento científico. O que acontece é que hoje esse conhecimento é repassado pela nossa língua oficial, a língua portuguesa, reafirmando o status de supervalorização da língua e a identidade nacionalista no Brasil.

A linguagem é essencial para qualquer ser humano, é através dela que o sujeito se constitui, quando falamos do sujeito surdo estamos falando da Língua Brasileira de Sinais, no entanto quando o poder público não leva em consideração as especificidades linguísticas destes sujeitos ele priva o mesmo de acessar o conhecimento, ficando o questionamento, de que forma é construído as práticas escolares para as pessoas surdas? Como estas pessoas acessam os saberes na escola e no seu dia a dia?

Por fim, os dados obtidos através do estado de conhecimento são de suma importância para compreendermos as pesquisas já realizadas, a abordagem na qual elas se encaixam e como elas podem e contribuem para futuras pesquisas. Os dados são riquíssimos e a partir deles podemos fazer diferentes análises e reflexões. Algumas serão usadas ao longo desta pesquisa para contribuir com novas reflexões e perspectivas.

O processo capítulo se atentará ao percurso desta pesquisa esclarecendo os princípios metodológicos, os sujeitos da pesquisa, instrumentos, coleta de dados, e o caminho das análises.

3 O SUJEITO SURDO: HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE

Neste capítulo abordaremos brevemente a história das pessoas surdas, contextualizando o cenário Europeu a partir de 1600, que foi palco para a publicação do primeiro livro que dissertava sobre educação de surdo, de autoria de Juan Pablo Bonet (Rocha, 2007). Seguindo essa linha de pensamento, a história nos levará até a chegada dos primeiros estudiosos no Brasil e abertura da primeira escola para surdos em nosso país no século XIX, para compreendermos e refletirmos como ela - a história, colabora para nos aproximarmos da discussão proposta nesta pesquisa, a mulher surda enquanto cidadã de direitos. Também, neste capítulo também falaremos sobre a mulher Surda e os desafios enfrentados na sociedade e sobre o profissional intérprete de língua de sinais, contextualizando sua história e o movimento para regulamentação da profissão no Brasil.

Ao analisar o processo histórico vivido até hoje pelas pessoas com deficiência, notamos que, na maior parte do tempo, foram consideradas pessoas invisíveis e pecadoras, foram exploradas em circos, exterminadas, jogadas em manicômios, entre outros sofrimentos a que foram submetidas. Para Gladis Perlin (2002, p. 21), "[...] os surdos sempre acompanharam a história. Não há como estabelecer em qual século surgiu o surdo", destarte, concluímos que os surdos sempre estiveram presentes no decorrer da história, pois foram considerados como pertencentes a uma "deficiência invisível.

> [...] a representação sobre o surdo na história vai, já no início, deixar a idéia do sujeito surdo em sua exclusão, estereótipo, depreciação. E não é por menos que a opressão do indivíduo surdo vem da opressão social, do domínio da racionalidade já existente, já colocada na História Antiga (Perlin, 2002, p. 20).

O surdo sempre foi visto como incapaz. Podemos ver essas construções das representações sociais do surdo durante o período da Grécia Antiga que, segundo Capovilla (2000) e seus estudos, filósofos como Aristóteles (IV A.C) acreditava que as pessoas cegas seriam mais educáveis do que as pessoas surdas, pois naquele momento histórico acreditava-se que todo o conhecimento e aprendizagem ocorresse por meio da audição. Nesse sentido, o surdo seria incapaz de desenvolver qualquer tipo de aprendizagem.

Sobre os direitos das pessoas surdas, segundo Perlin (2002 *apud* Skliar, 1997), os primeiros registros que mencionam sobre o assunto foram a partir do primeiro século depois de Cristo. Quinto Pedio, foi o primeiro surdo que conseguiu um documento que o concedia o direito às artes. Pedio fazia parte da nobreza romana, tornando-se a ser o primeiro surdo que passa a ser conhecido/reconhecido pelo seu nome de registro, porém mesmo ele sendo do seleto

grupo romano, o documento emitido para ele possibilitou desenvolver seu talento apenas na área artística, salientando que ele não poderia cursar outra carreira, no caso, o acesso à ciência não seria concedido.

É importante conhecermos sobre a história, e o percurso educacional do surdo, pois através desta retomada poderemos compreender as relações sociais nas quais o surdo foi ou está inserido culturalmente e as consequências deste processo atualmente.

> Sabemos que, no período de 2.000 a 1.500 a.C., não somente com os hebreus, mas também com os egípcios, os surdos eram protegidos por leis, mas até hoje não foram encontrados quaisquer registros nesse período sobre a sua educação. O que observamos é que o povo hebreu apresentava a surdez física como construto em que a "cultura mãe" não tinha qualquer significado cultural inerente ao surdo, mas tal significado era definido a partir de uma compreensão dada por esse povo quanto aos papéis desempenhados por eles. O grau de capacidade para realizar as tarefas determinava o grau de aptidão física. Notamos que o modelo de pertença comunitária estava presente, e o modelo médico não existia (Perlin, 2002, p. 23).

Ainda assim, no século XIV foi feita a primeira distinção entre surdez e mutismo por Rodolfo Agrícola, possibilitando novos olhares e possibilidades sobre a instrução de surdos (Perlin, 2002), a concepção de Agrícola impactou diretamente a vida das pessoas surdas, pois foi uma das primeiras percepções positivas que surgiram sobre a surdez, ele afirmava que a surdez não o impediria de aprender, e que as pessoas surdas conseguiriam se expressar de forma escrita. Mas apesar desta distinção o surdo ainda continuou vivendo à margem da sociedade até o século XV. Nesse período, não tinham direitos e eram vistos e considerados como uma pessoa primitiva, que não poderia ser educada (Goldfeld, 2002). Já no século XVI, o primeiro professor de surdos, reconhecido pela história, foi Pedro Ponce de Leon, na Espanha, um monge que foi incumbido à responsabilidade de ensinar alguns surdos da nobreza. Já no ano de 1620, há registros do primeiro livro que tratava sobre ensino de surdos, escrito por Juan Pablo Bonet. Segundo Goldfeld (2002), o livro foi intitulado *Reducion de las letres y arte para ensenar a hablar los mudos*, nele Bonet registrou sobre o alfabeto manual utilizado por Ponce de Leon. Sobre o método de ensino, segundo Perlin (2002), Bonet acreditava que o ambiente linguístico no qual o surdo estivesse inserido precisava ser um ambiente de muitas possibilidades linguísticas, defendia o uso do alfabeto manual, como também da escrita para ajudar no ensino da fala, o treinamento de ambas deveria iniciar precocemente, possibilitando ao surdo diferentes possibilidades de comunicação.

Seguindo a história, no ano de 1750, surge um importante nome na educação de surdos, Abade Charles Michel de L'Epée, na França. Registros mostram que L'Epée aprendeu

a língua de sinais com surdos que viviam nas ruas de Paris, e foi a partir deste contato que L'Epée criou um método de ensino que ficou conhecido como "Sistema de Signos Metódicos".

> (...) o que o abade L'Epée fez foi estudar a língua de sinais, verificando o que faltava para que pudesse se constituir em uma linguagem educacional semelhante à utilizada nas escolas daquele tempo. Além disso, na época de L'Epée, os surdos foram introduzindo palavras e sinais que se adaptassem aos conhecimentos que estavam sendo adquiridos (Perlin, 2002, p. 53).

Segundo Goldfeld (2002), foi na mesma época que L'Epée abriu sua casa para os surdos, transformando a mesma em uma escola pública. Em pouco tempo, mais de 70 surdos já frequentavam aquele espaço de ensino. Esse fato chama muito atenção, pois já havia a preocupação para que o surdo tivesse o acesso à educação, independente do seu nível social. Após o sucesso do seu método de ensino, "o currículo da escola para surdos, em Paris, passou a conter língua de sinais, religião, língua nacional e formação profissional." (Perlin, 2002, p. 37).

Samuel Heinecke também foi um nome que surgiu nos meados de 1750 na Alemanha, porém diferente de L'Epée, Samuel defendia o Oralismo enquanto filosofia educacional, rejeitando a língua de sinais e colocando, como princípio de ensino em sua escola, a escrita e a língua oral, que na percepção dele seria a melhor forma de integrar o surdo na comunidade geral (Goldfeld, 2002).

> As metodologias de L'Epée e Heinicke se confrontaram e foram submetidas à análise da comunidade científica. Os argumentos de L'Epée foram considerados mais fortes e, com isso, foram negados a Heinicke recursos para ampliação de seu instituto (Goldfeld, 2002, p. 29).

L'Epée foi o grande responsável pelo momento histórico que veio a seguir. A partir do século XVIII houve grande abertura sobre educação de surdos, novas escolas começam a ser fundadas na Europa e nos Estados Unidos, devido aos estudos e ao método que L'Epée utilizava para ensinar os surdos de Paris, escola que fundou no ano de 1755. Perlin (2002) coloca que as escolas que foram abertas com base no ensino de L'Epée começaram a usar as línguas de sinais nacionais, como também explorar novos recursos na educação de surdos.

Nesta mesma época no Brasil, segundo Rocha (2007), Huet professor surdo de Paris, demonstrou interesse em fundar uma escola de surdos no país, apresentando a Dom Pedro II, um relatório de interesse, segundo documentos Huet veio para o Brasil em 1852 e em sua carta de interesse para abertura da escola demonstrava saber da realidade Brasileira.

> No relatório entregue ao imperador, Huet apresentou duas propostas para que o governo ajudasse na criação do colégio, já que, segundo ele, a maioria dos surdos pertencia a família pobres e, portanto, sem condições de arcar com as despesas relativas à educação. Em uma, o colégio seria de propriedade livre (particular), com uma concessão de bolsas e alguma subvenção por parte do Império; em outra, as despesas totais seriam assumidas pelo Império (pública). Caberia ao imperador a decisão (Rocha, 2007, p. 28).

A escola iniciou seus trabalhos no ano de 1856, na concepção de escola privada, porém ainda sem sede própria, o que aconteceu definitivamente somente no ano de 1857 no Rio de Janeiro. Segundo Rocha (2007), os alunos deveriam ter entre sete e dezesseis anos e em virtude das características econômicas da época o ensino era focado nas aprendizagens sobre agricultura. As meninas também poderiam se matricular e ficariam aos cuidados da esposa de Huet, que além do ensino agrícola também tinham o compromisso de "organizar uma sociedade beneficente composta por senhoras notáveis" (Rocha, 2007).

> No documento denominado Mappa de Nº1 do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, assinado pelo diretor E. Huet, consta que até dia 1º de setembro de 1858 estavam matriculados 19 alunos, sendo 13 meninos e seis meninas. A distribuição por províncias era: 12 alunos oriundos do Rio de Janeiro, dois de Minas Gerais, um de São Paulo, um de Niterói e três irmãos, dois meninos e uma menina, de Barra Mansa. (Rocha, 2007, p. 32/34)

Outro nome de grande importância histórica foi do americano Thomas Hopkins Gallaudet. Após ir à Europa para conhecer um pouco mais sobre os métodos de ensino de educação de surdos, segundo Goldfeld (2002), Gallaudet, juntamente com um dos melhores alunos de L'Epée, Laurent Clerc, fundaram a primeira escola de surdos dos Estados Unidos, no ano de 1817. Posteriormente, no ano de 1864, foi fundada também a primeira universidade nacional para surdos, a Universidade Gallaudet, que ainda continua em funcionamento e é referência mundial. Houve um aumento na escolarização dos surdos no período que antecedeu ao Congresso de Milão (marco histórico que falaremos posteriormente), por volta de 1850 a língua de sinais se difundiu, começando a ser utilizada em escolas públicas dos Estados Unidos e Europa.

Com as novas perspectivas e o desenvolvimento de novas tecnologias outro grande nome surge na história, Alexandre Graham Bell, em meados de 1870. Diferentemente dos outros profissionais/professores que emergiram na necessidade e preocupação com o ensino dos surdos, Graham Bell apareceu como um grande defensor do método oral de ensino, criado pelo médico alemão Samuel Heinicke, que ganhou mais força e notoriedade a partir de 1860. "Diversos profissionais começaram a investir no aprendizado da língua oral pelos surdos, e

neste entusiasmo surgiu a ideia, de que a língua de sinais seria prejudicial para a aprendizagem da língua oral" (Goldfeld, 2002, p. 30). Essa percepção continua até hoje, acompanhada pelo discurso médico e da normalidade, no qual se vê o surdo pela "falta".

> O que predominou, no final do século XIX, foi o valor da palavra falada e da normalidade da pessoa ouvinte. O método pedagógico que usava a língua de sinais, naquela época, foi considerado inferior pelos ouvintes, isto é, como inadequado ao desenvolvimento da pessoa surda (Perlin, 2002, p. 37).

O oralismo marca a história dos surdos, marcas opressoras que ainda perpetuam atualmente. Foram negados ao surdo uma língua, uma identidade, sobressaindo o aspecto da normalização e das intervenções médicas para que o surdo se adaptasse em um sistema majoritário. Para Gesser (2009, p. 50), "oralizar é sinônimo de negação da língua dos surdos. É sinônimo de correção, de imposição de treinos exaustivos, repetitivos e mecânicos da fala".

> A oralização deixou marcas profundas na vida da maioria dos surdos. Pode-se dizer que a busca desenfreada pela recuperação da audição e promoção do desenvolvimento da fala vocalizada pelo surdo são objetos que se traduzir em vários sentimentos: desejo, dor, privação aprovação, opressão, discriminação e frustração. Essa história dos surdos é narrada em muitos capítulos, e todos os surdos têm um fato triste para relatar. Ela traz resquícios muito vivos dos traumas que alguns surdos viveram em tempos em que a língua de sinais foi violentamente banida e proibida (Gesser, 2009, p. 50).

A proibição da língua de sinais foi concretizada no Congresso de Milão, que ocorreu no ano de 1880. Graham Bell grande apoiador do evento "pregava que a surdez era uma aberração para a humanidade, pois perpetuava características genéticas negativas" (Gesser, 2009, p. 50). Foi então que a partir da perspectiva médica, normalizadora, o oralismo foi votado como a melhor filosofia de ensino para surdos, sendo que a partir daquele momento os surdos seriam proibidos de utilizar a língua de sinais como meio de comunicação também, segundo Gesser (2009), internatos, casamento entre surdos ou qualquer outra forma de contato entre seus pares deveriam ser proibidos. Essas estratégias de controle foram compreendidas como forma de prevenção, para que a raça humana fosse "salva".

> Na visão do Oralismo, o surdo é um deficiente que precisa a qualquer custo aprender uma língua que possibilite sua aceitação na comunidade geral. Essa visão acarretou (e ainda acarreta) muitos problemas em nível de auto-imagem para os surdos. Por um lado, os que conseguiram, por meio de muito esforço, dominar a língua oral e perceberam que esse domínio não garantiu necessariamente sua participação ativa na comunidade ouvinte, por apresentarem dificuldades na articulação da fala e, sobretudo, por terem crescido sem suporte linguístico necessário, tornaram-se, alguns deles, pessoas com sérios problemas cognitivos, sociais e emocionais. Por outro lado, os surdos que não tiveram sucesso na aquisição da língua oral são considerados e se consideram fracassados, incapazes e perdedores e acreditam que todos os problemas

> devem ser creditados ao fato de serem surdos e não saberem oralizar (Goldfeld, 2002, p. 97).

O espaço escolar e de aprendizagem de diferentes disciplinas foram substituídos por treinamento oral o que, segundo Goldfeld (2002), implicou em uma baixa na escolarização das pessoas surdas. No Brasil, os conflitos sobre a oralização e a sinalização não ocorreram de forma diferente do resto dos países europeus. A escola de surdos no Brasil, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos também seguiu a percepção mundial e adotou o oralismo em sala de aula, proibindo a língua de sinais oficialmente.

> [...] os surdos educados pela concepção oralista falam sobre os horrores e as perseguições que os surdos sofriam no uso desse método. No auge do oralismo, o uso da língua de sinais foi banido e proibido nos recintos tanto das instituições educativas ou da família como nas organizações de surdos. Os surdos eram submetidos, às vezes, a castigos pesados caso utilizassem a língua de sinais. Houve histórias de impedimento de contato pessoal entre surdos, repressões e outros. Até os dias de hoje, esses surdos continuam com estranhos receios. Também existem casos de surdos que se voltaram contra a própria língua de sinais considerando-a como não-motivadora da convivência social, além de outros estereótipos contra a sua própria língua (Perlin, 2002, p. 41)

Foi então que William Stokoe, no ano de 1960, publicou uma pesquisa comprovando a legitimidade da língua de sinais enquanto língua, que possuía características como as línguas orais. Stokoe abriu caminho para novos estudiosos, que acreditavam que, independentemente da aquisição da língua oral, era também necessário utilizar outros métodos para a comunicação, como língua de sinais, leitura labial, alfabeto manual, qualquer estratégia que possibilitasse a comunicação. Ainda, segundo a autora Perlin (2002), este novo método, que passa a predominar em diferentes países, inclusive no Brasil, passou a ser chamado de Comunicação Total.

A partir do momento que a língua de sinais foi vista e compreendida enquanto língua, reconhecimento que veio por meio dos estudos realizados por Stokoe (1970), outro método começou a ser discutido. Este processo histórico nos fez chegar na luta que temos hoje sobre educação de surdos, a educação bilíngue. Segundo Goldfeld (2002, p. 42), "para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez", isto é, se compreender enquanto comunidade, que tem uma cultura, identidade e língua própria.

A sociedade fere os direitos enquanto cidadão quando tem como objetivo realizar uma ação normalizadora, padronizadora e aceita pela sociedade, resgatamos dores, traumas, medos e outros sentimentos que surgem como efeito cascata para a comunidade surda. Para Gesser (2009) a obrigatoriedade de oralizar deixou marcas profundas no sujeito surdo.

> A comunidade surda passou a ser rejeitada porque insistia em manter a língua de sinais. A exigência de que as crianças surdas tivessem de aprender a falar oralmente começou a deixar suas marcas na personalidade e no desenvolvimento cognitivo e linguístico dessas pessoas. Isso daria espaço ao isolamento dos surdos. O isolamento social ocorreu em função da busca de espaço para a sobrevivência da língua de sinais. Para sobreviver, os surdos começaram a fundar as Associações e, através de um processo de socialização, protegiam a comunidade surda, evitando seus fracassos. Em 1893, por exemplo, na Dinamarca, os surdos fundaram uma associação com o objetivo de preservar a língua de sinais (Perlin, 2002, p. 49).

Foram quase 100 anos de oralização (1800 em diante), opressão e banimentos. No Brasil, neste mesmo tempo o INES funcionou com diferentes direções, mas sempre na mesma perspectiva – o oralismo, sendo influenciado pela concepção francesa da educação de surdos. Foi somente nos anos 1950 por influência de Gallaudet que o INES passou a visualizar novas possibilidades e ter como fundamento as percepções americanas sobre o ensino de surdos, dando visibilidade a língua de sinais. Segundo Rocha (2007), no ano de 1985 Lenita de Oliveira Viana foi indicada para a direção do INES, e após muitos anos a língua de sinais começa a ter espaço na escola (neste primeiro momento com a comunicação total) mas o fato da direção estar aberta a novas perspectivas trouxe aos alunos surdos um espaço de confiança e seguro para sua língua, cultura e identidade.

Cabe ressaltar aqui, embora a educação de surdos tenha iniciado por volta de 1620, às meninas Surdas não eram permitido o acesso à educação, e no Brasil não era diferente, segundo Rocha (2007) apesar de no início do século XIX a instituição ainda funcionar de forma mista, tendo meninos e meninas nas atividades, com a direção do Dr. Tobias passou a ser uns instituto apenas para meninos, as meninas que ainda se encontravam na escola foram enviadas para seus familiares ou abrigos após sua primeira menstruação. Cabe ressaltar que essas meninas que tiveram a oportunidade de frequentar a escola já eram alunas que tinham condições financeiras diferenciadas, no qual seus familiares conseguiam bancar financeiramente a mensalidade. Após todas as meninas retornarem aos seus lugares de origem, a única professora mulher – D. Amélia Emilia da Silva Santos, acaba sendo dispensada do seu trabalho. Dr. Tobias Leite, o diretor da época, continuou firme em sua posição, acreditando que as meninas Surdas deveriam ser educadas em casa, e que se atentassem a aprender a rotina doméstica – cozinhar e bordar. Segundo as pesquisas desenvolvidas por Rocha (2007), apenas nos anos 1930 as meninas passaram a frequentar novamente a escola.

Em Santa Catarina, segundo pesquisas desenvolvidas por Schmitt (2008), no ano de 1961 o professor Francisco Lima Júnior (presidente do Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina), articulou uma audiência com o governador Celso Ramos. Nesta reunião os surdos brigavam por um espaço físico para que fosse possível abrir uma escola destinada às pessoas

surdas do estado. O autor ainda afirma que 15 alunos (meninos e meninas) passaram a frequentar um espaço educacional instalado dentro da Escola Celso Ramos. O professor Francisco estruturou sua proposta pedagógica voltada para o ensino da língua de sinais, bem como a aprendizagem da língua portuguesa. Com a criação da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), em 1968, todos os atendimentos às pessoas com deficiência passaram a ser realizados no mesmo espaço. No ano de 1989, a política da Secretaria de Educação passa a ser a integração dos alunos no ensino regular, mas, "nesse movimento um número significativo de surdos não conseguiu acompanhar os conteúdos da escola regular, pela forma como estes eram repassados (Forma Oralista)" (Schmitt, 2008, p.130). Somente a partir de 1997 que inicia um movimento para capacitar professores, sendo oferecido aos mesmos cursos de Libras.

Por mais difícil que tenha sido, os surdos continuaram lutando para uma mudança efetiva de pensamento da sociedade majoritariamente ouvinte. No INES, por exemplo, o ano de 1993 foi considerado um marco histórico, pois os estudantes através do grêmio estudantil passaram a lutar incansavelmente pela utilização da língua de sinais em sala de aula, eles buscavam pelo reconhecimento linguístico (o que aconteceu no Brasil no ano de 2002) não só de forma legal, mas nas ações cotidianas da sociedade.

Por fim, quando falamos em mulheres surdas há, ainda, a falta de visibilidade e o apagamento da sua língua e cultura. Para Ribeiro (2017, p. 2), "é por meio deste silêncio que permanecemos carregando como verdade indiscutível uma história incompleta, distorcida e nem um pouco neutra: a história dos colonizadores, a perspectiva dos vencedores". Para que possamos ver uma mudança social é necessário pensarmos em políticas públicas efetivas, o que também iremos discutir no próximo tópico.

A história nos mostra as vicissitudes do movimento pelo reconhecimento do "sujeito surdo", cuja identidade por vezes, além de não ser respeitada, foi negada e refutada. O percurso ora apresentado, mostra que a sociedade mundial e brasileira, possui dívidas com as pessoas com deficiência, e no caso deste estudo, com a pessoa surda.

3.1 AS MULHERES SURDAS

Conforme abordamos anteriormente, quando falamos das participantes desta pesquisa, as mulheres Surdas fazem parte de dois grupos que sofrem opressão, a saber um por serem mulheres e outro por serem Surdas. Isso porque a sociedade, majoritariamente ouvinte, oprime

e perpetua uma relação de superioridade às demais culturas e línguas, como pudemos constatar a seção anterior.

Quando falamos de mulher Surda, estamos falando de um determinado grupo linguístico, o qual se comunica por meio de uma língua diferente da maioria (no caso do contexto linguístico brasileiro, a língua predominante é o português), entretanto essas mulheres utilizam a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação e identificação social, por isso elas se constituem enquanto uma minoria linguística, que busca e luta para que seus direitos sejam garantidos. Segundo Ribeiro (2017, p. 7),

> A mulher surda, pertencente a dois grupos com minorias de direitos, é duplamente oprimida. Ela é vista pelo senso comum como ‘’coitadinha’’ ou indefesa, de modo que a misoginia perpetuada na sociedade é somada ao ouvintismo, opressão sofrida pelos surdos em uma sociedade majoritariamente ouvinte. Dessa forma, envolta de tantas imagens de si, do que é ser surda, do que é ser mulher, vive duplamente a dificuldade de construir sua própria identidade e autonomia. É colocado em cheque seu entendimento, sua independência, sua capacidade de comunicar-se e relacionar-se socialmente, de indignar-se, de pensar e de viver normalmente. Cabe às militantes e aos militantes, assim como estudiosos, relacionar a liberdade existencialista com as amarras sociais presentes na vida de minorias, como as mulheres surdas. A liberdade ontologicamente está dada, porém, na vida real, no contexto social e histórico, ela está em constante formação para muitos e dando seus primeiros passos para outros.

Ainda, é preciso entender que a estrutura patriarcal na qual vivemos, deslegitima o papel da mulher na sociedade, a normalização da supremacia masculina é recorrente e perpetuada historicamente, não somente no país em que vivemos, como em todo o mundo. Ribeiro (2017) ainda coloca que a figura masculina, sempre em posição a ser vangloriada, é colocada em visibilidade para a mulher desde o início da sua vida, sendo exposta a contos de fadas, filmes e até mesmo em livros didáticos, o que leva, segundo a autora, o apagamento da mulher, passando ela a não ter referência de outras figuras femininas.

> As relações de gênero estampadas nos discursos filosóficos e científicos ao longo da trajetória histórica do ocidente revelam num mesmo movimento as mulheres inferiorizadas (atreladas à natureza, à intuição, à emoção), a razão tomada como novo termômetro social, cultural e histórico, das ditas sociedades civilizada e, por outro lado, as mulheres objetos de desejo, tornadas objetos de consumo. (LESSA, 2005, p.1).

Para compreendermos o quanto a estrutura social influencia e modifica a sociedade num todo, a tese de doutorado feita por Bacellar publicada no ano de 1926 pela Universidade de São Paulo, identificou que no estado de Minas Gerais, havia um asilo para moças surdas-mudas (como o próprio pesquisador utiliza o termo, algo comum para a época). Apesar de não ter tido a oportunidade de visitar o asilo presencialmente, obteve informações que o lugar era gerido

pelas freiras, recebendo pequeno subsídios do governo estadual. Anexo ao convento da cidade de Itajubá, com seis alunas, o ensino estava relacionado aos serviços domésticos, trabalhos manuais, não sendo oferecido a elas o ensino da leitura, escrita e da língua oral.

Apenas em 1827 as meninas passam a frequentar a escola, fato que se deu após a primeira Constituição Brasileira (1824), enquanto nosso país ainda vivia seu período monárquico. Antes de ingressar nas escolas as meninas aprendiam apenas deveres, no qual seu papel social se limitava ao propósito de suprir e atender o homem, o que não foi diferente com as meninas Surdas, como pudemos ver anteriormente, e não que isso tenha mudado de perspectiva ao entrarem na escola. Segundo Lessa (2005, p. 35), "[...] a dominação dos homens sobre as mulheres comporta uma análise sobre o poder e sobre a luta política pelo poder".

Neste tempo inicia-se também os movimentos feministas no Brasil (meados do século XIX) que, segundo França (2022), esses movimentos sociais têm por objetivo denunciar toda e qualquer prática sexista, como também a mobilização por uma equiparação dos direitos cívicos e políticos entre mulheres e homens, "ao se dedicar mais enfaticamente às mulheres, os movimentos feministas buscaram predominantemente, dar voz a esse grupo silenciado pela cultura patriarcal ainda que atravessado por contradições e conflitos" (França, 2022, p. 24). Analisar a história através do Feminismo Marxista, permite analisar num todo, desde as relações econômicas e de produção, e como se dá a dominação baseada pela divisão de trabalho. Ainda, segundo Lessa (2005), esta perspectiva possibilita que compreendamos como se dá a dominação masculina em seus diferentes contextos.

Neste contexto, cabe ressaltar que as mulheres conquistaram seu direito a voto apenas em 1932 após muita luta e movimentos. Cabe ressaltar que apesar da transição para República no ano de 1889, somente em 1891 a primeira Constituição republicada foi homologada, e quando tornada pública, o direito a voto era garantido apenas aos homens e com algumas restrições, para as mulheres foram 41 anos para que fosse garantido o direito ao voto.

Apesar da dominação masculina e as relações de poder sobre as mulheres durante toda a história, é importante destacarmos aqui algumas mulheres Surdas que marcaram sua época, enquanto referência na comunidade surda de luta, e novas perspectivas às mulheres Surdas.

Iniciaremos com a Ana Regina Souza e Campello - Fundadora da Feneis e militante ativa e incansável do movimento surdo. Mulher Surda maranhense, mas que com 6 meses de vida mudou para o Rio de Janeiro, fundou e foi presidente da Federação Nacional de Educação de Surdos – Feneis. No ano de 1981 formou-se em biblioteconomia e documentação, posteriormente em 1996 em Pedagogia, em 2008 concluiu seu Doutorado em Educação pela

Universidade Federal de Santa Catarina. Ana Regina é membro importante da comunidade surda, militante de inúmeras causas sociais, reconhecida por suas lutas por políticas públicas, educação de surdos e educação bilíngue.

Gladis Perlin, primeira doutora Surda do Brasil, reconhecida por seus estudos na área de estudos surdos. Nascida no rio Grande do Sul, em 1987 formou-se em Teologia, e posteriormente tornou-se doutora em educação, pesquisa sobre educação de surdos, identidade e cultura surda.

Outra importante mulher Surda é Karin Strobel, paranaense, nascida em Curitiba, estudou em escola de surdos, mas que utilizava como método de ensino o oralismo. Karin vivenciou a época no qual era proibida a língua sinais enquanto meio de instrução ao ensino de surdos, foi somente com 15 anos que começou a aprender Libras. Formou-se em pedagogia, e tornou-se em doutora em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2008. Defensora do movimento surdo, educação de surdos, identidade e cultura, Karin iniciou seu caminho profissional em associações de surdos, exercendo funções voluntariadas, como também conquistou seu espaço como secretária, conselheira e diretora social.

Referência para o povo surdo, Patrícia Luiza Rezzende, mineira, formada em pedagogia, fez seu doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina, defendendo sua tese intitulada - Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos no ano de 2010. Patrícia lutou e continua lutando por políticas públicas as pessoas surdas.

Ativista indígena Shirley Vilhalva, é pesquisadora Surda, Professora e pesquisadora das línguas de sinais indígenas, nascida no Mato Grosso do Sul, em 1984 tornou-se a primeira professora de surdos do seu estado, foi presidente da associação de surdos da região na qual morava, formou-se em pedagogia, e publicou vários livros. Posso ainda citar aqui muitas mulheres Surdas que fizeram e continuam fazendo história: Catharine Moreira, poeta slammer Surda; Sueli Ramalho - atriz, roteirista, escritora e professora; Thaisy Payo - Miss Mundo Surda 2013; Josiane Maria Poleski - capitã e jogadora da Seleção Feminina de futsal de Surdos, entre muitas outras que são referência para o Povo Surdo. A seguir uma imagem de algumas destas mulheres que foram citadas anteriormente.

Figura 2 – Mulheres Surdas referências do povo surdo

Fonte: Google imagens

No ano de 2016 duas dessas mulheres, Gladis Perlin e Shirley Vilhalva, participaram da Consulta Nacional de Políticas para as Mulheres com Deficiência, Ciganas e Indígenas, que ocorreu em Brasília, que tinha como tema principal "Mais direitos, participação e poder para as mulheres". Direcionadas a temática mulheres Surdas, foram instigadas a repensar sobre a situação na qual passam, os principais problemas encontrados por elas e quais elementos são necessários para que seja possível a promoção e o empoderamento. Para Perlin e Vilhalva (2016, p. 152)

> A visão de incapacidade, atribuída à mulher surda pela sociedade, prevalece inconsequente e está mais viva que nunca. Somos tidas como incapazes de cuidar de nossos filhos, dirigir nossas vidas, decidir os destinos dela, de nosso corpo, nossos objetivos, nos locomovermos etc. Os espaços da saúde são de maior conflito, uma vez que são marcados por cenas de mulheres que foram levadas a esterilização não consentida, que devem ser acompanhadas pela família durante exames ginecológicos, que são implantadas sem consentimento, sem esclarecimento.

O documento construído, "Mulher surda: política linguística nas políticas sociais", durante a IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres elencou diferentes anseios, problematizando ações e elementos necessários para um acesso digno e de qualidade, são eles: elementos para as políticas referentes a gênero e educação da mulher surda, elementos para políticas necessárias à saúde da mulher surda, elementos para políticas contra a violência à mulher surda, elementos para políticas necessárias à participação política, elementos para políticas referentes à construção de direitos e cidadania, elementos para políticas: ciência, cultura e comunicação.

As barreiras comunicacionais interferem diretamente na vida das mulheres surdas, essas que mesmo com as legislações vigentes não são amparadas pela lei, sendo que em muitos processos não recorrem, e não tem, a presença de intérprete para intermediar a comunicação durante os seus atendimentos.

> A linguagem é tida como a essência da comunicação e interação dos seres humanos. Por meio dela, somos capazes de compreender e nos posicionar no mundo em que vivemos, assumindo diferentes papéis na sociedade, por ela nos constituímos humanos (Albres; Oliveira, 2013, p. 39).

A falta de acessibilidade em espaços públicos como saúde e segurança pública, e a não presença de um profissional qualificado para intermediar com qualidade a comunicação entre os envolvidos é notória, familiares são indicados como intérpretes e exercem a função sem preparo profissional, preparação ou compreensão do ato da interpretação, função extremamente desafiadora. É importante ressaltarmos que as ações e os planejamentos devem ser realizados de forma conjunta em busca de garantir uma principal ação - garantia de direitos para as mulheres surdas!

Para Perlin e Vilhalva (2016), a perspectiva da incapacidade assombra a mulher surda que constantemente é a ela atribuída, não somente na perspectiva linguística, mas em todo âmbito que a compõe enquanto cidadã, mãe e todos os outros aspectos que permeiam sua vida social. A lei existe, reconhece a língua, mas não garante a essas mulheres os seus direitos enquanto cidadãs.

> A visão da incapacidade, atribuída à mulher surda pela sociedade, prevalece inconsequente e está mais viva que nunca. Somos tidas como incapazes de cuidar de nossos filhos, dirigir nossas vidas, decidir os destinos dela, de nosso corpo, nossos objetivos, nos locomovermos etc (Perlin; Vilhalva, 2016, p. 152).

Logo, são vítimas em diferentes espaços sociais, sendo muitos os relatos das mulheres surdas sobre a falta de acesso à informação, de acessibilidade nos espaços públicos que são garantidos por lei, segundo a Lei n.º 10.436/2002. Contudo, na prática a lei não se efetiva e as mulheres não são reconhecidas, deixando à margem da vulnerabilidade. É importante considerarmos que neste trabalho, estamos tratando de mulheres que utilizam uma língua diferente da língua majoritária para se comunicar. Que por vezes é vista como incapaz em diferentes meios e contextos sociais, desde os cuidados básicos com seus filhos, como também a ter uma profissão. A vulnerabilidade pela qual passam constantemente coloca-as em dificuldades diárias, devido à falta de acessibilidade ao acesso às informações conforme coloca

as autoras os relatos são muitos e se acumulam devido à falta de efetividade de políticas públicas.

> A falta de tradução para a língua de sinais acontece em diversos espaços, como na saúde, na educação, no trabalho, no espaço de segurança, enfim, na sua trajetória de vida. Assim sendo, os relatos são dramáticos: "eu não tenho intérprete quando estou... eu tenho que ir junto com minha mãe na consulta e ela sabe sobre minha doença, eu não sei nunca porque ela resume tudo que ouve", "o meu filho estuda na integração e, como mãe, não tenho intérprete nas reuniões, me sinto como peixe fora da água", "no aeroporto preciso solicitar acompanhamento, não há legenda", "no avião a tecnologia é moderna, mas os filmes não têm legenda", "o marido me batia no casamento anterior porque eu não o entendia", "como ligar para a delegacia da mulher, lá não tem intérprete, comunicação por vídeo, nada para nós que usamos libras" (Perlin; Vilhalva, 2016, p. 151).

De igual modo, nossa pesquisa entrevistou mulheres surdas, cujas histórias se cruzam com as narradas por Perlin e Vilhalva (2016). É visto que é recorrente a falta de acesso, e as barreiras encontradas diariamente pelas mulheres surdas, em todos os âmbitos da sua vida, impede-as de ter independência e autonomia para exercer os seus diferentes papéis sociais, sem depender de algum familiar. Conforme seguirmos na leitura desta pesquisa iremos perceber que assim como os depoimentos presentes na pesquisa de Perlin e Vilhalva (2016), as mulheres surdas entrevistadas também vivenciam experiências parecidas.

3.2 O TRADUTOR INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

Após entendermos um pouco sobre a história da comunidade surda, é importante também falarmos do profissional que acompanhou todos esses momentos históricos o - intérprete de língua de sinais. Mas antes de falarmos, especificamente sobre o intérprete de língua de sinais, vamos compreender historicamente como esses profissionais passam a exercer sua profissão, na história geral e no Brasil.

Segundo Oustinoff (2011, p. 12), "a primeira função da tradução é, então, de ordem prática: sem ela, a comunicação fica comprometida ou se torna impossível. Neste sentido Lacerda (2015) nos mostra que a primeira referência da atuação destes profissionais foi antes de Cristo, remetendo-se a um hieróglifo egípcio, a autora ainda coloca que ainda possui registros destes profissionais na antiga Grécia, Império Romano, e durante a Idade média consta que eram essenciais em encontros com diplomatas. Já na Idade Moderna, não poderia deixar de estarem presentes na tripulação nas viagens para a América. Um fato histórico interessante é a referência bíblica sobre línguas presente no livro de Gêneses – a Torre de Babel e o surgimento

de diferentes línguas que foram dispersadas ao mundo. Também é importante pensarmos que a tradução da bíblia nos mostrou que o acesso em outras línguas é essencial para se tornar possível a comunicação. Segundo Oustinoff (2011, p.12), "[...] o objeto do maior empreendimento de tradução na história: atualmente, a Bíblia está traduzida em 2.233 línguas. Nenhum outro texto de igual importância é enunciado em tantos idiomas".

Tanto o intérprete de línguas orais, quanto de língua de sinais é falarmos o momento exato que os profissionais começaram a atuar/ surgir na história. Segundo Pereira (2008, p. 138), "no caso das pessoas surdas, existem hipóteses de que a interpretação surgiu no meio familiar foi, aos poucos, se estendendo aos professores de crianças surdas e ao âmbito religioso". No Brasil não ocorreu de forma diferente. Para Quadros (2004), historicamente, o profissional foi se constituindo na medida em que os surdos também começaram a ganhar espaço social, a partir do momento que passam a ser vistos enquanto cidadãos de direito. A partir deste momento, os intérpretes começaram a exercer sua atividade ainda de forma voluntária, mas o que representou o começo para sua profissionalização. Os surdos começaram a participar de forma ativa nas discussões sociais, lutando por seus direitos, logo, na medida que o surdo começa a ganhar esses espaços o intérprete de língua de sinais também começa a exercer seu trabalho.

Outro fato importante colocado por Quadros (2004), é que a partir do reconhecimento da língua de sinais, enquanto língua, reconhecimento cultural e a oficialização da língua de sinais em cada país, os direitos linguísticos passam a ser assegurados e as instituições necessitam se adaptar para garantir o acesso aos cidadãos surdos. Porém, aqui no Brasil, enquanto a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida no ano de 2002, somente no ano de 2010 foi reconhecido legalmente o exercício da profissão do tradutor e intérprete de Libras. Apesar do Decreto n.º 5.626/2005, em seu capítulo V, discorrer sobre o profissional e sua formação, o reconhecimento por meio de legislação específica veio a ocorrer posteriormente.

Ainda, segundo a autora, os intérpretes começaram a estar presentes em trabalhos religiosos a partir dos anos 80, ganhando mais visibilidade e, consequentemente, foi possível organizar espaços que propiciassem discussões sobre a atuação do intérprete.

> São várias as religiões que oferecem catequese/formação em Libras, cultos e ritos em Libras ou com a presença de ILS 4, e algumas associações religiosas confeccionam materiais em Libras, divulgando sua doutrina (vídeos, livros, dicionários entre outros). Talvez por isso seja tão comum encontrar comunidades surdas vinculadas a organizações religiosas e, nestes contextos, a presença mais marcante de ILS

[4] Intérprete de Língua de Sinais

(Lacerda, 2015, p. 28).

O primeiro evento organizado no Brasil, segundo Quadros (2004), foi no ano de 1988 pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, um encontro nacional, com objetivo de proporcionar aos profissionais um intercâmbio nacional, bem como, uma discussão sobre ética profissional. Posteriormente, no ano de 1992, outro encontro aconteceu e outros encontros estaduais passaram a ser organizados. Porém, as formações para esses profissionais ainda acontecem de forma informal, seja ela em espaços religiosos, como citado anteriormente, enquanto espaço que abriu o caminho para exercer a profissão, como também dentro da própria comunidade surda, o contato, a convivência, mas nada formalizado. Quem atuava como intérprete de língua de sinais neste momento (anos 1990), segundo Lacerda (2015), eram pessoas que tinham algum conhecimento da língua e que se disponibilizaram a acompanhar o surdo em diferentes âmbitos e atividades sociais, fossem elas religiosas, médicas, jurídicas, eventos, conforme a necessidade do surdo. Para Lacerda (2015, p. 31), "assim essas pessoas que conhecem Libras passam a atuar como ILS, mas sem preparo ou reflexão sobre como desenvolver essas práticas, quais as implicações de seu trabalho, etc".

Segundo Lacerda (2015), apenas entre 2004 e 2005 começaram movimentações para uma formação institucionalizada por parte de algumas universidades, porém ainda em consolidação. Após o Decreto n. 5.626/2005, conforme previsto, o MEC passou a oferecer o exame nacional de proficiência em Libras, o ProLibras, que teve sua primeira edição no ano de 2007.

> O exame foi realizado simultaneamente em todas as capitais brasileiras, buscando certificar profissionais proficientes em todo o país para que se pudesse iniciar o atendimento aos itens indicados no referido decreto, tais como: o ensino de Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício de magistério, em níveis médio e superior, para todos os cursos de licenciatura e pedagogia e também para os cursos de fonoaudiologia; o ensino de Libras nos diferentes níveis da educação básica; presença de ILS em serviços públicos para mediar o atendimento da comunidade surda e presença do ILS em sala de aula nos diferentes níveis de ensino, além do atendimento e outras necessidades (Lacerda, 2015, p. 33)

No ano de 2008, considerado um marco histórico, teve início o primeiro curso de graduação para formação destes profissionais, o Letras Libras - bacharelado, organizado e oferecido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e pela Universidade Federal de Santa Catarina, no modelo EaD. Foram disponibilizados polos por todo o país, de norte a sul, possibilitando, a partir de então, uma formação em nível superior aos profissionais.

No ano de 2009 a primeira turma e o primeiro vestibular para a graduação no seu modo presencial foram realizados, formando os futuros profissionais no ano de 2013. No decorrer dos anos outras turmas foram abrindo em todo Brasil de forma EaD, como também outras universidades passaram a oferecer a graduação em suas instituições, o que proporcionou a formação de novos profissionais, novos debates e pesquisas na área.

Segundo Jesus (2017), o intérprete é um profissional que compreende o sentido de uma determinada mensagem, em um contexto específico, e para que seja possível a realização deste trabalho o profissional precisa dominar técnicas e competências para exercer seu trabalho.

> Dessa forma, cabe ao intérprete, com o auxílio do conhecimento e competência, atingir de forma satisfatória o sentido esperado para compreensão de uma determinada comunidade, considerando os determinantes sociais dos indivíduos em suas comunidades ou culturas (Jesus, 2017, p. 80).

O trabalho deste profissional compreende em diminuir as "[...] barreiras de comunicação, língua e cultura, para aqueles que não alcançam as singularidades, a alteridade, as diásporas e as assimilações entre uma língua e outra, e entre uma pessoa e outra" (Jesus, 2017, p. 78). Ainda, sobre a importância da interpretação, Santos e Poltroniere-Gessenera (2019) reitera que "a tradução e a interpretação desempenham papéis importantes para grupos linguisticamente vulneráveis".

> No que tange ao campo da linguagem, objeto principal de trabalho do intérprete, Fairclough (1992) destaca que a língua tem sido abordada idealmente, sem que sejam consideradas as particularidades envolvidas no ato comunicativo, concepção que não condiz com as práticas sociais de uso de língua(gem). Tal concepção reflete na imagem do intérprete que, indiscriminadamente, tem a condição de acessar as informações de forma privilegiada em relação aos indivíduos presentes nesse ambiente ideal (Jesus, 2017, p. 78).

Quanto ao objetivo deste trabalho, que é discutir sobre o acesso da mulher surda aos serviços públicos, se aplica também nesta pesquisa discorrer sobre a interpretação comunitária no qual Origuela (2014, p. 226) caracteriza por

> [...] qualquer tipo de interpretação dirigida a um cliente e um prestador de serviços dentro de contexto hospitalar, forense, judiciário e similares. Serve àqueles que vêm de outros países, imigrantes ou os que buscam asilo político como refugiados, a se comunicarem e acessarem os serviços educacionais, judiciários e médicos daquele país em que residem agora, mas não sendo fluentes na língua, necessitam da ajuda de um intérprete.

Sobre a interpretação comunitária podemos abordar aqui uma discussão a qual tem relação com a formação dos profissionais intérpretes, estes que possuem uma formação

generalista, pois as graduações abordam sobre diferentes áreas de atuação como saúde, educação, segurança, porém não existe ainda no Brasil uma formação específica por área de atuação. Sendo assim, é por meio da prática e a afinidade que o intérprete vai se encontrando e se identificando em determinada área, o que não garante que o profissional consiga atuar somente em uma área, pois as demandas são grandes e algumas áreas de atuação ainda são poucos exploradas devido às políticas, até então, ineficazes. No Estados Unidos a formação dos profissionais ocorre de forma diferente, conforme Jesus (2017, p. 72):

> De acordo com Pöchhacker (2004), a atuação dos intérpretes comunitários adquiriu visibilidade nos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990, devido aos problemas de comunicação entre os setores públicos, principalmente aqueles ligados à saúde e à assistência social. Diferentemente da realidade brasileira, os ICSs estadunidenses, também conhecidos na literatura como 'intérpretes-médicos' ou 'intérpretes hospitalares', alcançam o reconhecimento de seu trabalho.

Segundo Jesus (2017, p. 73), "[...] a figura dos intérpretes que atuam nos serviços públicos tem adquirido importância, especialmente com a criação das centrais de intérpretes do governo federal para o atendimento global em todas as esferas da seguridade social". Apesar das Centrais de Intérpretes serem uma discussão de anos, ainda falta muito para que seja possível a consolidação deste serviço. Conforme dados disponibilizados no site[5] do governo e atualizado no ano de 2022, no Brasil, estavam funcionando 30 centrais de intérpretes em todo país: a região Norte possui apenas uma; na região Nordeste há dez centrais prestando serviços; a região Centro-Oeste possui cinco centrais; a Sudeste tem nove unidades; e a região Sul possui cinco centrais. No estado de Santa Catarina existem apenas duas em funcionamento, uma na cidade de Lages e a outra na cidade de São José, na região da Grande Florianópolis.

Podemos perceber que apesar desta política ter sido lançada no ano de 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ainda não foi possível a consolidação nos municípios brasileiros. Nos próximos capítulos poderemos analisar isso de forma mais concreta ao conhecermos os relatos das mulheres Surdas entrevistadas.

[5] Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, publicado em 20/04/2021 às14h20 e atualizado em 07/07/2022 às 13h39 https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/centrais-de-interpretacao-de-libras

4 POR QUE É IMPORTANTE DISCUTIRMOS SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS?

Chegamos em um capítulo muito importante para essa pesquisa, visto que os objetivos que a norteiam é justamente a compreensão das políticas que asseguram os direitos básicos de uma pessoa surda. Discutiremos a partir daqui a importância do direito linguístico em uma sociedade que considera viver em um país monolíngue, que desconsidera às diferentes línguas e a acredita viver em uma comunidade heterogenia. No entanto às discussões sobre políticas linguísticas vem para desmistificar e quebrar padrões até então impostos socialmente, sendo assim Rajagopalan (2013, p.21) define como:

> [...] a política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores.

As ideias e discussões envolvendo o tema surge segundo Lagares (2018), foi na década de 1950 e 1960 com Einar Haugen, que novas nações África e Ásia surgem (que até então eram sociedades multilíngues), a construção dessas sociedades veio a necessidade de iniciar intervenções conscientes em política linguística, como o próprio o autor utiliza o termo.

> A ideia que preside esse tipo de intervenção é a de que a diversidade linguística é um obstáculo à modernização da sociedade e ao desenvolvimento econômico dos países. A consolidação da língua de colonização como elemento unificador da nova nação exige empreender políticas que têm como objetivo tornar as elites do país plenamente proficientes nesse idioma, consolidando a hierarquia social própria da realidade colonial. Ao mesmo tempo, toma-se decisões sobre quais línguas serão reconhecidas oficialmente como "línguas nacionais" e sobre o papel que cada uma delas deverá cumprir no país de formação (Lagares, 2018, p. 21-22).

Dos nossos objetivos - identificar as políticas linguísticas federais e do estado de Santa Catarina, mapear os documentos legais que viabilizam os direitos de acesso aos serviços públicos às mulheres surdas e por fim, discutir as políticas linguísticas enquanto garantia de acesso e emancipação das mulheres surdas no estado de Santa Catarina, sendo assim, a partir de agora iremos discutir pontos relevantes quanto a legislações e documentos legais federais e estaduais.

Historicamente a preocupação com a questão linguística começou desde a época da colonização, das grandes navegações. Segundo os autores Ribeiro, Bertonha e Castro (2020), devido às grandes navegações do século XIX, a independência de alguns territórios e a

consolidação de outros estado-nação fizeram que o contexto linguístico começasse a ser uma preocupação e passou a ser uma área importante no campo linguístico, eram muitas a variedade de idiomas e dialetos, e esses novos territórios precisavam decidir qual língua representaria o seu território, outro fator importante eram as práticas de comércio que necessitavam de pessoas que conseguissem se comunicar com diferentes pessoas.

O surdo esteve presente na sociedade, conforme podemos ver nas pesquisas desenvolvidas por Perlin (2002), e ao longo de toda história, os direitos linguísticos do surdo foram negados constantemente. Quem resolvia sobre sua educação, língua e cultura eram pessoas que tinham visões capitalistas para a sociedade, que buscavam a força de trabalho apenas, e pessoas que pudessem exercer suas funções sem questionar. Não se pensava no outro com toda sua carga histórica, social, mas sim em mão de obra e o quanto aquela pessoa poderia ou não contribuir socialmente para o "bem" coletivo. Bacellar, no ano de 1926 apresentou na faculdade de medicina de São Paulo sua tese de doutorado e em suas conclusões entendeu que:

> Sendo o surdo-mudo no verdadeiro sentido da palavra, um indivíduo passível de, por meios apropriados, receber educação e instrucção que elevem a sua capacidade intellectual e de trabalho quasi ao nivel do indivíduo normal, e sendo o seu natural retrahimento, quasi insociabilidade consequencia tambem da falta daquelles beneficios, achamos que se deveria melhor cuidar desses infelizes, tornando-se cidadãos uteis, valores positivos, capazes de suprir a proria subsistencia sem onus à sociedade em que vivem (Bacellar, 1926, p. 134).

Historicamente, não era considerado um indivíduo e para ser considerado um ser social, um cidadão, precisaria se encaixar nisso, se encaixar significava proibir o uso da sua língua e passar a utilizar apenas a língua padrão, socialmente aceita, a língua oral! Acredito que essa perspectiva era potencializada tanto pelo viés médico, quanto pelos estudos linguísticos que até então entendiam a língua estritamente enquanto estrutura (corrente linguística denominada estruturalismo). Somente no início do século XX que a língua passou a ser vista e entendida em uma perspectiva diferente – a social! Segundo Coelho *et al.* (2012), Bakhtin a partir das suas, concepção marxista propôs defender a língua enquanto uma interação verbal historicamente contextualizada. Por isso o autor acreditava que a língua diferentemente do que o estruturalismo pregava, poderia sim ser mutável, pois é pelo uso real da língua que uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos.

Segundo Calvet (2007, p. 11), "a intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou

intervir na forma da língua". A língua é legitimada pelo meio social e é por meio dela que construímos a nossa consciência e compreendemos o social num todo.

> A linguagem é instrumento de organização da consciência e da cultura (Vygotsky, 1934 e Bakhtin/Volochinov, 1929)96. Como tal, constitui os membros de uma mesma comunidade e, ao mesmo tempo, é constituída e (re)significada pelas compreensões e usos que a comunidade faz dela. Essa natureza dinâmica, dá à linguagem uma função de mediadora das ações no mundo e permite aos seres humanos analisá-la (e a si próprios) pela compreensão das ações verbais que realizam (Fidalgo, 2006, p. 246).

Para Arnoux e Bein (2015), no país há mais de 215 línguas faladas - 200 são indígenas, outras são as línguas sagradas afro-brasileiras ou as de imigração, além da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Há, no entanto, apenas 21 leis municipais que conseguiram cooficializar outras línguas junto ao Português – obrigatória desde 1930 nas escolas brasileiras. Para Picanço (2022, p.3), "a deslegitimação a que são submetidas as línguas não-oficiais hoje se consolidou durante a história colonial brasileira". A autora ainda coloca que, gradativamente, a ideia de uma nação monolíngue foi difundida, apagando e deslegitimando outras línguas e variantes que não eram consideradas padrões.

Se considerarmos a concepção sociolinguista a ideia de nação monolíngue cai por terra, na perspectiva de Labov não existe um falante ideal, e reitera que não tem nem mesmo duas pessoas que se expressam da mesma forma, a sociedade é heterogênea, a comunidade linguística também, o que nos leva a uma grande variação e estrutura linguística.

No Brasil, o ano de 2002 foi considerado um marco histórico para a comunidade surda brasileira, pois no dia 24 de abril a Língua Brasileira de Sinais - Libras - foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão. Reconhecendo e entendendo a Libras como uma língua, em seu Parágrafo único a lei dispõe sobre a seguinte informação: "Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil", com isso deixa claro que a Libras é uma língua como qualquer outra.

Viver em uma sociedade e não fazer uso da língua majoritária utilizada no país é opressivo. Isso significa estar em todos os espaços sociais e, ao mesmo tempo, não estar, afinal de contas, são as "problemáticas" sociais que ninguém quer ver, os sujeitos surdos são invisíveis ou visto como um problema social. Seja na escola, na igreja, no âmbito familiar, no contexto cultural, informativo, tudo funciona a partir de um aparelho dominante - a Ideologia -, ou seja, ou você se encaixa no padrão socialmente aceito ou você não é aceito! Sendo assim, o sujeito é elemento essencial para a constituição da linguagem.

É de interesse do estado normalizar o uso da língua, padronizar, pois isso impacta diretamente na questão econômica do país, bem como em projetos sociais, entre outros. Em nosso caso, essa ideia de pertencimento social percorre os falantes da língua portuguesa. A língua é elo simbólico nacional, é a língua falada pelos cidadãos, podendo ocorrer intervenções, passando ou não pelo Estado, no nosso país a Constituição Federal faz esse papel, regulamentando e regulando o comportamento linguístico ideal para a comunidade ou nação. Sendo assim, o Estado utiliza da língua como instrumento de hierarquização, dominação, controle, diferenciação, segregação dos sujeitos. Segundo Hora (2020), "a 'questão surda' está imbricada à 'questão social', ou seja, entrelaçada nas relações sociais contraditórias entre capital e trabalho". A autora ainda pontua que o modo de produção capitalista não corrobora com a participação e o desenvolvimento na sociabilidade coletiva de forma plena, mantendo estruturas de exploração, opressão e desigualdade por causa das suas particularidades linguísticas.

Pesquisar sobre políticas linguísticas é pensar nas línguas em situações minoritárias[6], e em todo o contexto social no qual essas comunidades vivem. Para Rodriguez (2014, p. 141), "os cientistas sociais devem ser capazes de identificar como as pessoas desenvolvem seus pensamentos dentro dos limites da diversidade ideológica permitida e do consenso pactuado pelo poder hegemônico". Também é necessário discutirmos sobre a importância da linguagem e o papel dela enquanto aparelho dominante. Completa Rodriguez (2014, p. 133) afirmando que "a linguagem e o discurso abstrato da pós-modernidade elaboraram uma representação coletiva da verdade, ou seja, a verdade da classe dominante". Mas por que é preciso pensar em um processo de inclusão se o direito ao acesso aos serviços públicos é um direito de todos? Qual condição de acesso e permanência é garantido a esses grupos linguísticos? Segundo Rodriguez (2014, p. 133), "meios de comunicação em massa determinam as práticas, os valores, os significados, as percepções, a cultura e a identidade".

> Os sentidos da noção de "direitos linguísticos", como quaisquer outros, estão à deriva. Considerados por muitos hoje em dia como um dos "direitos humanos fundamentais", os direitos linguísticos podem ser garantidos por leis, ainda que a mera existência de uma legislação não seja suficiente para a realização plena de políticas linguísticas que pretendam garanti-los, assim como também a mera existência dessas políticas não garante que esses direitos sejam respeitados no confronto com o real (Rodrigues,

[6]Ser minoria não é uma questão numérica. As minorias existem sempre em relação a uma posição hegemônica dada. Por isso, prefiro falar **em línguas em situação minoritária** ou, simplesmente, línguas minorizadas, para me referir aos idiomas que não dispõem dos equipamentos a serviço das línguas hegemônicas; ou bem às situações em que uma língua se encontra à margem das estruturas de poder (Lagares, 2018, p. 12)

> 2018, p. 34).

A partir das discussões sobre direitos linguísticos, com muita luta, deu-se início a uma nova fase, no qual passamos a ter políticas públicas que proporcionam às pessoas com deficiência garantia de direito, dignidade e igualdade social.

Nesta pesquisa, abordaremos três aspectos: saúde, educação e segurança, os quais a Constituição Federal garante o acesso. No artigo Art. 196, da Constituição Federal, que discorre sobre o direito à saúde diz: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Já o Art. 205 no capítulo III, no qual a primeira seção está focada na temática educação, dispõe que: "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo assim, é direito de todo o cidadão do país o acesso à educação, logo, novas perspectivas sobre o espaço escolar, apontam que:

> [...] pressupostos teóricos que consideram a escola como uma produção histórica decorrente dos contextos político, econômico e social em que está inserida, mas também das apropriações e transformações operadas pelos sujeitos concretos que a constituem, os estudos sobre os processos de escolarização têm apontado para a necessidade de investigações sobre as políticas públicas educacionais, suas concepções e materialização nos espaços cotidianos de maneira a compreender sua influência na construção das escolas que temos (Zibetti; Pacífico; Tamboril, 2016, p. 18).

Já o Art. 144 da Constituição brasileira aborda sobre segurança: “a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. São através das leis que a garantia dos direitos é sustentada. Mas e as mulheres surdas, como isso ocorre, visto que além da aplicação da lei, elas ainda esbarram na barreira linguística do acesso?

Somente no ano de 1996, instituições e organizações não governamentais se reuniram em Barcelona para produzir o texto da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, até então organizado pelo PEN Internacional (*Poets, Essayists and Novelists* – clube internacional de escritores), posteriormente com apoio de outras organizações e com o patrocínio da UNESCO.

> Artigo 2.º
> 1. Esta Declaração considera que, nos casos em que diferentes comunidades e grupos linguísticos coabitam num mesmo território, o exercício dos direitos formulados nesta Declaração deve reger-se pelo respeito entre todos e dentro das máximas garantias

> democráticas.
> 2. Com vista a estabelecer um equilíbrio sociolinguístico satisfatório, ou seja, a articulação adequada entre os direitos destas comunidades e destes grupos linguísticos e os das pessoas que os compõem, há que ter em conta, além dos seus antecedentes históricos e da sua vontade democraticamente expressa, fatores que podem aconselhar um tratamento compensador que permita restabelecer o equilíbrio: o caráter forçado das migrações que levaram à coabitação de diferentes comunidades e grupos, ou o seu grau de precariedade política, socioeconômica e cultural (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, 1997, p. 5).

Na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, em seu Artigo 7º, trata sobre os princípios gerais deste documento, pontuando que as línguas são a expressão coletiva de uma comunidade de uma identidade, no qual se identificam através das suas expressões.

> Artigo 7.º
> 1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções.
> 2. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora. (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, 1996, p. 7)

Outro ponto importante abordado pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, é sobre os direitos das comunidades linguísticas. O Artigo 10º expõe que são iguais em direito, que discriminação é inaceitável nos seus diferentes âmbitos - social, econômico, linguístico, e que é necessário diferentes medidas para que seja possível uma igualdade real e verdadeiramente efetiva.

Fundamentado na importância da língua e da linguagem, podemos afirmar que o surdo tem uma língua, mas quem está disposto a aprendê-la e, assim, comunicar-se com eles? Se pararmos para refletir, quais direitos linguísticos os surdos tinham antes das legislações?

Para compreendermos melhor sobre as políticas linguísticas e responder um dos objetivos deste trabalho, o qual indaga sobre as políticas linguísticas existentes no Brasil e no estado de Santa Catarina, verificaremos, no quadro a seguir, as legislações que abordam e falam sobre o direito linguístico da pessoa surda. É importante ressaltar aqui a importância das políticas públicas, como elas se aplicam e organizam os serviços estatais, quais são seus aspectos e de que forma podem contribuir e garantir os direitos sociais mínimos à comunidade surda e às mulheres Surdas, as quais essa pesquisa se delimita.

Origuela (2014) nos provoca a pensar sobre as oportunidades de direito, vivemos em uma sociedade capitalista, que visa o lucro e a acumulação de riqueza de poucos, essas mesmas pessoas dominam as narrativas sociais, e a ideia de que a oportunidade é igualitária, no entanto

a realidade é diferente, e a dificuldade do acesso aos direitos mínimos é enfrentado diariamente pela população de um modo geral, quanto a essa pesquisa são inúmeras as barreiras que a mulher Surda enfrenta, desde de barreiras comunicacionais as atitudinais no seu dia-a-dia.

> As práticas da Assistência Social se baseiam em princípios e crenças, como, por exemplo: a dignidade do indivíduo; quando este está em dificuldade, ele mesmo tem o direito de determinar suas necessidades e como elas devem ser enfrentadas; em uma sociedade democrática, a crença de que há igualdade de oportunidades para todos; a convicção de que os direitos individuais à dignidade e igualdade de oportunidades estão ligados às suas responsabilidades sociais para consigo mesmo, sua família e a sociedade em que vive (Origuela, 2014, p. 234)

No Quadro I, apresentamos legislações e documentos oficiais que foram mapeados nesta pesquisa. Estes documentos apresentados são legislações nacionais e as estaduais se limitam à Santa Catarina.

Quadro 1 – Legislações que tratam sobre políticas linguísticas

Nº	DATA	LEGISLAÇÃO	ASSUNTO
1	19 de dezembro de 2000	Lei n.º 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2	24 de abril de 2002	**Lei n.º 10.436**	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais
3	22 de dezembro de 2005	**Decreto n.º 5.626**	Regulamenta a Lei de Libras
4	02 de dezembro de 2004	Decreto n.º 5.296	Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
5	25 de agosto de 2009	Decreto n.º 6.949	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
6	09 de dezembro de 2010	Decreto n.º 7.387	Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.
7	25 de outubro de 2012	Lei n.º 12.319	O exercício do profissional Tradutor e Intérprete de libras
8	06 de julho de 2015	**Lei n.º 13.146**	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
9	19 de outubro de 2017	Lei n.º 17.292 Estadual	Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência.

10	09 de março de 2018	Lei n.º 4.106 Balneário Camboriú	Dispõe sobre a criação de uma Central de Atendimento ao Deficiente Auditivo, com intérprete da língua brasileira de sinais-libras
11	28 de agosto de 2018	Lei n.º 17.575 Lei Estadual	Assegura ao acompanhante da pessoa com deficiência o direito a assento reservado em teatros, cinemas, casas de shows e espetáculos congêneres, no âmbito do Estado de Santa Catarina
12	11 de janeiro de 2019	Lei n.º 17.685 Lei Estadual	Estabelece normas e critérios básicos de acessibilidade por deficiência auditiva e visual em políticas públicas no Estado de Santa Catarina
13	22 de dezembro de 2022	Lei Complementar n.º 423 Itajaí	Consolida a legislação que dispõe sobre a pessoa com deficiência e equiparados.
14	26 de janeiro de 2023	Lei Ordinária n.º 18.627 Estadual	Garante o direito das parturientes ao acompanhamento e atuação de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades e estabelecimentos similares das redes pública e privada de saúde do Estado de Santa Catarina.
15	25 de outubro de 2023	Lei n.º 14.704	Altera a Lei nº 12.319

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No ano de 2022, a Lei n.º 10.436 completou 20 anos de existência e, apesar de vermos essa aplicabilidade na área de educação (isso ocorre com a presença de intérprete de Libras em sala de aula), em outros contextos a realidade é diferente. Ainda é muito difícil encontrarmos este tipo de serviço na área de saúde e segurança, mais raro ainda é pararmos para pensar no quanto as pessoas surdas sofrem para conseguir usufruir dos serviços públicos. Os seguintes artigos (segundo e terceiro) também são de suma importância para entendermos a urgência e a importância desta pesquisa, visto que o acesso aos serviços públicos na sua língua está garantido por lei:

> Art. 2o Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.
> Art. 3o As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (Brasil, 2002).

O surdo é um estrangeiro no seu próprio país, lutando diariamente para exercer seu papel de sujeito ativo socialmente. Para as autoras Perlin e Vilhalva (2016, p. 151), a falta de acessibilidade em um mundo de ouvintes compromete o acesso à informação:

> Como usuárias de uma língua diferente do português, usuárias de língua visual, estamos com dificuldades de acessibilidade em um mundo acessível aos ouvintes. A acessibilidade é dificultada por serem poucas as informações visuais e isso carece à mulher surda. Os relatos de experiências tristes se acumulam. A falta de tradução é imensa em seu rol. A falta de tradução para a língua de sinais acontece em diversos espaços, como na saúde, na educação, no trabalho, no espaço de segurança, enfim, na sua trajetória de vida. Assim sendo, os relatos são dramáticos: "eu não tenho intérprete quando estou... eu tenho que ir junto com minha mãe na consulta e ela sabe sobre minha doença, eu não sei nunca porque ela resume tudo que ouve", "o meu filho estuda na integração e, como mãe, não tenho intérprete nas reuniões, me sinto como peixe fora da água", "no aeroporto preciso solicitar acompanhamento, não há legenda", "no avião a tecnologia é moderna, mas os filmes não têm legenda", "o marido me batia no casamento anterior porque eu não o entendia", "como ligar para a delegacia da mulher, lá não tem intérprete, comunicação por vídeo, nada para nós que usamos libras".

Outra legislação importante é o Decreto n.º 5.626 de 2005, que regulamenta a Lei n.º 10.436. O Decreto está dividido em 9 capítulos nos quais discorrem sobre direitos das pessoas surdas, formação de profissionais tradutores e intérpretes de Libras, formação de professores, entre outros provimentos. Cabe aqui ressaltar o capítulo 8 intitulado "Do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras" (Brasil, 2005). Bem como no capítulo 9 "das disposições finais" diz que, então, a partir do ano de publicação do Decreto os órgãos de administração pública na esfera federal, estadual e municipal deveriam garantir e incluir em seus orçamentos dotações para viabilizar o acesso das pessoas surdas, com capacitação de servidores, como também com a realização de traduções e interpretações. As ações necessárias para uma mudança efetiva ao acesso das pessoas surdas são dispostas no capítulo 8:

> Art. 26. O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)
> § 1º Para garantir a difusão da Libras, as instituições de que trata o caput deverão dispor de, no mínimo, cinco por cento de servidores, funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras. (Redação dada pelo Decreto nº 9.656, de 2018)
> § 2º Para garantir o efetivo e amplo atendimento das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, o Poder Público, as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, poderão utilizar intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência on-line e webchat, à pessoa surda ou com deficiência auditiva. (Redação dada pelo Decreto n.º 9.656, de 2018)
> § 3º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e distrital e as empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o efetivo e amplo atendimento previsto no caput (Incluído pelo Decreto n.º 9.656, de 2018).

Podemos perceber, que ao analisar o decreto, foi considerado o surdo enquanto ser social, detentor de direitos, pois pensou-se na garantia do surdo em ter atendimentos acessíveis, respeitando sua particularidade linguística, seja ela através de profissionais intérpretes de Libras, bem como a capacitação de servidores para conseguirem se comunicar em Libras. Cursos de capacitação poderiam colaborar tanto na aprendizagem da língua de sinais, como também esclarecia sobre as necessidades e como seria um atendimento satisfatório para o surdo. Também fica esclarecido no Art. 27. cabe às administrações (estadual, municipal, distrital), regulamentar os padrões de atendimento.

O ano de 2010 ficou marcado pelo Decreto n.º 7.387, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, documentações, reconhecimento e valorização de línguas de diferentes comunidades linguísticas da sociedade brasileira. O decreto oportuniza que essas línguas possam de forma mais segura consolidar a história, memória, identidade e cultura dessas comunidades.

O ano de 2015 passou a ser um momento histórico para as Pessoas com Deficiência, através da Lei n.º 13.146, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), tem como objetivo assegurar e promover às Pessoas com Deficiência condições igualitárias, direitos e as liberdades fundamentais, tudo isso visando, conforme discutimos repetidamente - a inclusão social e o direito à cidadania. O Artigo 2º considera pessoa com deficiência:

> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Além da definição de como a lei compreende pessoa com deficiência, ela também no seu Artigo 3° aborda o conceito de acessibilidade, sendo que a lei definida como:

> I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

A lei também considera barreira qualquer seja, atitude, obstáculo, entrave e comportamentos limitantes, que ferem seus direitos de liberdade, como por exemplo a liberdade de movimento, de se expressar, bem como a falta de acesso à informação que também é

considerado uma barreira, caso elas restrinjam no seu exercício de liberdade. A legislação classifica essas barreiras para melhor esclarecimento e compreensão – barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, na comunicação e informação, atitudinais e tecnológicas. Podemos perceber que as barreiras interferem em diferentes contextos do cotidiano, sendo que, para as pessoas surdas, podemos salientar duas barreiras na comunicação e no acesso às informações; as barreiras atitudinais, impeditivas para a participação social.

> d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
> e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

A Lei Brasileira de Inclusão – LBI, em seu texto reafirma o entendimento de comunicação, e o status de língua da Libras, entre outras formas de comunicação, como podemos ver no recorte a seguir.

> V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

Outro ponto importante da legislação é sobre a igualdade de direitos tratada no capítulo III, que reafirma a não discriminação. O que chama atenção são fatos básicos de direito de qualquer cidadão, que precisou virar legislação para deixarem de ser negados, ou evitar que fossem realizados de forma compulsória, sem nenhum consentimento da pessoa com deficiência. Podemos perceber pela citação a seguir que a garantia de direitos e a não discriminação pontuam sobre a mesma temática, os direitos sexuais e reprodutivos, o direito básico de poder viver e construir um lar. Aqui, nesta legislação estamos falando especificamente sobre as pessoas com deficiência, mas vale lembrar que quando falamos de direitos das mulheres não é muito diferente, sempre vista como objeto, os seus direitos reprodutivos sempre estiveram na mão de homens (o que acontece até hoje), o que ainda pior, passando a criminalizar alguns direitos já garantidos por lei.

> Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:
> I - casar-se e constituir união estável;
> II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

> III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
> IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
> V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e
> VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
> Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

A Seção única da Lei n.º 13.146 trata-se do ponto de partida desta pesquisa - o atendimento. Esta trata tanto sobre o atendimento prioritário, como também a garantia de direitos em qualquer serviço de atendimento ao público. Para a garantir do atendimento de forma igualitária é necessário a disponibilização de recursos humanos e tecnológicos para que as condições de atendimento sejam adequadas, como também que o acesso à informação seja garantida e acessível. Em outro momento, a lei também aborda os direitos fundamentais da pessoa com deficiência e que compete ao poder público garantir, ao longo da vida, a dignidade de acesso a esses direitos, que são: direito à vida, direito à habilitação e à reabilitação, do direito à saúde, do direito à educação, do direito à moradia, do direito ao trabalho, do direito à assistência social, do direito à previdência social, do direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, e pôr fim do direito ao transporte e à mobilidade.

No decorrer deste texto discutimos apenas algumas legislações, estas que entendo serem a base e o alicerce dos direitos linguísticos da pessoa surda hoje no Brasil, porém vocês irão perceber que a construção de toda esta pesquisa está ancorada nas legislações, e por muitas vezes aparecerão nesta escrita para colaborar com o entendimento do trabalho em sua totalidade.

Por fim, ao finalizarmos a leitura deste capítulo, compreendemos a importância de discutirmos sobre políticas linguísticas, de forma que as legislações conduzem para um caminho de garantia de acesso, o que poderemos confrontar nos capítulos adiante através dos relatos das mulheres Surdas, poderemos confrontar se de fato as legislações estão sendo respeitadas.

5 PERCURSO DA PESQUISA

Chegamos a um capítulo muito importante para a pesquisa, pois, por meio dele, iremos compreender e entender de que forma as mulheres Surdas acessam aos serviços públicos, como também suas experiências no cotidiano. Conforme citado anteriormente as respostas das entrevistadas foram agrupadas para melhor análise, de acordo com as seguintes categorias: saúde, educação, segurança, bem como temas correlacionados como a sua identificação enquanto mulher surda, a construção da identidade, mundo do trabalho, empoderamento feminino e maternidade, bem como outras discussões que atravessam de alguma forma às mulheres surdas. A definição das categorias permite compreendê-las como formadas "no processo histórico do conhecimento e da prática social" (Triviños, 2015, p. 54). As categorias não possuem um número definido, mas surgem em razão das atividades que desenvolvem o homem, atuando sobre a natureza e a sociedade (Triviños, 2015). Portanto, a empiria foi tomada como elemento fundamental das análises.

Neste trabalho, o critério utilizado para definir as categorias extraídas parte da sinalização das entrevistadas, a expressão de suas realidades e vivências como mulheres surdas, trabalhadoras, mães de famílias, enfim de uma composição da existência de cada uma. Como Minayo (2012, p. 88) observa "cada categoria deve ser obtida a partir dos mesmos princípios utilizados para toda a categorização".

Para Lüdke e André (1986, p. 48), a construção das categorias é um passo importante para iniciar as análises, visto que a própria revisão de literatura geralmente oferece a base inicial dos conceitos: "[...] é preciso que a análise não se restrinja ao que está explícito no material, mas procure ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente 'silenciados'.

A empiria, estampada durante as análises, não se distancia da situação observada na história, como frisamos, o direito das pessoas surdas, no caso em tela, das mulheres surdas, e do debate nacional.

5.1 PRINCÍPIOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS NORTEADORES

Para responder às perguntas que nos inquietam, conforme apresentado na introdução, e chegarmos às conclusões que objetivamos neste estudo, utilizaremos a pesquisa qualitativa para

compreender e explorar o problema social enfrentado pelas entrevistadas. De acordo com Stake (2011, p. 47), a interpretação deste tipo de pesquisa engloba todos os envolvidos nela, “a pesquisa qualitativa utiliza muito a interpretação dos pesquisadores e a interpretação das pessoas que eles estudam e dos leitores dos relatórios da pesquisa”. Também segundo Creswell (2010, p. 26), a pesquisa qualitativa:

> [...] é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Para Stake (2011, p. 21), “qualitativa significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana”. Sendo assim, a partir deste caminho poderemos compreender as situações específicas da mulher surda, as quais este estudo irá focar. Ainda, às relações na qual essas mulheres constroem enquanto mulher e pessoa surda, nas diferentes situações sociais que vivenciam.

Para este estudo, a pesquisa qualitativa irá guiar-se pelo instrumento da entrevista, pois consideramos o melhor instrumento de coleta de dados empíricos à pesquisa, pois ela é individual e, no caso de mulheres surdas, podemos obter dados mais particulares e menos generalistas, proporcionando um panorama na perspectiva das entrevistadas. Para Lüdke e André (2013, p. 34),

> A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário. E pode também, o que a torna particularmente útil, atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação, como é o caso de pessoas com pouca instrução formal, para as quais a aplicação de um questionário escrito seria inviável.

Outra fonte de pesquisa utilizado foram os documentos. Utilizar documentos legais, sejam eles leis, decretos, normativas colabora para que a pesquisa possa indicar a compreensão do Estado enquanto garantia de direitos e de que forma eles podem passam a serem utilizados para o desenvolvimento de políticas públicas.

5.2 INSTRUMENTOS E PROCESSOS DE PESQUISA

Para a realização desta pesquisa delimitamos a área na qual faríamos contato com mulheres surdas para serem entrevistadas, sendo assim definida a região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)[7], fundada no ano de 1973 e que engloba os seguintes municípios: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. Segundo o site da AMFRI os municípios atuam em regime de cooperação intermunicipal e intergovernamental, possibilitando aos municípios que compõem a região ampliação, fortalecimento nas esferas administrativa, econômica ou social, conforme a própria associação se caracteriza. Os municípios associados promovem ações e discussões, que visam e promovem a integração de interesses em comum dos municípios.

> O modelo associativista, adotado na Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí promove a integração dos interesses e das ações dos municípios, principalmente através da discussão técnica e desenvolvimento de ações no âmbito dos colegiados de secretários municipais, amparados pelo respaldo da articulação política viabilizada na esfera da Assembleia Geral de Prefeitos.
> A AMFRI também atua de forma significativa na promoção da capacitação de técnicos e gestores, com vistas à sua qualificação, o que em última instância gera maior eficiência na prestação de serviços públicos municipais. Além da sua competência técnica, sua isenção político-partidária lhe confere credibilidade junto à sociedade, sendo uma referência na região. Neste sentido, se torna um ator estratégico na questão do desenvolvimento regional, principalmente quando se trata de questões do setor público.

A região foi escolhida pensando no contexto social em que estou inserida. Resido no município de Navegantes desde 2018, quando passei no concurso público para trabalhar na educação no município de Itajaí, cidades que transito diariamente. Outro motivo pelo qual consideramos realizar a pesquisa nestes locais foi pelo fato do Instituto Federal Catarinense no qual faço Pós-Graduação, localizar-se na cidade de Camboriú, cidade de referência enquanto polo educacional.

Por ser a região na qual eu trabalho, moro e estudo comecei a buscar, através dos meus contatos com a comunidade surda possíveis mulheres surdas que moram nas cidades da região selecionadas. O primeiro contato foi com uma surda da cidade de Penha, a qual me passou contato de outras mulheres surdas que conhecia através da comunidade ou que sabia que moravam na região. Com esses contatos em mãos iniciei o processo de contatar essas mulheres

[7] Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – Para saber mais https://www.amfri.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/45651

surdas para convidá-las a participar da pesquisa. O contato com elas foi feito através de redes sociais ou whatsapp. Após o primeiro contato, me apresentando, foi enviado um vídeo explicativo em Libras. Neste vídeo apresentei-me novamente e expliquei sobre o objetivo da pesquisa, podendo elas escolherem participar da pesquisa ou não.

Para cada uma das possíveis participantes da pesquisa foram encaminhadas às perguntas da entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A). O TCLE esclarece os objetivos da pesquisa, como também a participação voluntária delas.

Dos 11 municípios que compõe a AMFRI conseguimos contato, e um retorno positivo para a realização da entrevista em oito municípios – Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Ilhota, Itajaí, Navegantes, Penha e Porto Belo, de cada cidade citadas foram entrevistadas uma mulher Surda.

A cidade de Camboriú tem uma comunidade surda ativa, fiz vários contatos, com diferentes mulheres Surdas, porém não obtive retorno, apenas uma retornou perguntando se era para uma entrevista de emprego. Quando mandei um vídeo sinalizando para que seria a entrevista em questão não tive mais respostas dela.

Na cidade de Itapema também tentei de diferentes formas contato com essas mulheres. Busquei informações com colegas que trabalham em escolas municipais e estaduais chegando a duas mulheres Surdas. Contudo elas apenas trabalhavam na cidade, moravam em outras cidades – Balneário Camboriú e Porto Belo. Uma delas até colaborou com esta pesquisa, porém pensando na perspectiva do uso dos serviços públicos consideramos o local de moradia.

Por último, o município que não conseguimos contemplar na pesquisa foi Luiz Alves. Em número de habitantes é a menor cidade que seria pesquisada, possuindo em torno de 13 mil habitantes. Conversando com outros surdos todos eles me deram de referência a mesma mulher Surda, tentei contato via redes sociais e números que me passaram, mas nunca obtive respostas.

Com o intuito de colaborar com a compreensão dos leitores a Figura 1 a seguir, situa em qual região de Santa Catarina fica os municípios da AMFRI.

Figura 1 – AMFRI em Santa Catarina

Fonte: AMFRI (2024)

Reitero que nestes locais possivelmente tem surdos moradores, surdos nas escolas públicas, surdos sinalizantes, porém precisávamos respeitar o recorte da nossa pesquisa – mulheres, Surdas, que utilizam a Libras como meio de comunicação, maiores de 18 anos, moradoras do estado de Santa Catarina da região da AMFRI.

O critério de ser mulher surda e maior de idade (conforme o Código Civil - Lei n.º 14.451 de 2022 que altera a Lei n.º 10.406 de 2002), se justifica por compreendermos que essas mulheres já vivenciaram experiências sociais relevantes para serem compartilhadas. Também, por este grupo poder compartilhar suas experiências comunicacionais antes e após a oficialização da Língua Brasileira de Sinais, que ocorreu no ano de 2002, por meio da Lei n.º 10.436, bem como outras legislações que impactaram ou não em suas vidas. Como explicado anteriormente, a pesquisa foi estruturada através de entrevistas semiestruturada e individual, a fim de oportunizar às mulheres Surdas seu direito de fala e visibilidade.

Vale lembrar que esta pesquisa foi elabora e aplicada de acordo com as Diretrizes e Normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, assegurando as entrevistadas que todas as informações obtidas, no momento da entrevista, seriam respeitadas, e a assegurado o sigilo e a confidencialidade delas.

Após o aceite das participantes foram agendadas as entrevistas, conforme a disponibilidade das participantes, podendo estas optar por realizar de forma presencial ou online. Conforme foram acontecendo as entrevistas, essas mesmas mulheres foram indicando o contato de outras mulheres Surdas para que eu realizasse o mesmo processo de convidar para

participar da pesquisa. Importante ressaltar que todos os cuidados para que houvesse a confidencialidade e a privacidade das entrevistadas, de acordo com as orientações feitas pelo Comitê de Ética[8], em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal Catarinense. Durante todo este processo, entre o contato com as mulheres Surdas e a realização das entrevistas, a comunicação com as mesmas foi diretamente pela sua língua, não precisando de terceiros para intermediar a comunicação visto que a pesquisadora domina a Libras, língua de referência para esta pesquisa, prezamos sempre a acessibilidade linguística, seja no convite para participação, quanto nos documentos que precisavam compreender para assinatura até a entrevista, a fim de garantir que as mulheres pudessem expor suas experiências de forma espontânea e na sua língua de referência.

Para as entrevistas que foram realizadas de modo *online*, foi utilizada a plataforma Zoom, visto que há ferramentas que possibilitam a gravação, considerando que era necessário gravar tanto o entrevistado quanto o entrevistador, para posterior transcrição dos dados para a língua portuguesa, a fim de realizar a análise. Já, na entrevista presencial, foi utilizada uma câmera, posicionando entrevistador e entrevistado de um modo que fosse possível a filmagem das duas pessoas.

À pesquisadora coube a transcrição dos dados que estão expressos na pesquisa, a fim de possibilitar aos leitores acessarem o material na língua materna das entrevistadas, porém de forma escrita. Ressaltamos que os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora responsável, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Após esse período o material será completamente destruído, seja ele nas formas físicas ou virtuais, garantindo o sigilo das participantes.

5.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Por que entrevistar mulheres surdas? Nos aproximamos destas mulheres nos capítulos anteriores, como também apresentei referências de mulheres Surdas. Neste tópico explicarei, o motivo pelo qual optamos por pesquisar este grupo de pessoas. É relevante ressaltarmos alguns momentos históricos que marcaram a história da mulher na sociedade, porém também importante compreendermos que a história não acontece de forma universal, e que todas as mulheres passaram pelos mesmos processos. De acordo com Souta (2022, p. 71), “é

[8] Número de aprovação do Comitê de Ética CAAE: 64842022.7.0000.8049

fundamental analisar as particularidades das vivências das mulheres latino-americanas, as quais são marcadas por distintas experiências atravessadas pelas questões éticas e culturais".

Conforme falamos em capítulos anteriores, o capitalismo desencadeou diferentes consequências sociais, as mulheres sofreram diferentes violências, sociais, físicas, patrimoniais. O que era importante é a força de trabalho que o trabalhador poderia exercer em pró do capital, as mulheres eram consideradas inferiores e, apesar de disponibilizar a sua força de trabalho como domésticas, não eram valorizadas e pouco remuneradas. Os trabalhos domésticos não eram valorizados (e ainda não são), propagando-se a ideia que este tipo de serviço é natural para a mulher, uma vocação! Segundo Federici (2023), foi no auge do século XIX, com as mudanças históricas o papel da mulher na sociedade foi redefinido, assumindo um papel da dona de casa, tendo que se sujeitar a dependência e ao controle do homem, desta forma o capital passa a explorar a mão de obra da mulher, porém sem remuneração e visibilidade. As mulheres que vendiam sua força de trabalho não eram valorizadas e seus salários eram irrisórios em comparação aos salários dos homens.

Além da pobreza, da desigualdade social, da fome e do desemprego, outra crise entra em destaque na Europa e no mundo em meados do século XVI e XVII – a crise demográfica, (Federici, 2023). Mas como a crise demográfica impactou e mudou drasticamente a vida das mulheres? As mulheres foram perseguidas e submetidas a reprodução, qualquer indício de métodos contraceptivos ou aborto eram penalizadas rigorosamente. Era necessária mão de obra e para isso acontecer mulheres precisavam engravidar. Por isso, segundo Federici (2023), o Estado passa, a partir de então, monitorar e registrar o crescimento populacional, supervisionando de forma rigorosa a sexualidade, a procriação e a vida familiar. Nesta perspectiva, o celibato passou a ser penalizado e o casamento incentivado com leis que bonificavam aqueles que seguiam por este caminho.

> Uma das consequências de tudo isso foi que a mulheres começaram a ser processadas em grande escala: nos séculos XVI e XVII, mais mulheres foram executadas por infanticídio do que por qualquer outro crime, exceto bruxaria, aboliram-se os estatutos que anteriormente limitavam a atribuição de responsabilidade legal às mulheres. Assim, as mulheres ingressaram nas cortes da Europa pela primeira vez em nome próprio, como legalmente adultas, sob a acusação de serem bruxas e assassinas de crianças (Federici, 2023, p. 184).

As mulheres perderam o domínio dos seus corpos e das suas vidas, taxadas como inferiores, sensíveis demais e incapacitadas de gerirem sua própria vida e de seus filhos. Tudo isso em consequência de um sistema econômico, político e social que sempre teve como poder soberano a voz de homens. Segundo Martin (2006), o Estado sempre buscou ter poder no

controle dos corpos femininos, controlando sua reprodução, se deveria ou não ter filhos, e quantos filhos, conforme o interesse do Estado e do capital.

Sem direitos, as mulheres percorreram (e ainda percorrem) lutas em sua defesa, os movimentos feministas é um exemplo. Estes movimentos foram um caminho percorrido que proporcionou mudanças reais às mulheres em todos os âmbitos das suas vidas. Segundo Lessa (2020), os saberes academicistas produzidos por mulheres foram apagados, invisibilizados, destruídos aos poucos, a partir da historiografia feminista, e, posteriormente, pelos estudos de gênero, essas mulheres puderam publicizar suas narrativas.

> A importância dos movimentos feministas no processo de desenvolvimento e consolidação do campo de pesquisa História das Mulheres e Estudos de Gênero é reconhecida por várias estudiosas da área, seja em nível mundial ou nacional. A trajetória dessa área de produção do saber, no Brasil e na Argentina, esteve articulada com as lutas feministas da segunda metade do século XX (Souto, 2022, p. 67).

Por isso a importância deste espaço, a pesquisa enquanto ato político, proporcionando a outras mulheres um espaço para narrar suas experiências, neste caso mulheres Surdas.

Mulheres que no decorrer da história não tiveram seus direitos reprodutivos garantidos, taxadas como incapazes de cuidar de seus filhos, não podiam estudar, casar, ter uma profissão, viajar sozinha. Marcas históricas que carregam até hoje, pois ainda são subestimadas profissionalmente, estigmatizadas e desvalorizadas socialmente. Afinal, em um país onde tantas vozes são caladas e anuladas, são as mulheres que mais sofrem ataques. Estamos falando de um grupo que vivem em situações minoritárias pela sua língua e pelo seu gênero. Por isso, aqui nesta pesquisa elas são protagonistas e contarão sobre suas histórias.

Ao todo foram oito histórias que tivemos oportunidade de conhecer, para cada uma foi atribuído um nome, um pseudônimo, como se observa no quadro 5 a seguir[9]. Anterior a esta escrita final, estávamos utilizando pseudônimos conforme as iniciais das cidades na qual elas moram. Percebemos que não estávamos respeitando a história delas minimizando-as a uma sigla. Nesta pesquisa, as entrevistadas têm nomes de mulheres fortes que também fizeram história, assim como elas fazem todos os dias. Helen faz referência a **Helen Keller**, mulher, surdocega, escritora, conferencista, ativista social. **Laura Bridgman**, mulher, surdocega, professora, foi a primeira surdocega que teve a oportunidade de estudar, fato que ocorreu 50 anos antes de Helen Keller. **Izabel Maior**, médica fisiatra, ex-secretária na Secretaria Nacional

[9] Considerei colocar neste momento uma nota de rodapé, pois acredito que o quadro por não estar em ordem alfabética pode causar algum desconforto, no entanto, justifico a ordem que se encontra pois considerei relevante deixar na ordem em que as entrevistas foram realizadas.

da Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, autora do livro e do documentário "História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil", ativista e referência nacional. **Vanessa Vidal**, mulher, Surda, professora, pesquisadora e modelo. Foi Miss Ceará, e em 2008 foi a primeira mulher Surda a concorrer ao Miss Brasil. **Dorina Nowill**, professora, ficou cega aos 17 anos, idealizadora da Fundação Dorina Nowill, lutou intensamente pelos direitos das pessoas cegas, e trabalhou ativamente pela implementação de leis e campanhas. **Annie Jump Cannon**, cientista, astrônoma, sufragista, perdeu sua audição ainda na adolescência, criou o método para catalogação estelar, referência de mulheres na ciência. **Frida Kahlo**, pintora mexicana, ícone do movimento feminista e símbolo do movimento pela igualdade de direitos das mulheres**. Maria da Penha**, mulher, farmacêutica, ficou paraplégica após a tentativa de homicídio pelo seu ex-marido, referência nacional pelos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica.

Quadro 2 - Os sujeitos das pesquisas

Participante	Cidade	Formato
Helen	Porto Belo	*Online*
Laura	Ilhota	*Online*
Izabel	Penha	Presencial
Vanessa	Navegantes	*Online*
Dorina	Itajaí	*Online*
Annie	Piçarras	*Online*
Frida	Balneário Camboriú	*Online*
Maria	Bombinhas	*Online*

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro semiestruturado (APENDICÊ B), com perguntas que também possibilitaram que as experiências das mulheres ultrapassassem aqueles "limites" pré-estabelecidos. O roteiro foi organizado em três eixos: 1) anamnese; 2) experiências quanto ao acesso aos serviços públicos (educação, saúde e segurança pública); 3) questões de gênero.

Por fim, reitero minha eterna gratidão por todas essas mulheres Surdas que se colocaram à disposição e confiaram a mim suas histórias, sem elas essa pesquisa não teria acontecido!

5.4 QUESTÕES PARA A ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para o processo de análise e interpretação dos dados, utilizaremos como fundamento o materialismo histórico-dialético, conduzidos através dos estudos linguísticos realizados por Bakhtin (2006) e a sua compreensão sobre as questões da linguagem. Outros autores já utilizados anteriormente que conduzem reflexões sobre políticas linguísticas, como Calvet, Severo, Lagares, continuarão sendo escolhas para o desenvolvimento da análise.

As categorias de análise foram organizadas por temas que as entrevistas abordaram, lembrando que o objetivo principal desta pesquisa, é analisar o acesso das mulheres Surdas no que tange aos serviços públicos na saúde, segurança e educação. Como destacado anteriormente, durante o desenvolvimento das entrevistas muitos assuntos foram surgindo, relatos que consideramos essenciais para as discussões. São temas correlacionados ao objetivo principal e contam a percepção das mulheres surdas sobre sua identidade, mundo do trabalho, maternidade. Sendo assim, o próximo capítulo compreenderá como as leis se aplicam no dia a dia das mulheres Surdas definidas pelas categorias: a mulher Surda e a comunicação familiar; a mulher Surda e a construção da sua identidade; a mulher Surda e o acesso à educação; a mulher Surda e o acesso à saúde; a mulher Surda e o acesso aos serviços de segurança pública; a mulher Surda e o acesso ao mundo do trabalho; a mulher Surda e a maternidade; a mulher Surda e o empoderamento feminino.

6 A LEI FORA DO PAPEL: A REALIDADE DA MULHER SURDA

Coletar informações, analisá-las, é um movimento complexo e de muita responsabilidade. Essas mulheres confiaram a mim suas histórias, que também poderia ser a história de outras 2,3 milhões de pessoas, pois segundo dados do IBGE, é este o número de pessoas deficiente auditiva no Brasil em 2019, sendo que, deste grande total, em média, 22,4% conheciam a Língua Brasileira de Sinais.

Ressaltamos o esforço de inserir nas análises o contexto do real, no sentido de materializar e aproximar as vivências das mulheres Surdas, reafirmando que o contexto não permanece apenas no campo das ideias, mas das relações sociais, reais e criadas pelo homem e estabelecidas entre os homens. Os indivíduos da comunidade surda são sujeitos sociais, que por vezes foram alijados dos processos inclusivos, mas que fazem parte da coletividade social.

> A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas "imanentes" consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como filosofia do signo ideológico. E essa base de partida deve ser traçada e elaborada pelo próprio marxismo (Volochínov, 2006, p. 39).

O fazer pesquisa exige ao pesquisador a inserção em um campo teórico. Neste caso utilizaremos o fundamento teórico-metodológico do Materialismo Histórico-dialético, visto sua contribuição nas pesquisas em educação. Segundo Rodriguez (2014), por vivermos em uma concepção pós-moderna no contexto da sociedade capitalista, o materialismo histórico-dialético contribui para o entendimento da realidade. Além disso, segundo Jesus (2014) o grande diferencial das pesquisas que utilizam este fundamento teórico-metodológico seriam os resultados obtidos, pois estes ao fim da pesquisa têm como objetivo a transformação social.

> O método de pesquisa materialista histórico-dialético se apresenta como um referencial propício para nos aproximar do conhecimento e explicar a realidade, a vida e a natureza, porque nos permite analisar e compreender as estrondosas e rápidas mudanças da economia, da política e da sociedade (Rodriguez, 2014, p. 133).

Segundo os autores Cunha, Sousa e Silva (2014), a abordagem crítico-dialético faz com que possamos compreender e analisar a partir da totalidade, no que se refere às mulheres surdas. A sociedade de ainda secundariza as mulheres e coloca no campo do esquecimento, as pessoas com deficiência. É nesse contexto político e econômico que a mulher surda se encontra, em uma falsa democratização que as responsabilizam pela superação da marginalidade.

O exercício pedagógico que torna possível o acesso de todos a construção de saberes, está indiscutivelmente ligado ao entendimento sobre a diferença, como um saber pode ser acessível a todos. Estudos linguísticos, fundamentados em Bakhtin (2006), nos mostra o quanto as questões sobre linguagem são importantes enquanto possibilidade de emancipação do sujeito. Neste sentido, segundo Bakhtin (2006, p. 131) "a filosofia marxista da linguagem deve justamente colocar como base de sua doutrina a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura socioideológica". Se a educação é o ponto principal para a construção do pensamento crítico, como a educação, da forma que está acontecendo até hoje, influencia diretamente nas relações sociais do sujeito surdo? Segundo Schlesener (2014, p. 57), "a educação realiza-se ao longo da vida enquanto um processo de conhecimento de si e do mundo por meio do qual construímos a nossa identidade e nos inserimos no movimento da vida social e política".

O modo de produção capitalista perpetua o modelo de segregação social, a miséria e a exclusão atingem não apenas a grande massa trabalhadora, como também as pessoas com deficiência, que foram estigmatizadas. Pelo viés capitalista eram consideradas pessoas improdutivas, trabalhadores ineficientes, vistos pelo capital como impossibilitados para o estudo e ao trabalho, logo um cerceamento da vida social.

> É em decorrência das limitações físicas, sensoriais ou cognitivas que esse grupo não se enquadra no molde de trabalhador eficiente, pois o capital fica impedido de explorá-los tanto quanto o faz com aquelas pessoas que não apresentam tais limitações (Wilhelm, 2015, p. 91).

Ao nos referirmos à pessoa surda, entramos em um ponto muito importante para a sobrevivência do humano, a linguagem. Yaguello (2006, p. 13) pontua questões reflexivas para pensarmos sobre esse processo quando diz que: "sendo o signo e a enunciação de natureza social, em que medida a linguagem determina a consciência, a atividade mental; em que medida a ideologia determina a linguagem?". Ainda segundo a autora, para Bakhtin (2006, p. 14), "a fala está indissoluvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais". Segundo Yaguello (2006, p. 15), "todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua".

A língua é ponto importante para emancipação dos sujeitos. Schlesener (2014), contribui com essa reflexão ao argumentar que, para que isso aconteça, é necessário viabilizar que todos os envolvidos na formação dos sujeitos possam refletir sobre o processo no qual

vivem. Mas, como isso é possível se o espaço no qual deveriam ser vistos pela sua singularidade e diferença, na verdade, rejeita sua língua e cultura? A língua de sinais é estigmatizada, discriminada, considerada como uma marca de inferioridade cultural, mental, mesmo que as pesquisas comprovem toda a sua estrutura linguística, e todos os parâmetros que uma língua deve ter. Ainda assim, o estigma legitima um sistema de exclusão social.

Retomando a questão do desenvolvimento do pensamento autônomo, este só é possível quando o sujeito tem condições de refletir e vivenciar a vida em sociedade em sua plenitude. Para o sujeito surdo essa possibilidade esbarra na questão da linguagem, as relações são estabelecidas através da língua, do contato com o outro, seja ele ouvinte ou surdo. É através dessas relações que o surdo consegue estabelecer sentidos e significados para a construção da sua identidade. Segundo Bakhtin (2006, p. 45), "todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação".

Porém, durante todo o percurso histórico os surdos foram excluídos dos bens materiais, econômicos e culturais, a comunidade passa por diferentes momentos históricos, a segregação, e a institucionalização, nestes espaços os surdos eram obrigados a desenvolver trabalhos manuais, em troca teriam um lugar para dormir e alimento para sobreviver, o que era importante não era a aprendizagem, mas sim a contribuição para os modos de produção.

Dessa maneira, compartilhando das ideias de Bakhtin (2006), cabe afirmar que a comunicação na vida cotidiana não pode ser relacionada a uma esfera ideológica, pois quando falamos da comunicação cotidiana estamos falando de um tipo de comunicação como o próprio Bakhtin usa: "extraordinariamente rica e importante". Segundo o autor, este tipo de comunicação está vinculado de duas formas diferentes, uma delas se refere aos processos de produção e a outra pelas diferentes ideologias especializadas e formalizadas. Sendo assim, "a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais" (Bakhtin, 2006, p. 42).

Dito isso, Lima (2022, p. 801) exemplifica o que Bakhtin propõe dizendo: "o imaginário popular, por exemplo, é construído com falas do cotidiano, que passam de geração a geração para estabelecer certa ordem econômica e social construída". Assim, constituindo-se a comunicação cotidiana, "a palavra registra as menores variações das relações sociais, dos sistemas ideológicos constituídos e da "ideologia do cotidiano", na qual se formam e se renovam as ideologias constituídas." (Bakhtin, 2006, p. 123).

Nesse sentido, para que seja possível a formação do pensamento crítico e autônomo e no que diz respeito à educação formal, esta precisa exercer uma função que vai além da estrutura imposta pela sociedade capitalista e os ideais neoliberais, é necessário ver e formar seus

estudantes além da concepção de força de trabalho. Em consonância com Schlesener (2014), o grande desafio da escola é mostrar as contradições sociais que integram a sociedade, que formar pessoas que compreendam as estruturais sociais nas quais estão inseridas, e questionar qual o é seu papel social, daria a esses sujeitos a oportunidade de formação integral.

Face a esse contexto, é fundamental que o surdo tenha acesso ao conhecimento e isso só se torna possível seja nos espaços de aprendizagem formal, informal, meios de comunicação entre outros, se estes espaços forem acessíveis a eles. Segundo Bakhtin (2006, p. 186), "a vida começa apenas quando uma enunciação encontra outra, isto é, quando começa a interação verbal, mesmo que não seja direta [...]". Por isso, é importante que o surdo se reconheça no outro, e que tenham como referência surdos adultos, pois é através deles que constituirão seus modelos culturais e as relações constituídas pela linguagem. Como diria Nélida Piñon, sem a língua você não é nada, e ninguém te domina se você estiver com uma língua nas mãos.

Por fim, destacamos o direito de os surdos apropriarem-se do conhecimento em sua língua se fez através de luta de anos e, mesmo ainda não acontecendo o acesso na sua plenitude, a comunidade surda percorreu um caminho em busca da valorização da sua língua e dos seus direitos. As conquistas e os avanços sociais são inúmeros visto que, conforme falamos anteriormente, sua história foi marcada por extermínio, genocídios, segregação, porém hoje com direitos. Com isso citamos Paludo e Vitória (2014, p. 114) "a constituição dos direitos sociais ao longo da história não é desvinculada dos processos sociais e da luta constante na base da sociedade, é, na verdade, parte das relações de lutas entre as classes, que não se dão de uma forma linear ou atomizada".

As contribuições de Bakhtin e das reflexões sobre a linguagem para a vida social, as contribuições do método materialista histórico-dialético para as pesquisas sociais possibilitam o entendimento do real nas suas múltiplas determinações, no qual o pesquisador e os pesquisados estão inseridos, pois a ciência é vista como um produto da história, como também a história é constituída a partir da ação do próprio homem este que vive, e está inserido, no movimento das relações sociais de produção.

Por fim, enquanto método de análise nos basearemos pela categoria analítica hegemonia que compreende a dominação ideológica de determinada classe social. Segundo Oliveira, Oliveira e Santos, a ideologia não é "posta" de forma aleatória, ela é pensada e construída por movimentos e alianças que buscam dominar o menos favorecido. Sendo assim este pequeno grupo domina os meios de produção e geração de riqueza, consolidando sua hegemonia através do condicionamento ideológico da massificação da informação. O método colabora, pois, se

aproxima das concepções que trazemos até aqui sobre as línguas hegemônicas, línguas que são elevadas e tidas como padrão na sociedade, que dominam os aparelhos ideológicos, e que por meio destes conserva seu poder. Neste trabalho, a língua utilizada enquanto condicionamento ideológico é a língua portuguesa – colocada enquanto língua nacional, representante do povo brasileiro, língua de instrução, e a que está à margem desta estrutura imposta é a Língua Brasileira de Sinais.

Sem mais, agora iremos conhecer a história destas oito mulheres – Frida, Annie, Maria, Laura, Dorina, Vanessa, Izabel e Helen.

6.1 QUEM SÃO ELAS?

Nomeada como **Frida**, a participante é moradora da cidade de Balneário Camboriú, e tem 34 anos, é separada e mora junto com seu filho, sua mãe, padrasto e irmã de coração. Frida é formada em Letras Libras – licenciatura, pedagogia e está cursando educação especial, atualmente trabalha como professora de Libras e no atendimento educacional especializado na cidade vizinha Itapema. Frida se identifica enquanto mulher Surda e considera que sua língua de sinais é fluente.

Nomeada como **Anne**, a participante é moradora do município de Balneário Piçarras, mas é natural da cidade de Campo Largo – Paraná, tem 21 anos, branca e é solteira. Não tem filhos, mas já passou por uma perda gestacional. Mora junto com sua mãe, seu padrasto e seus dois irmãos. Sua surdez profunda foi descoberta aos quatros anos de idade, e Anne considera-se mulher Surda. Ela acredita que sua língua brasileira de sinais é "normal" (não considera que se expressa de forma fluente), utiliza a oralidade também para comunicar-se. Tem o ensino médio completo e atualmente recebe o benefício do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Nomeada como **Maria**, reside em Bombinhas, tem 51 anos, mora com seu marido, é considera-se uma mulher branca. É pós-graduada em Gestão de Pessoas, não tem filhos, e considera que sua língua de sinais é básica, utilizando outras estratégias de comunicação como leitura labial, a escrita e gestos. É servidora pública e trabalha na área de recursos humanos como agente administrativa.

Nomeada como **Laura**, a entrevistada mora na cidade de ilhota, mas é natural da cidade de Gaspar – Santa Catarina, tem 26 anos, mulher branca e casada. Na residência onde mora, moram apenas ela e o esposo que também é surdo. Não fez o ensino superior, mas completou seu ensino médio. Laura não tem filhos, e trabalha em uma empresa familiar que é deu seu pai, uma fábrica de confecções, na qual exerce a função de supervisora, mas também em outras

funções caso necessário. Considera-se Surda e que se comunica de forma fluente na língua brasileira de sinais, mas no seu dia a dia utiliza diferentes estratégias para se comunicar.

Nomeada como **Dorina**, reside na cidade de Itajaí, mas é natural da cidade de Ronda Alta do estado do Rio Grande do Sul, tem 35 anos e considera-se branca. É casada e mora com seu esposo que também é surdo e sua filha ouvinte pequena. É formada em pedagogia, mas também fez pós-graduação. É professora de Libras concursada, pela secretaria de educação da cidade onde reside. Dorina se identifica enquanto mulher Surda, e considera que sua língua de sinais é fluente.

Nomeada como **Izabel**, a participante é moradora da cidade de Penha, é branca e tem 25 anos, é solteira e mora com sua mãe e seu pai. É formada em técnico em administração e estava na época desta entrevista quase concluindo seu ensino superior em administração. Não tem filhos, e considera-se mulher Surda, sua surdez foi descoberta após seus dois anos de idade. Vanessa acredita que sua língua de sinais é fluente, que conhece sinais mais antigos, mas que também busca conhecer e ter mais contato com sinais mais formais. Trabalha em supermercado da região como auxiliar de loja.

Nomeada como **Vanessa,** reside na cidade de Navegantes, e mora juntamente com seu esposo que também é surdo. Tem 39 anos e formou-se no ano de 2015 em administração. Não tem filhos, e considera-se deficiente auditiva, branca, quanto a sua língua de sinais é fluente, mas disse que a maior parte do seu dia a dia é convivendo com pessoas ouvintes, que utiliza a Libras para se comunicar com o esposo e outros surdos. Trabalha em um estaleiro no departamento de recursos humanos há mais de seis anos.

Nomeada com **Helen**, a entrevistada reside na cidade de Porto Belo, mas é natural de São Paulo capital. Tem 36 anos e mora junto com seu namorado que também é surdo, sua mãe e seu padrasto. Nasceu ouvinte e após uma meningite perdeu a audição. Considera-se mulher branca, e não tem filhos. É formada em logística, mas não estava trabalhando na época da entrevista. Considera que sua língua de sinais é fluente.

6.2 A MULHER SURDA E A COMUNICAÇÃO FAMILIAR

Uma das primeiras questões abordadas durante a entrevista – no eixo da anamnese foi sobre as suas relações familiares e de que forma se concretiza a comunicação neste espaço. Os familiares sabem libras? O núcleo familiar em que vive se comunica como? Desta feita, foi solicitado que contassem um pouco sobre a sua experiência comunicacional neste contexto.

Após as entrevistas, das oito mulheres Surdas, foi visto que a maioria delas utiliza diferentes estratégias de comunicação com seus familiares, desde a oralização, gestos e escrita. Quatro são casadas com pessoas surdas, então seu núcleo central familiar é sinalizante, de forma que a comunicação entre eles acontece de forma natural.

De uma maneira geral, ao menos uma pessoa da família sabe Libras (além dos maridos), mas o fato que mais chama atenção, é que em todas as entrevistas foi a figura feminina que prevaleceu enquanto parte interessada e preocupada em aprender a libras - mãe, avó, irmã, sendo que os demais utilizam o português oral e alguns gestos para comunicação.

Podemos perceber que conforme as entrevistadas relatam ainda está enraizado a forma que a sociedade responsabiliza as mães a criação e os cuidados dos seus filhos - "o meu pai não sabe Libras", "meu padrasto não sabe Libras", "meu irmão não sabe Libras", foram falas recorrentes durante as entrevistas. Por que as figuras masculinas não se envolvem?

> [...] a maternidade, atualmente, ainda é um tema considerado sagrado e naturalizado como algo essencial às mulheres, tendo influências ligadas diretamente com a religiosidade, com o Estado e com a cultura patriarcal. Desta forma, induz-se que a maternidade é algo intrínseco à mulher, que todas possuem um instinto materno inato e que, consequentemente, facilita o cuidado e o amor das mulheres para com seus filhos, ao contrário dos homens, como provedores da família, os quais não têm obrigação e "talento" na criação (Costa; Soares, 2022, p. 370).

A exemplo disso o relato da mulher Surda Izabel nos mostra a preocupação da mãe em aprender a libras após descobrir sua surdez:

"BOM PERGUNTAR ENTÃO MÃE COMEÇAR APRENDER QUANDO NASCER CRESCER 1 ANO MAIS OU MENOS 1 OU 2 ANOS MÃE E PAI PENSAR EU NORMAL DEPOIS DESCOBRIR ESTRANHO QUIETA MUITO TAMBÉM NÃO-OUVIR BARULHO NÃO OLHAR OUVIR NÃO ANTES SIM OLHAR ESTRANHO! MÃE LEVAR MÉDICO OUVIDO FEZ EXAME ENTREGAR CINZA LÍNGUA DE SINAIS COMUNICAR FILHA COMO SURDA MÃE PAI PREOCUPAR COMO INTERAGIR MÃE PAI FOI CURSO FAZER LÍNGUA DE SINAIS LÁ UNIVALI GRUPO SURDOS SAPS -S-A-P-S UNIVALI LÁ GRUPO SURDO CRIANÇA LEVA ESCOLA LÁ CRESCER LÁ TAMBÉM MÃE APRENDER LÍNGUA DE SINAIS PAI APRENDER POUCO MÃE MAIS CONTATO AFINIDADE JUNTO MÃE CONSEGUIR ATÉ AVÓ CUIDAR-EU MÃE LEVAR ESCOLA CURSO FAZER COISAS APRENDER COMUNICAR AVÓ CUIDAR MÃE TAMBÉM ENSINAR ELA LÁ CURSO BÁSICO INTERMEDIÁRIO AVANÇADO FORMAR LÁ BÁSICO INTERMEDIÁRIO AVANÇADO FORMAR ATÉ HOJE BEM FAMÍLIA INTERAGIR OUTRA FAMÍLIA TIA TIO NÃO-SABER ALGUNS MAIS OU MENOS PRIMO BOM COMUNICAR PACIÊNCIA EU TRADUZIR" (Izabel[10])

[10]Relato transcrito de Izabel: - "Minha mãe começou a aprender libras quando eu nasci quando eu tinha um ano mais ou menos uns dois anos a minha mãe achou que eu era normal mas depois ela achou estranho que eu era muito quieta que eu não ouvia não respondia barulho aí me levou ao médico fez audiometria daí eu fui fez curso de libras para poder começar a se comunicar comigo meu pai ficou um pouco preocupado, ela ficou preocupada como se comunicar então ela fez curso de libras me levava para escola de surdos lá e lá eu aprendi meu pai sabe bem pouco mas a minha mãe eu tenho contato fico junto com a minha mãe e até com a minha avó que cuida de mim que me leva para curso se comunica bem então minha mãe e minha avó sabe o básico de libras fizeram todos os cursos e sabem bem se comunicam bem libras aí tem tios que sabem um pouquinho mas bem pouco primos que sabem bem que são fluentes se comunicam tem paciência comigo é isso"

Outra entrevistada relatou que a mãe é intérprete de libras, apesar de não ter sido aprofundado durante a entrevista fica o questionamento do interesse da mãe pela área, supondo que a formação tenha vindo e acontecido devido as condições linguísticas da filha.

Outro relato que chama atenção é de Vanessa:

> "NÃO EU CRIANÇA MÃE LEVAVA UNIVALI CONHECER IDADE 2 SAPS NÃO EXISTIR ANTES SAU NÃO-LEMBRAR NÃO DESCULPA ERRADO PROPRIO SURDO DE MANHÃ DE TARDE OUVINTES MÃE NÃO ACEITAR LIBRAS NÃO-CONHECER LIBRAS TREINAR ORALIZAÇÃO DIFICIL FAMILIA TODOS ORALIZAÇÃO DEPOIS IRMÃ NASCER APRENDER LIBRAS MÃE PAI ÚNICO NÃO-SABER LIBRAS" (Vanessa[11])

Aqui vários pontos desta discussão se cruzam e se relacionam. Primeiramente, podemos pensar como foi o primeiro contato dessas famílias ao descobrimento da surdez de sua filha. Na maioria das vezes, as famílias têm acesso e conhecimento a Libras tardiamente, isso porque, como vimos anteriormente, a concepção médica sempre buscou e acreditou em recursos normalizadores para a criança.

Para Falcone (2023), nas famílias ouvintes que tem filhos ouvintes as condições de acesso à linguagem ocorrem com maior facilidade, pois estão em contato com os pais o tempo todo, já em famílias ouvintes que tem filhos surdos o acesso à língua já não acontece assim, visto que a maioria dos pais não utilizam línguas de sinais. Para a criança surda é importante o contato com interlocutores que exploram a língua visual. Segundo a autora o que acontece em famílias ouvintes com filhos surdos, é que seus filhos têm contato com a língua de sinais em ambientes educacionais, passando ser o educador referência enquanto pertencimento e identificação.

E apesar de algumas famílias optarem pela língua de sinais, desde o nascimento de seus filhos, qual é o apoio do Estado para que isso aconteça? Afinal, ainda não temos leis que garantam a aquisição da língua de sinais precocemente, desde o seu nascimento por exemplo. Sendo assim, o surdo muitas vezes tem contato tardiamente com a língua de sinais, o que

[11]Relato transcrito de Vanessa: - "Quando eu era criança, dois anos de idade minha mãe me levava para a Univali, foi antes do SAPS, antigamente chamava-se SAL, desculpa me confundi, um período eu tinha contato com os surdos e de tarde eu ia na inclusão. Minha mãe não aceitava libras, ela queria que eu treinasse a oralidade foi bem difícil, a minha família toda se comunica pela oralidade, depois minha irmã nasceu, ela aprendeu sinalizar. Com a minha irmã converso em libras, minha mãe e meu pai são os únicos que não sabem libras.

implica no desenvolvimento da sua linguagem, o início da escolarização e assim por diante no decorrer da vida.

6.3 A MULHER SURDA E A CONSTRUÇÃO DA SUA IDENTIDADE

Esta categoria de análise foi considerada para discussão, pois entendemos que a identificação enquanto mulher surda ou deficiente auditiva também é influenciado pelas línguas hegemônicas, e pelo poder que a classe social dominante possui entre grupos marginalizados. Por isso, no momento da entrevista foi perguntado à mulher surda como ela se identifica - surda ou deficiente auditiva?

Das oito entrevistadas, cinco se identificam enquanto mulher Surda, uma se identifica enquanto deficiente auditiva, e duas acreditam que a não tem necessidade de se identificar com uma ou outra identidade, que este ponto precisa ser levado em consideração.

Nesta pesquisa compreendemos que os termos - Surda e deficiente auditiva se diferem, quando o sujeito se identifica enquanto pessoa Surda, ele tem um sentimento de pertencimento com aqueles que utilizam a língua de sinais. Conforme Miranda (2001), esse sentimento é independe do seu grau de surdez, o importante é viver a cultura, a língua e a identidade que esse grupo envolve.

> [...] As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com o maior ou menos receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência o posicional pela qual os indivíduos representam a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menos valia social (Perlin, 2004, p. 77-78).

Segundo o Decreto n.º 5.626 considera-se pessoa surda aquela que devido a sua perda auditiva é que interage, compreende, manifesta a cultura através das suas experiências visuais e a libras. Já, deficiente auditivo, compreende-se que é aquele indivíduo que tem a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis ou mais.

A carga semântica também é uma discussão relevante quanto ao poder que ela tem em influenciar e significar o outro, na perspectiva cultural. Utilizar o termo deficiente auditivo implica na carga histórica e a ideia de normalização, a continuidade do uso tem efeito cascata de padronização dos sujeitos. Deficiente auditivo, na perspectiva cultural, significa olhar o surdo pelo que “falta” – a audição.

Das mulheres que responderam que se identificam enquanto Surdas, responderam sem excitação e sem mais exposições quanto a sua identidade. Porém, duas exposições me chamaram atenção. São elas de Helen e Vanessa:

> BOM PERGUNTAR VERDADE NÃO-PERCEBER IDENTIDADE SABER PORQUE APRENDER JUNTO FAMÍLIA APRENDER ÂNIMO PARECE EU IGUAL NÓS PORQUE NÃO-TER NADA DIFERENTE PORQUE EU SÓ NÃO OUVIR NADA SÓ MAS EU SENTIR PARECE IGUAL NÓS NÃO-TER…PORQUE S-E-R-Á IDENTIDADE NÃO-SEI EXPLICAR ENTENDER? PORQUE APRENDER COISAS DEFICIÊNCIA DENTRO FAMÍLIA ATÉ MINHA FAMÍLIA MOSTRAR-EU CAPAZ IGUAL ÁREA POR ISSO NÃO-TER NERVOSO NÃO-TER LIMITE EU NÃO-TER DEPENDER PAI MÃE AJUDAR-EU NADA EU CAPAZ QUERER VONTADE QUERER EU FAZER IGUAL OUVINTE TAMBÉM PORQUE EU NÃO? SABE! EU NADA PREOCUPAR IDENTIDADE. (Helen[12])

> D.A SENTIR D.A PORQUE QUERER PROFISSIONAL PRÁTICA DEPENDER NÃO-QUERER NADA! EU LUTAR SOZINHA NADA ENTENDER? (Vanessa[13])

Após a respostas delas, a primeira pergunta que me veio à cabeça foi: por que elas relacionam a surdez enquanto incapacidade e a deficiência auditiva enquanto autonomia? Talvez seja pelo fato de que, apesar de elas utilizarem língua de sinais, a língua, em si, não as coloca no mesmo patamar que o uso da língua portuguesa as colocariam, pode ser também que as entrevistadas independem de usarem ou não a língua de sinais ela se identificam com a comunidade ouvinte. Segundo Laddy (2013, p. 16), "as comunidades surdas têm sido arrastadas com o movimento do modelo social, principalmente porque lhes tem faltado o poder de dar a conhecer suas próprias perspectivas".

> As distorções presentes no conteúdo histórico onde as diversas culturas são ignoradas em prol de uma cultura global unificada (Golding, 1993 *apud* McLaren, 2000) impedem ou atrapalham grandemente a possibilidade dos indivíduos construírem suas próprias identidades. Assim, grupos não relatados ou colocados de modo equivocado na história não conseguem se reconhecer na sociedade em que vivem, prejudicando ainda mais este processo e provocando um sentimento de alienação e solidão. (Ribeiro, 2017, p. 1).

[12]Relato transcrito de Helen: - "Eu não consigo perceber uma identidade em mim, eu aprendi na minha família que eu sou igual a todos, a única diferença é que eu não escuto nada, mas eu não me sinto diferente, eu não tenho porque definir a minha identidade, eu não me vejo nessa obrigação sabe que tem muitas pessoas com deficiência na minha família e a gente mostra que é capaz então tem as barreiras, às vezes, não tem essas barreiras, não sou dependente da ajuda dos pais, eu tenho vontade ou eu quero, eu faço então entendeu eu não tenho essa preocupação em definir minha identidade"

[13]Relato transcrito de Vanessa: - "eu sou da. eu não tenho dependência eu não quero isso eu luto sozinha eu faço as coisas entende"

Para as mulheres que se identificam enquanto surdas é notório pela forma que expressam o orgulho de fazer parte de uma comunidade na qual são compreendidas. Segundo Conserva, Viveiros e Bezerra (2021), por muito tempo os surdos lutam por reconhecimento, respeito e espaço, buscando sua autonomia e a relação de dependência com os ouvintes.

Observa-se que o uso da língua de sinais pelos sujeitos surdos gera conforto e orgulho de terem uma língua e uma cultura a compartilhar, em outras palavras, o fato de expressar-se em sua língua constitui sua cultura, une a comunidade, gera orgulho e fortalece sua surdidade (Laddy, 2013). Tem-se o surdo brasileiro, que utiliza a língua brasileira de sinais e é dentro da sua comunidade que são acolhidos e respeitados, que encontram seus pares, que se comunicam sem intervenções. Compartilhar características comuns dentro de um grupo minoritário como o grupo de surdos é algo que propicia a união em sua representação e identificação enquanto sujeitos pertencentes a um grupo social específico.

Para Hora (2020), diferentemente das comunidades quilombolas e indígenas que vivem em determinados territórios geográficos, o povo surdo não tem um território específico em que vivem. Os sujeitos surdos vivem em todo o território, no qual as pessoas ouvintes são maioria, desta forma vivenciando a cultura ouvinte. Contudo, a Comunidade Surda se une em diferentes espaços, eventos, associações, oportunizando vivenciar a língua e a cultura em comum. Para a autora “as pessoas Surdas formam comunidade a partir da língua de sinais e constrói coletivamente a Surdidade, a resistência à normalização estrutural presente no sistema capitalista” (Hora, 2020, p.).

6.4 A MULHER SURDA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

Nos capítulos anteriores fizemos breves discussões sobre os direitos das mulheres, abordamos também sobre o acesso à educação, mas aqui neste capítulo iremos discutir mais profundamente sobre este acesso pela mulher Surda. Lá, no século XIX, como vimos anteriormente, o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, situado na cidade do Rio de Janeiro, segundo Rocha (2007), havia matriculados meninas e meninos, fato que o diretor da época discordava, para ele as meninas deveriam ficar em casa, e sua aprendizagem se limitaria em aprender os afazeres domésticos e bordar. A decisão tomada pelo diretor fez com que as poucas meninas que ainda estavam ali estudando ficassem apenas até sua primeira menstruação, após isso seriam enviadas para suas casas ou abrigos. Na época havia também uma professora mulher, apenas uma! Mas com o fim do internato feminino foi mandada

embora. Ainda segundo a autora, somente após 1930 que, em regime externato, as mulheres voltaram a frequentar o instituto.

A escola tem papel essencial nas relações que o sujeito estabelece em cada etapa da vida, o sentimento de pertencimento, de entender sobre sua cultura, de construir sua identidade. Também é na escola que o indivíduo desenvolve diversos conhecimentos críticos. Mas como isso ocorrerá caso o surdo não tenha uma língua de instrução? Não tenha acesso a educação? Não tenha contato com seus pares? Segundo Capovilla (2000), a língua vai além das infinitas possibilidades das relações comunicacionais e interpessoais, ela também permite o pensamento; possibilita reconhecer e formar conceitos; colabora com a resolução de problemas, bem como, a aprendizagem consciente.

No ano de 2001, o estudante de mestrado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Wilson de Oliveira Miranda, desenvolveu sua pesquisa intitulada – Comunidade dos surdos: Olhares sobre os contatos culturais. Wilson pesquisou surdos de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Nos dois anos de pesquisa Miranda encontrou surdos que viviam isolados, sem conhecer a língua de sinais, a cultura surda, sem informações, vivendo em um ambiente hegemônico ouvinte. O que chama atenção nesta pesquisa, que vem ao encontro da nossa, é a história das meninas Surdas relatadas pelo autor.

Miranda encontrou quatro mulheres Surdas na região em que estava desenvolvendo sua pesquisa, uma delas com 25 anos vivia em cativeiro familiar, era obrigada a cuidar da casa e não podia sair porque seus pais tinham medo que ela engravidasse, não levavam sua filha à escola, e acreditavam que sua filha poderia voltar a ouvir com o tempo, caso mantivessem os cuidados que estavam tendo com ela até então.

Outras duas Surdas que Wilson entrou em contato para frequentar suas aulas já eram casadas e tinham filhos, quem decidia sobre suas vidas era os esposos ouvintes e pais, uma delas frequentou pouco tempo enquanto estava hospedada na casa da irmã, a outra nunca apareceu na escola. Encontrou também uma menina Surda de quatro anos, procuraram por sua casa e ao chegar deparou-se com o irmão mais velho brincando no pátio da casa, enquanto ela dentro de casa fechada. A mãe também nunca a levou na escola.

As histórias destas mulheres se relacionam e se cruzam com as nossas, o acesso tardio e a aceitação da língua de sinais, principalmente pelos seus familiares, faz com que os surdos passem por situações escolares que reafirmam a supremacia hegemônica da língua portuguesa.

Quando retornamos as histórias das nossas entrevistadas a histórias se diferem e se cruzam ao mesmo tempo, algumas tiveram parte do seu estudo em escola para surdos, sendo

que as outras estudaram apenas em escolas inclusivas, outras tiveram a experiência de ter vivido o processo de aprendizagem nos dois contextos em diferentes épocas da vida. Por fim, a maioria delas relataram que eram a única surda da sala ou da escola. Vanessa relata que conclui seus estudos na Educação de Jovens e Adultos por insistência do namorado, não tinha intérprete nem no ensino regular, nem no EJA, ficava muito sozinha, mas às vezes os amigos faziam dupla com ela para ajudá-la. Teve intérprete de Libras apenas quando fez o ensino superior.

Helen teve uma experiência diferente das demais. Após ter ficado surda, a mãe procurou uma fonoaudióloga e neste contato descobriu uma escola de surdos que a mãe procurou e a matriculou. Helen explica que a escola para surdos que estudava era particular, e aprendeu Libras desde pequena. A entrevistada estudou nesta escola até seu primeiro ano do ensino médio, que teve que sair após sua mãe ter que mudar de cidade por causa do trabalho, todos eles foram juntos para este pequeno município, foi a partir de então que Helen passou a frequentar a escola inclusiva particular. Na escola particular não tinha intérprete de Libras, os amigos ouvintes que fez que a ajudavam, mas ela relata a dificuldade que passou, pois, os professores não se importavam com ela, explicavam o conteúdo virados para o quadro, ela pedia para eles falarem olhando para ela, mas sempre esqueciam e acabavam seguindo o padrão. Foi então que ela chegou para sua mãe e falou que não queria mais estudar naquela escola, que eu não estava aprendendo nada. A mãe de Helen começou a procurar outras escolas e encontrou o instituto para surdos da cidade, nesta escola que era do governo tinha intérprete de libras para acompanhá-la.

A experiência de Izabel se assemelha com as outras:

> INCLUSÃO OUVINTE INCLUSÃO EU ERA ÚNICA SURDA. IDADE SEIS ESTUDAR IR GRUPO UNIVALI TINHA GRUPO SURDOS USAVAM LIBRAS DEPOIS MUDAR IR VOLTAR IR VOLTAR NÃO-DAVA MUDAR PRIMEIRO ANO OUTRA ESCOLA MINHA MÃE LEVAVA PRIMEIRO ANO NÃO-TER INTÉRPRETE CONFUSÃO EU NERVOSA CHORAR CHORAR QUEBRAR COISAS RASGAVA FOLHAS PROFESSORA FALA FALAVA EU NÃO-SABER LIBRAS EU ENTENDER NADA O QUE EU FAZER AQUI COPIAVA COPIAVA COPIAVA COPIAVA AMIGO NÃO-SENTIR BEM BOM PRA MIM-NÃO DEPOIS MÃE LUTOU PROCURAR ENCONTRAR ESCOLA NAVEGANTES LÁ ESCOLA OUTRA MUDAR VOLTEI PRIMEIRO ANO SALA DE OUVINTES TINHA INTÉRPRETE E ESTUDAVAM JUNTOS 4 5 6 SURDOS AS VEZES ESTUDAR JUNTOS EU FELIZ AMAVA APRENDIA SINAIS APRENDIA PALAVRAS PORTUGUÊS ESTUDAR QUINTO ANO DEPOIS MUDAR MESMA ESCOLA ANTES PASSADO EU MEDO NERVOSA MAS AGORA TINHA INTERPRETE TEM INTERPRETE DIFERENTE QUE EU ACOSTUMADA INCLUSÃO ERA DIFERENTE EU ÚNICA SURDA COMEÇAR ACOSTUMAR PORQUE JÁ CONHECIA OUVINTES ANTES BRINCADEIRA LEVE LEGAL FORMEI TERCEIRO ANO MESMA INTÉRPRETE ANOS CONTINUAR ESCOLA. (Izabel[14])

[14]Relato transcrito de Izabel: - até os 6 anos eu estudava na escola de surdos onde tinha língua de sinais depois eu mudei e daí eu fui para o primeiro ano não tinha intérprete, não tinha libras não tinha língua de sinais eu era muito nervosa chorava muito fazia birra a professora só falava e eu não conseguia entender o que que era para fazer que era só para copiar do meu amigo isso não era bom, aí minha mãe lutou procurou achou uma escola em navegantes aí mudei de escola, mudei para uma escola que a professora que sabia a língua de sinais e tinha um grupo de surdos, quatro alunos, quatro ou cinco, e aí eu fiquei muito feliz amei estudar, aprendi, aprendi sinais, aprendi as palavras do português isso foi até o quinto ano daí no quinto ano mudei de escola voltei para aquela mesma escola

Dorina teve as duas experiências, estudou em escola inclusiva sem acessibilidade, sem intérprete de libras do seu primeiro ao quinto ano, do quinto ao oitavo ano estudou em escola bilíngue, e quando concluiu o ensino fundamental e foi para o ensino médio, voltou para a escola inclusiva, mas tinha intérprete. Todas as escolas que ela frequentou eram públicas. Ela diz que foi uma experiência muito difícil até o quarto ano, ela reprovou e a professora não tinha estratégias para ensinar uma criança surda, mas quando passou a frequentar a escola bilíngue ficou leve e natural a aprendizagem.

Maria estudou em escola pública inclusiva também e relata que enfrentou muitas dificuldades. Já o caso de Laura foi diferente, ela estudou em escola pública e privada, ambas inclusivas.

ESCOLA SEMPRE INCLUSÃO SEMPRE ESPERA EXPLICAR MISTURADO PRIMEIRO SEGUNDO ANO ESCOLA PUBLICA ACHO ESTADO NÃO-TER INTÉRPRETE PROFESSORA ME PASSAVA FINGIR ENSINAVA APRENDER NADA NUNCA APRENDER LER NADA SEGUNDO PRIMEIRO ANO MINHA FONOUDIOLOGA PERCEBEU EU EVOLUIR NADA APRENDER NADA PAI ACHAR MELHOR TROCAR DE ESCOLA ESCOLA PARTICULAR UNIVALI - CAU CONHECE UNIVALI MUDEI TERCEIRO ANO UNIVALI ATÉ SEGUNDO ANO ENSINO MÉDIO MAS MOTIVO NÃO-CONSEGUIR CONTINUAR ESCOLA PARTICULAR MUDEI ESCOLA PREFEITURA TER INTÉRPRETE ENTENDEU ESCOLA PARTICULAR TER INTÉRPRETE RÍGIDO APRENDER EVOLUIR SIM PRIMEIRO ANO SEGUNDO ANO NÃO-TER INTÉRPRETE ESCOLA PÚBLICA ILHOTA NÃO-TER. (Laura[15])

Annie conta que sempre estudou em escola inclusiva pública, que quando morava no Paraná a escola que estudava tinhas muitos surdos, e quando mudou para Santa Catarina achou muito estranho, por que não tinha tantos surdos igual lá. Ela fala que conseguiu intérprete apenas no sexto ano, mas a maioria dos intérpretes não eram fluentes, soletravam muito, ela conta que se sentia muito sozinha, deslocada e que a mudança para Santa Catarina foi difícil pois ela sentia saudades de estar junto com os surdos, de conviver com eles. Laura também relata que quando estudou em escola pública no segundo e terceiro ano do ensino médio sofreu com os profissionais que a acompanham. Comenta que eles não eram fluentes, e não tinham

fiquei um pouco receosa mas tinha intérprete e daí era um costume diferente porque era uma escola de ouvintes eu era a única surda mas eu acostumei porque tinha alguns ouvintes que eu já tinha estudado junto me formei no ensino médio com o intérprete.

[15]Relato transcrito de Laura: - Sempre estudei em escola inclusiva, deixa eu explicar por que foi um pouco misturado. Primeira e segunda ano do ensino fundamental fui à escola pública, acho que era do estado e não tinha intérprete, os professores só me passavam mesmo, mesmo eu não tendo aprendido a ler e escrever. Um dia na fonoaudióloga ela chamou meu pai para conversar e explicou que era melhor mudar de escola, que naqueles dois anos eu não tinha evoluído nada, aprendido nada. Meu pai me matriculou em uma escola particular, Univali, conhece? Lá eu fiz até o segundo ano do ensino médio, por alguns motivos tive que voltar para a para escola pública em Ilhota, nesta época já tinha intérprete. Lá no CAU tinha intérprete era muito rígido eu aprendi, evolui, na prefeitura não tinha intérprete no primeiro e no segundo ano.

responsabilidade com os horários da aula, chegando sempre atrasado, ela se sentia prejudicada porque perdia muito conteúdo.

Frida também sempre estudou em escola inclusiva, e no contraturno duas vezes por semana ia para a Univali, isso até seus 11 anos. Ela relata que na escola inclusiva não teve intérprete do 1º ao 5º ano e às vezes a mãe ia junto para escola com ela, na escola ela só copiava, se sentia perdida e tinha muitas dificuldades. Do 6º ao 8º abriram uma sala só para surdos, a professora sabia libras e ela conta que eram em mais ou menos 7 ou 8 surdos que frequentavam a sala, que aprenderam muito e foi neste momento que ela percebeu que estava muito atrasada na sua aprendizagem. O seu ensino médio foi concluído no supletivo, nesta época já com 16 anos ela já trabalhava para ajudar no sustento de casa e passou a estudar de noite junto com sua mãe, nesta época também não tinha intérprete e a mãe se responsabilizou em ajudá-la.

Trago agora alguns pontos que cabe a nós refletirmos sobre este aspecto de escolarização das mulheres Surdas entrevistadas. O primeiro reitera o que falamos até aqui é o quanto a troca com seus pares é significativa, que a interação com surdos e adultos sinalizantes foi importante para elas, várias falaram que se sentiam sozinhas, deslocadas quando estavam em espaços exclusivamente ouvinte, imagina você estar em um lugar em que várias bocas se mexem, que você não entende nada, e que ninguém vê que você está ali?

O segundo ponto é a falta do profissional intérprete de libras nas escolas, mesmo as entrevistadas tendo idades variadas, todas sofreram com a mesma coisa da mais jovens a mais velha. Mesmo após as legislações e documentos que obrigavam ter a presença de intérprete de libras nas escolas que havia surdos matriculados, como a Lei n.º 10.098/1994, que já havia orientações para esses profissionais em todos os âmbitos – federais, estaduais e municipais, as mulheres Surdas relatam a dificuldade de conseguirem os profissionais quando matriculadas em escolas municipais, elas contam que nas escolas estaduais era mais fácil ter um intérprete.

A fluência dos profissionais também foi levantada por elas, o que nos leva a questionar a contratação precarizada que o estado faz. Como será que foi feita a contratação destes profissionais na época? Qual era a exigência de formação para sua atuação? O salário? O tempo de trabalho? Havia uma banca para avaliar a fluência deles ou não? Esses profissionais viviam em um ambiente linguístico e cultural constante com outros surdos? Qual era a formação acadêmica destes profissionais? Este é um assunto que renderia outra dissertação, não é?! Contudo, o que sabemos é o que foi contado por essas mulheres Surdas, e as dificuldades que passaram com esses profissionais. Lacerda (2015) nos diz que a formação do tradutor/ intérprete precisa ir além do seu conhecimento da língua, que suas possibilidades de atuação exigem uma formação plural e interdisciplinar.

Outro ponto é, as mulheres Surdas nascidas em Santa Catarina tinham como referência a mesma instituição para educação de surdos, e mesmo não sendo no mesmo local que moravam, a família se disponha a levar duas vezes por semana para fazer o contraturno com profissionais especializados. Helen e Laura estudaram em escola particular, porém a experiência de Laura foi muito diferente, visto que o colégio onde estudou apesar de ser particular já compreendia a surdez de outra forma, e entendia a necessidade de ter um intérprete de libras para acompanhar durante as aulas. A escola particular que Laura estudou é da mesma instituição de ensino superior que oferecia e oferece até hoje o apoio às famílias que têm filhos surdos.

Também percebemos através dos relatos a dedicação da mãe em procurar algo melhor para sua filha, levar, buscar, acompanhar, ficar em sala junto e até mesmo estudar junto para que sua filha pudesse ter uma educação mais digna.

Umas das coisas que chamou mais a atenção, é que várias delas também falaram: - “eu só copiava”. Lembro que na época que eu estudava na educação básica o bom aluno era aquele que tinha seu caderno cheio um, dois, três cadernos no ano. Segundo Ross (2007, p. 97), “a escola é, na verdade, uma instituição da sociedade civil que confere ao Estado a função de mantê-la, administrá-la ou de delegar esse direito a pessoas competentes, mas sempre em nome dos que lhe dão a razão social para a sua constituição e nunca contra estes ou a sua revelia”.

Hoje trabalhando em escola a ideia de bom aluno não mudou muito, e a estratégia para aquele professor que não adaptou seu conteúdo sempre é a cópia do livro.

Isso aqui não é uma crítica, mas é um ponto a refletir, sabemos que os professores têm uma carga horária exaustiva, que extrapola os muros da escola, que a formação ainda é um ponto a ser reestruturado, o salário que é oferecido é humilhante e a forma que são contratados, na qual a grande maioria trabalha o ano todo sabendo que passarão janeiro e fevereiro sem um salário é preocupante. As questões sociais interferem diretamente nos profissionais, e a responsabilidade de um ensino precarizado para os surdos é também do Estado.

Isso significa que o Estado controla o interesse coletivo, através dos aparelhos ideológicos e as relações de poder e a dominação econômica, inclusive sobre as mudanças no âmbito educacional, que atingem diretamente nas práticas pedagógicas, assim, perdendo a consciência do seu papel social enquanto luta de classe. Quando passamos a pensar no impacto que os ideias neoliberais tiveram sobre a educação, o pensamento difundido pela classe dominante é que o objetivo principal da escola é formar pessoas para o trabalho.

Jesus (2014) explicita que o projeto de educação estabelecido nos anos de 1990 preocupava-se apenas em colocar todas as crianças na escola, porém as condições nas quais eram colocadas não levava em consideração políticas educacionais básicas que pensavam em qualidade de ensino, permanência, sucesso ou fracasso do alunado, pontos básicos para uma educação de qualidade, que o Estado responsabilizou a escola, a família e ao aluno, caso isso não se concretizasse.

Segundo Cunha, Souza e Silve (2014), a educação também incorporou em seu ensino as bases neoliberais, com a ideia de querer superar as contradições sociais e econômicas, a nova concepção era vista como oportunidade de novas realidades, porém o que realmente acontece é a alienação, explicações simples e rasas para explicar a realidade, o que difere da realidade das desigualdades sociais, narrativas abstratas e manipuladoras. Jesus (2014) ainda reafirma que a escola real para seres reais, não perpetua a desigualdade histórica e socialmente construída, a escola deve ser um espaço que possibilita o desenvolvimento da consciência e que a partir desta ocorra a transformação do ser humano e da sociedade.

Dessa forma, quando pensamos que o ser humano, ao produzir condições materiais, transforma a sua própria realidade e, para além disso, produz a própria história, acumulando experiência e legando às próximas gerações o resultado de suas transformações, ele constitui-se em um ser que constantemente se educa e aos seus pares também. Estabelece-se, portanto, não apenas a construção de saberes, mas a necessidade de transmissão, apropriação e ressignificação, ou seja, um exercício pedagógico que contribui decisivamente para a humanização do ser humano. (Jesus, 2014, p. 229)

6.5 A MULHER SURDA E O ACESSO À SAÚDE

Das oito entrevistadas apenas uma utiliza o SUS na sua totalidade, duas utilizam parcialmente (particular e SUS), já as outras entrevistadas acessam a saúde de forma particular e ou convênio, utilizando o SUS apenas para vacinação.

Durante as entrevistas tanta as usuárias do serviço público, quanto do serviço privado relataram dificuldades em acesso aos serviços de saúde. Mesmo que a maioria opte pelo serviço de saúde particular, pelo fato de ter mais direito de escolha durante o seu atendimento, seja utilizando serviços de interpretação online durante as consultas, como também solicitando a troca de profissional caso tenha tido alguma experiência ruim com algum profissional em que estejam atendendo no momento ou esteja acessando o serviço de pronto socorro. Quando elas sinalizam essas experiências, elas explicam que normalmente os profissionais da saúde não

aceitam a utilização do serviço de interpretação online, ou não fazem questão nenhuma de atendê-las de forma acessível, entre outras barreiras atitudinais que eles mostram durante o atendimento. Uma das reclamações, recorrentes entre as entrevistadas, foi o uso de máscara, que entendem pelo fato da covid e outras situações dentro do ambiente da saúde, porém sem o intérprete de Libras, umas das estratégias de comunicação adotado por elas é a leitura labial, que no caso fica incompreensível com o uso de máscara.

Um dos relatos que mais chamaram atenção foram da entrevistada Laura:

> "EU IR SEMPRE DEPENDER MINHA IRMÃ SEMPRE PODER CONTAR HISTÓRIA RESUMO PODER? ACONTECER OPINIÃO BELEZA EU ACOSTUMAR JUNTO IRMÃ PORQUE ELA SABER LIBRAS MAIORIA HOSPITAL NÃO-TER INTÉRPRETE MAIORIA MEDO SOZINHA PORQUE TRAVAR-COMUNICAÇÃO ACONTECER POR ISSO ACOSTUMAR ENTÃO ACONTECER COVID PANDEMIA ACONTECER 2020 IRMÃ MAIS VELHA TER FILHO PEQUENO ACONTECER EU DOR BARRIGA NÃO-SEI O QUE É DOR BARRIGA NÃO-QUERER CHAMAR IRMÃ JUNTO PORQUE MEDO HOSPITAL PEGAR COVID PORQUE ELA TER FILHO PERIGOSO OUTRA IRMÃ SEGUNDA TER GRÁVIDA NÃO-QUERER JUNTO PORQUE COVID PODER PERIGOSO AINDA DISTRIBUIR VACINA TER COMEÇO MAS DEMORAR ENTENDER COMO É MINHA MÃE PERIGOSO COSTAS NÃO SAIR CASA FICAR CASA CUIDAR-EU ENTÃO EU FAZER O QUE? SOZINHA PRECISAR RESOLVER EU DOR BARRIGA ACHO DÁ ACHO HOSPITAL PARTICULAR ATENDER-EU BEM EU PENSAR OK CHEGUEI HOSPITAL B-L CONHECE LUGAR CIDADE? B-L IR CHEGAR LÁ EXPLICAR PRIMEIRA MULHER CRACHÁ EXPLICAR DOR AVISAR EU SURDA BELEZA ESPERAR CHAMAR-EU PIOR PESSOA USAR MÁSCARA ABAIXAR MÁSCARA DÁ VISUAL PERCEBER MEU NOME DÁ VER MAS MÁSCARA USAR RUIM EU CASAR SURDO NÃO-ADIANTA AJUDAR-EU NÃO ESPOSO ORALIDADE NADA SÓ LÍNGUA DE SINAIS DIRETO SOZINHA FORÇA MUITO TAMBÉM PROIBIR JUNTO ACOMPANHAR POR ISSO COVID SOZINHA AVISAR EU SURDA EU ESTRATÉGIA SENTAR VISUAL FÁCIL HOMEM VIR DEMORAR PERCEBER EU PORQUE DEMORAR EU VISUAL DESCONFIAR OK CHAMAR SENTAR FRENTE EXPLICAR DOR BARRIGA PERGUNTAR-EU ONDE EU NÃO-SEI PORQUE ACONTECER EU PENSAR A-P-Ê-N-D-I-C-E TENTAR EXPLICAR POR CAUSA IMAGEM AVISAR NÃO-SEI PERGUNTAR-EU IR BANHEIRO CÔCO NÃO SEI ACONTECER ESPERAR POUCO PRESSÃO AVALIAR CHAMAR MÉDICO DIRETO PULSEIRA VERDE SAÚDE BEM MAS DENTRO HORRÍVEL DOR-MUITA EU SENTAR PERTO OUTRA PESSOA ESTRATÉGIA SEMPRE TER ESTRATÉGIA ACOMPANHAR DISSE CHAMAR MEU NOME AVISAR-EU POR FAVOR EU SURDA ELE FALAR JÁ CHAMAR FAZ TEMPO ENTÃO DEMORAR AVISAR CHAMAR EXPLICAR DE NOVO EU DOR BARRIGA FAZER EXAME SANGUE VER O QUE ACONTECER SENTAR SORO DOR DIMINUIR ESPERAR ESPERAR ENFERMEIRA ACABAR SORO PERGUNTAR MELHOR DOR? AINDA NADA MELHOR NADA FALAR DOR MAIS UM SORO ACABAR PERGUNTAR DE NOVO MELHOR EU AINDA NÃO PORQUE NÃO-SEI O QUE TER DOR SE SABER REMÉDIO CERTO MELHOR SORO ENCONTRAR MAS NÃO-SABER DE NOVO SORO 3 COMEÇAR PASSAR MAL TENTAR CHAMAR MÉDICO URGÊNCIA DESCOBRIR EXAME ENCONTRAR TER NORMAL O QUE TER BARRIGA NÃO-SABER HORA NOITE EU DOR COR BRANCA SUAR DOR EXPLICAR PORQUE FALAR ESPERAR AMANHÃ TENTAR ULTRASSOM AMANHÃ MAIS INJEÇÃO NÃO-ADIANTA COMEÇAR PRESSÃO BAIXA MÉDICO IDEIA MELHOR FICAR HOSPITAL MANHÃ 7 HORAS ULTRASSOM OK PENSAR CAMA NOITE TODA SENTADA MADRUGADA TODA SENTADA PORQUE CHEIO NÃO-SEI CHAMAR MARIDO UM POUCO VIR PORQUE SOZINHA POUCO MEDO NÃO-SEI TENTAR MENSAGEM IRMÃ VER NÃO-DÁ PORQUE FRACA TONTURA SONO POR CAUSA SORO HORRÍVEL OK AMANHÃ MANHÃ DOR AINDA CHAMAR-EU ULTRASSOM DEMORAR PESSOA OUTRA IR MEU LUGAR DEMORAR DOBRO FAZER ULTRASSOM DESCOBRIR É SÓ C-I-S-T-O SÓ PROCURAR GINECOLOGISTA MAS EU DOR ATÉ AGORA OK NUNCA MAIS HOSPITAL IR EMBORA CHEGAR CASA SEGUNDA MANHÃ 10 HORAS TENTAR DORMIR MAS DOR NOITE INCOMODADA PAI FALAR SE TEM DOR IR OUTRO HOSPITAL UNIMED MELHOR EU NOITE PASSAR MAÇ NÃO-CONSEGUIR IR NO BANHEIRO MARIDO DORMIR COMEÇAR PERCEBER EU LÁBIO BRANCO URGÊNCIA LEVAR-EU HOSPITAL MAS NÃO-QUERER SOZINHA TENTAR IR MINHA CUNHADA IRMÃ MARIDO INTÉRPRETE CHAMAR MADRUGADA 1 HORA EU PASSANDO MAL URGÊNCIA DESCOBRIR C-I-S-T-O OVÁRIO CONHECER? DOIS C-I-S-T-O

ABRIR/EXPLODIR ACREDITA?! PIOR MÉDICO B-C FALAR EU SÓ PROCURAR GINECOLOGISTA LÁ HOSPITAL TER MÉDICO GINECOLOGISTA PODIA EXAME TOMOGRAFIA LÁ FUI FAZER EXAME URGÊNCIA POR ISSO NÃO CONSEGUIR TIRAR SANGUE C-I-S-T-O GRANDE ESTOURAR BARRIGA DOR NA HORA URGÊNCIA OPERAR C-I-S-T-O GRANDE ESTOURAR BARRIGA GRANDE PARECE GRÁVIDA MAS NÃO É DOR REMÉDIO DIMINUIR LÁ 5 SORO REMÉDIO GRANDE E NADA PASSEI MAL POR CAUSA COMUNICAÇÃO SEM INTÉRPRETE QUANDO CHAMAR INTÉRPRETE CONSEGUIR RESOLVER EU PEDIR ENFERMEIRA ABAIXAR MÁSCARA MAS MEDO COVID EU SEI PERIGOSO MAS ESTRATÉGIA MAIORIA NÃO-TER PACIÊNCIA MAIORIA" (Laura[16])

[16]Relato transcrito de Laura: - "Eu sempre vou só que eu sou dependente da minha irmã, eu sempre preciso dela para. Eu posso contar uma história um resumo rapidinho o que aconteceu eu costumo ir junto com a minha irmã porque ela sabe libras e a maioria das pessoas do hospital não sabem, eu tenho medo de ir sozinha e não ter comunicação então eu estou acostumada a ir com ela. Mas aí aconteceu o covid em 2020 a minha irmã mais velha tem um filho, mas o que aconteceu, eu queria que a minha irmã fosse comigo porque eu estava com muita dor na barriga, mas é perigoso ela ir junto porque ela tem um filho, a minha outra irmã não podia ir junto por causa do covid, por mais que já tenha começado a vacinação ainda estava no início, a minha mãe tem comorbidade ela não pode sair de casa ela só fica em casa tem que cuidar dela em casa então eu estava sozinha para resolver essa minha dor na barriga para ir no médico eu achei que se eu fosse no hospital particular eu fosse ser tratada bem aí eu fui no hospital lá em Blumenau, conhece Blumenau? eu fui lá no hospital aí colocou etiqueta do meu nome tudo, eu falei olha eu sou surda eu preciso que alguém me chame, mas como é que vai fazer com a máscara se a pessoa baixa a máscara para falar eu ainda consigo fazer a leitura labial, mas com a máscara como é que eu vou saber eu sou surda não tem como fazer, o meu marido é surdo também não tem como me ajudar e ele não é oralizado ele só usa a língua de sinais e também não podia entrar acompanhante por conta do covid, então eu falei que eu era surda e daí eu tinha que pensar numa estratégia eu tinha que ver se ele chamassem o nome e demorasse para aparecer a pessoa significava que era eu, que era o meu nome então tinha que tomar esse cuidado daí quando eu fui conversar com a pessoa eu falei eu estou com dor na minha barriga mas eu não sabia explicar direito o que aconteceu eu pensei que poderia ser apêndice, mas como é que eu ia explicar isso em língua de sinais como é que eu ia explicar isso para enfermeira eu não sabia explicar se estava doendo para fazer xixi se estava doendo para fazer alguma necessidade aí verificou a pressão tudo daí foi para o médico me deu uma pulseirinha Verde porque por fora estava até bem só que por dentro estava com muita dor. O médico chamou fiquei esperando sentada e demorou muito para me chamar então eu fui perto de alguém que também estava esperando, uma outra pessoa e acompanhei essa pessoa daí eu sempre tinha que usar alguma estratégia acompanhar alguém e pedir: olha se falar o meu nome você por favor me avisa porque eu sou surda. A pessoa falou assim: já chamou esse nome faz tempo, aí eu falei com a enfermeira, que foi e avisou o médico. O médico me chamou, pediu exame de sangue para poder saber o que que era, enquanto isso eu fui tomar medicamento para dor, esperei bastante a enfermeira colocou medicamento na veia e perguntou tá melhor e eu falei ainda não, não melhorou nada aí ela me deu outro remédio acabou o segundo remédio perguntou tá melhor eu falei ainda não e daí a gente não sabia o que que era explicar diagnosticar o que que era essa dor na barriga aí dá mais remédio e não sabe o que que é então ela tomei três remédios eu comecei a passar mal porque também é muito medicamento, chamaram o médico com urgência mas o exame de sangue estava dando normal, mas não sabia do que que era dor na barriga e já era noite eu com aquela dor pálida e dor, me falaram que teria que esperar até o outro dia pela manhã para poder fazer um ultrassom, só no outro dia, não adiantava dar remédio na veia porque minha pressão já estava baixa e o médico decidiu esperar, então, de manhã para fazer o ultrassom eu fui direto sem ter nada. Fiquei a noite toda no hospital na verdade e não me deram cama, eu fiquei sentada a noite inteira não sei porque, se não tinha vaga, não sei o que que aconteceu, mas, enfim, fiquei na cadeira tentando falar com a minha irmã por celular mas eu não conseguia falar porque por causa do remédio me dava tontura, foi horrível aí de manhã eu ainda estava com muita dor, me chamaram para ir no ultrassom, uma outra pessoa foi no meu lugar então demorou o dobro de tempo aí descobriu que era um cisto no útero o médico só disse: você precisa procurar o ginecologista, só isso. eu não quero nem saber mais de hospital porque foi uma experiência muito ruim aí eu cheguei em casa de manhã umas 10 horas mais ou menos e ainda com muita dor aí tive que esperar a noite meu pai falou se você tiver com muita dor tenta em outro hospital da Unimed tenta em outro hospital aí à noite eu ainda estava com dor doendo para fazer xixi aí meu marido estava dormindo e eu estava muito pálida, branca aí fui para o hospital com urgência mas eu não queria ir sozinha eu queria que a minha irmã tivesse junto comigo a minha cunhada também intérprete aí eu chamei ela de madrugada uma hora da manhã e eu estava passando mal, a gente foi para o hospital com urgência descobriu que era um cisto no ovário dois cistos no ovário que tinha estourado, por isso que eu estava com tanta dor, acredita?! o pior é o médico que foi lá no hospital de Blumenau que falou que era só para procurar o ginecologista não falou nada se era para tomar remédio se era para procurar com urgência fazer algum tipo de exame não mandou nada esse outro médico me mandou para fazer ressonância e daí percebeu que o cisto estava fora já do ovário que tinha saído, que no exame de sangue não ia mostrar porque ele tinha estourado e isso é bem grave. Eu fui levada para cirurgia, sim

Quando foi questionado sobre o tratamento e o retorno pós-cirúrgico a entrevistada falou que a irmã acompanhou o tratamento depois, mas que gostaria de ser mais independente, que não seria a primeira escolha dela levar a irmã para acompanhá-la em situação tão íntimas, que a independência traria felicidade para ela.

Outro relato também foi uma situação que Frida passou com seu namorado que havia sofrido um acidente de moto, o namorado também é surdo:

> "MEU NAMORADO ACIDENTE MOTO EU ESTAVA TRABALHAR TAMBÉM ELE VAI IR TRABALHAR ACIDENTE ELE MANDAR MENSAGEM EU AMBULÂNCIA O QUE? MINHA PREOCUPAÇÃO QUEM VAI COMUNICAR AMBULÂNCIA? POLÍCIA? ELE SURDO COMO VAI ATENDER POR EXEMPLO SE POLÍCIA MULTA OU DEIXAR NÃO SEI EU PREOCUPAR COMUNICAÇÃO AJUDA CORRER IR HOSPITAL PÚBLICO DIFÍCIL MÉDICO TROCAR ENFERMEIRA NÃO COMUNICAR EU FUI AVISAR NÓS DOIS SURDOS EXPLICAR PROBLEMA NAMORADO FAZER CIRURGIA MÉDICO OLHAR SANGUE RAIO-X MOSTRAR OSSO QUEBRADO INFORMAÇÃO EXPLICAR PRECISAR CIRURGIA PORQUE F-R-A-T -U-R-A O QUE ISSO? A GENTE SE OLHOU NÃO CONHECER PALAVRA PESQUISEI INTERNET FERRO COLOCAR APRENDER PALAVRA NOVA NÃO SABIA DEPOIS EXPLICAR PACIÊNCIA FAZER O QUE ELE DEITAR MACA MÉDICO VIR NÃO AVISAR SORO NOME TROCAR RÁPIDO EU UEH! PRECISA EXPLICAR ELE SABER SE ELE TER ALERGIA SE MORRER CULPA SUA EU FALEI ENFERMEIRA ELA SEM REAÇÃO BOTÃO CHAMAR PROBLEMA NÃO FUNCIONA COMO CHAMAR TROCAR SORO AJUDAR BANHEIRO AJUDAR TROCAR EU TRABALHAR APERTAR BOTÃO NÃO TER SOM NEM LUZ ESTRAGAR FALTA ESTRUTURA ACESSIBILIDADE COMEÇOU NERVOSA PREOCUPADA ENFERMEIRA VEIO TROCAR SORO RÁPIDO EU FALEI CALMA ELE NÃO SABE NOME ELA EXPLICAR EU NÃO CONHECIA PALAVRA EXPLICAR ELE TAMBÉM PROBLEMA ESTRUTURA QUARTO LUGAR ELE ESCORREGAR CAIR CHAMAR SOCORRO COMO? ELES NÃO OUVIR CAMA LADO HOMEM OUVINTE AJUDAR CHAMAR ENFERMEIRA UM PROBLEMA FICOU INTERNADO UMA SEMANA MÉDICO VIR EU CHAMAR UM INTÉRPRETE VOLUNTÁRIO RÁPIDO AJUDA EU NÃO TER PACIÊNCIA COMUNICAÇÃO PALAVRAS DIFÍCEIS PARA MIM NERVOSA TER COMUNICAR EXPLICAR ELE VEM INTÉRPRETE VEM EXPLICAR CLARO DEPOIS MÉDICO FALAR VOCÊ PODE A-L-T- A EU O QUE? NÓS NOS OLHAMOS A-L-T-A É PESSOA ALTA? DÚVIDA PALAVRA A-L-T-A DEPOIS PERGUNTAR MINHA MÃE ELA FALAR SAIR PARA CASA EU AH! É VAI PARA CASA PRÓPRIO HOSPITAL NÓS APRENDER PALAVRA FOI PROBLEMA FALA INCLUSÃO ACESSIBILIDADE DENTRO PODRE EU EXPERIÊNCIA VÁRIAS". (Frida[17])

---

fiz cirurgia porque a minha barriga ficou bem inchada porque estourou o cisto, parecia que eu estava grávida eu não podia ter esperado, eu esperei numa sala até ter a vaga para fazer cirurgia e tomei um soro com remédio para dor, lá no outro médico eles me deram cinco soros com remédio na veia e para passar a dor e a dor não passava e eu estava sozinha não tinha comunicação não tinha intérprete e eu passei por essa dificuldade já quando eu fui no hospital com o intérprete resolveu rapidinho já descobriu que era o cisto que tinha estourado então para mim foi muito complicado. Eu pedi para enfermeira tirar a máscara eu sei que tem a covid e que a maioria das pessoas não tem paciência"

[17]Relato transcrito de Frida: - "Ele mandou mensagem e eu fiquei assim ele estava na ambulância e a minha preocupação era o quê como que ele ia se comunicar dentro dessa ambulância né com a polícia. Ele é surdo né então como seria esse atendimento se não tinha intérprete, ah ia ter internet? ia deixar? Então como que eles comunica né e eu fiquei aqui nervosa eu fui para lá e então eu fui para o hospital público né um hospital público foi muito difícil toda hora ficava trocando de médico a enfermeira não fazia questão de se comunicar e eu falei ó nós dois somos surdos então que qual é o problema você precisa explicar então meu namorado vai ter que fazer a cirurgia o médico olhou né tinha fraturas tinha muito sangue fizeram o raio-x nele me mostrou que havia realmente quebrado então que ele precisaria passar por cirurgia porque tinha fraturado né mas Ele olhou para mim meu namorado que essa palavra né fratura e eu fui pesquisar na internet o que era, o que que tinha acontecido, Ah é isso então né Aprendi uma palavra nova não conhecia essa palavra né então daí ele foi me explicando porque tem

Annie também passou uma experiência parecida, por uma perda gestacional, e teve que ir para o hospital fazer um procedimento. A sua mãe foi proibida de acompanhá-la. Ela relata que só deixaram a mãe entrar para interpretar após muita briga com o hospital e ameaça de processo. Annie está acostumada com sua mãe (que é intérprete de libras) acompanhar aos médicos, ou a prima que também sabe libras, mas sozinha nunca vai.

Podemos perceber pelos dois relatos o quanto a dificuldade de comunicação prejudica o atendimento. No primeiro relato podemos perceber que só foi possível o diagnóstico após a possibilidade de comunicação entre paciente e profissional da saúde com o auxílio de um familiar. No segundo relato podemos perceber também barreiras atitudinais por parte dos profissionais. Segundo Jesus (2017, p. 75),

> As Políticas Públicas de acessibilidade, em seu contexto político mais amplo, sempre acabam por envolver diferentes esferas sociais. Por essa razão, e devido à complexidade da temática, a interpretação no contexto da saúde é desafio ainda pouco explorado no âmbito científico e político. Sua profissionalização e seu espaço de atuação têm respaldo das associações de ILS ou de políticas rasas da formação.

O acesso aos serviços de saúde por parte das mulheres surdas ainda é muito precário. Na próxima análise discutiremos sobre o acesso aos serviços de segurança pública.

6.6 A MULHER SURDA E O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Um dos últimos pontos abordados na entrevista foi sobre o acesso da mulher surda aos serviços de segurança pública. Um fato que chamou muito atenção foi a reportagem da Agência

---

que ter paciência que ia ter que passar pela cirurgia Enfim no internamento o médico veio não avisou nada né sobre o nome da medicação só foi tirando ali o soro as coisas ele foi tirando e colocando eu me senti muito mal eu falei para ela você precisa explicar para ele Qual é o remédio que você tá dando e se ele tem alergia essa medicação que você tá dando a culpa é sua Eu falei para enfermeira né a enfermeira ai não é daí eu falei assim esse botão aqui ó não tá funcionando tá com problema como que eu vou chamar alguém para vir aqui atender para me ajudar e ir ao banheiro, eu vou estar trabalhando como que ele vai conseguir fazer como que vocês vão se comunicar com ele porque tá quebrado não funciona como que vai ser cadê? Tá faltando acessibilidade! e eu ficava muito nervosa eu ficava muito nervosa com tudo isso, então a enfermeira veio trocou ali a medicação eu falei Calma calma as coisas não são assim eu preciso saber qual medicação que ele vai tomar você me explica, ela me explicou algumas palavras eu não conhecia, enfim daí a estrutura do espaço era muito muito precária tipo se escorregasse ia chamar não ia ter como chamar ele daí a pessoa que estava um homem que estava internado ao lado ele sempre apertava a campainha para chamar para o meu namorado né então foi ficou um tempo lá uma semana ficou internado daí médico veio e eu chamei um intérprete ela foi de forma voluntária lá interpretar eu falei por favor eu preciso muito conseguir me comunicar com eles eu não entendo que eles estão falando eles falam e eu não consigo explicar por favor vem aqui junto comigo interpretar para entender de forma Clara depois o médico falou que eu podia que ele podia ter alta né daí eu falei Ah então que nós nos olhamos assim o que significa alta pessoal alta? eu não entendo o que quer dizer essa palavra depois eu perguntei para minha mãe essa terminologia própria questão médica do hospital aí quando recebe alta é que tá liberada Nossa eu não conhecia essa palavra então né eu aprendi ai muito lindo dizer que existe inclusão mas realmente não é eu já tenho várias experiências na área."

Brasil, de agosto de 2019, escrita pela jornalista Akemi Nitahara, no Rio de Janeiro. A jornalista coloca como título principal da sua reportagem o seguinte: “Mulheres com deficiência têm mais dificuldade para denunciar violência. O tema é debatido na CPI do Feminicídio, no Rio de Janeiro”:

> “Nós começamos a perceber que havia um segmento na sociedade civil que tinha um outro obstáculo, além dos obstáculos que são próprios para a mulher noticiar a violência. A mulher tem medo, tem relação de afeto com o seu agressor, muitas vezes não tem apoio da família. Mas as mulheres com deficiência, sobretudo as surdas, elas não conseguem fazer o registro porque não conseguem dialogar, ser entendidas pela rede da polícia e pela rede de apoio”, disse a deputada Martha Rocha, presidente da CPI do feminicídio (Nitahara, 2019).

Nitahara também entrevistou Sabrina Lage, vice-coordenadora da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), a qual expõe que as informações não são acessíveis e que não chegam à comunidade surda, que muitas mulheres Surdas não têm conhecimento sobre a Lei Maria da Penha. Ainda, destaca que existem poucos dados sobre as violências que essas mulheres sofrem pelo fato de que essas informações não são colocadas nos registros oficiais.

> “Eu não tinha conhecimento da Lei Maria da Penha, como muitas mulheres surdas. Tive vergonha, ainda com hematomas, e não consegui me comunicar com os policiais. Eu estava angustiada, tinha uma pessoa ali que sabia libras, mas o policial não sabia e me registrou como uma pessoa incapaz de se comunicar, mas a questão não é essa. Me senti uma pessoa muda no sentido político, de não ter voz naquele momento e poder me expressar. Eu não sou uma pessoa incapaz cognitivamente, só preciso de um tradutor”, disse Carolina Pimenta, que é surda e foi vítima de tentativa de feminicídio (Nitahara, 2019, grifos nosso).

No mesmo ano da reportagem da Nitahara havia sido aprovada a Lei n.º 13.836/2019 que “acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar”.

Quanto ao acesso aos serviços de segurança pública das sete entrevistadas uma nunca precisou utilizar os serviços, cinco utilizaram apenas em ocorrências de trânsito no qual tiveram que fazer boletim de ocorrência.

LEMBRAR NÃO-LEMBRAR LEMBRAR UMA VEZ CARRO ACIDENTE BATER ATRÁS COMO RÁPIDO IR B.O COMUNICAR NÃO EU LEMBRAR ICOM ANTES NOVO IMAGEM RUIM PIOR ANO 2015 EU SEI ICOM COMEÇAR 2015 NÃO LIGAR CHAMAR MINHA IRMÃ ELA FALAR EU EXPLICAR

ELA FALAR NÓS TRÊS CONVERSAR ACONTECER IDEIA CHAMAR IRMÃ VIDEOCHAMADA CONVERSAR CONSEGUIR. (Vanessa[18])

SÓ UMA VEZ ACIDENTE POLÍCIA CHEGAR JÁ POLÍCIA CELULAR CONVERSAR PORQUE TEMPO CHUVA NÃO-CONSEGUIR USAR ICOM TEMPO INSTÁVEL FILA CARRO CHUVA CELULAR ESCREVER SORTE POLÍCIA CALMA VER LER CELULAR PERGUNTAR DÁ IR CARRO? NÃO-DÁ PORQUE RODA TORTA PRECISAR GUINCHO ESCREVER TER SEGURO? SIM ELE AJUDAR LIGAR SEGURO LIGAR TÁXI ME BUSCAR ESPERAR GUINCHO TÁXI SIMPLES SORTE POLÍCIA AJUDAR EU. (Dorina[19])

Além das experiências acima, em que as mulheres surdas tiveram contato com serviço de segurança apenas em ocorrência de trânsito, também tivemos a oportunidade de uma das mulheres surdas relatar sua experiência enquanto realizava um boletim de ocorrência na delegacia.

EU PIOR MEDO, MAS EU SEGURO FIRME DELEGADO CONVERSAR PORQUE CARTEIRA MUDAR MAL ATENDIMENTO POR CAUSA MAL ATENDIMENTO EU FALAR CALMA NÃO BRIGAR MEDO PRESO ARMA DIFERENTE MÉDICO QUALQUER LÁ POLÍCIA OUTRA HISTÓRIA POLÍCIA PEGA COMUNICAÇÃO FALAR OI BOA TARDE SOU SURDA ATENDENTE FICOU APAVORADA CHAMAR DELEGADO CHAMAR OUTRA PESSOA PARA COMUNICAR COMIGO O QUE PORTUGUÊS ESCREVER NÃO SABE LIBRAS ESCREVER ESTOU CARTEIRA VENCIDA PRECISA TROCAR A MULHER COMO EXPLICAR EU SEI LER SABE ESCREVER? SEI ESCREVER MULHER SAI EU ESPERAR APARECER DELEGADO O QUE PRECISA AJUDA NÃO SABER LIBRAS TAMBÉM CALMA CALMA CARTEIRA DELEGADO CALMA CONTAR EXPLICAR VAI FALAR TER INCLUSÃO BONITO DENTRO EU FUI B.O PORTA FECHADA FALAR OI ESTAR ALI ABRIR EU FALAR OI SOU SURDA AH, SIM SURDA FALAR ELA ESCREVER PERGUNTAR O QUE ACONTECEU VOCÊ VEIO AQUI PROBLEMA EU EXPLICAR ELA ESCREVER ACABAR ELA DAR EU LER TER PALAVRAS NÃO CONHECER MEU DEUS D-I-F-A-M-A-Ç-Ã-O I-N-J-Ú-R-I-A PALAVRA NÃO ENTENDER DÚVIDA ASSINAR OU NÃO EU ASSINAR TIRAR FOTO GUARDAR PESQUISAR CHEGAR EM CASA PESQUISA GOOGLE PALAVRAS D-I-F-A-M-A-Ç-Ã-O I-N-J-Ú-R-I-A NÃO É EU FALAR PODE CONTRÁRIO PROBLEMA PAPEL LEVAR MEU ADVOGADO EXPLICAR MEU ADVOGADO NÃO É ISSO ESCRITO É DIFERENTE VOLTEI FIZ DE NOVO ARRUMAR B.O ENTREGAR DEU CERTO NÃO TER INTÉRPRETE NADA. (Frida[20])

[18]Relato transcrito de Vanessa: - “Lembro de uma vez que eu sofri um acidente e bateram atrás do meu carro e eu tinha que fazer um BO e daí eu utilizei o Icom só que ele travava muito ele era novo ainda isso foi em 2015 eu sabia que estava o Icom começando em 2015 e daí eu liguei e chamei a minha irmã que daí ela falava e explicava o que estava acontecendo daí nós três, mas eu consegui fazer a vídeo chamada com a minha irmã e daí ela conversou com o policial “.

[19]Relato transcrito de Dorina: - “sim, eu já tive um acidente de trânsito eu precisei da polícia daí eu escrevia por mensagem com a polícia não conseguia fazer vídeo chamada por causa do clima tinha também era feriado estava chovendo então eu optei por escrever língua portuguesa o policial foi bem calmo e a gente se comunicou por mensagem ali por escrita aí ele falou que teria que chamar o guincho eu falei tudo bem daí perguntou se eu tinha seguro ele me ajudou ligou para o seguro aí chamou um táxi para me buscar para me levar tudo para chegar aí o guincho levou o carro e bem simples assim a policial foi bem Gentil”

[20]Relato transcrito de Frida: - “nossa horrível! Essa é a pior parte eu acho já. Nossa foi a pior parte que eu sempre fiquei muito medo me falta um pouco de segurança na delegacia delegado na delegacia por causa né o delegado sempre nossa me tratou muito mal fui muito mal atendida o atendimento muito ruim e eu ficava olhando né mas não sei eu não sentia ficava com medo tinha arma tinha medo de ser presa, mas é diferente no médico, mas a polícia parece que é um tratamento diferente uma comunicação diferente, né?! Oi, tudo bem Eu sou surda aí né a

Podemos perceber com o relato da entrevista que durante o atendimento houve equívocos de entendimento entre as partes, o boletim de ocorrência ficou incoerente com o que ela tinha falado. A preocupação da vítima era como esclarecer o ocorrido depois que o boletim já havia sido feito, visto que quando pegou o documento ele estava totalmente incoerente ao relato. Ela também expõe que em nenhum momento do atendimento teve acessibilidade comunicacional, ou seja, não teve o acompanhamento do intérprete e pelo que ela relata compreendo que também não teve acessibilidade atitudinal. Podemos perceber também que apesar da vítima tentar realizar sua comunicação em português, ainda assim não foi compreendida. É nítida a falta de preparo e formação dos profissionais que fazem o atendimento ao público, principalmente no caso de mulheres Surdas.

> Contudo, como garantir essa liberdade de expressão e acesso pleno ao exercício da cidadania se muitas das comunidades brasileiras não compartilham o Português como língua oficial? A demanda por um Direito plural que leve em consideração essas reflexões são fundamentais na garantia de uma prática jurídica equânime. A existência de diferentes sujeitos e, por consequência, visões e identidades múltiplas, é parte constituinte de uma sociedade pluricultural, o que pode afetar a condução das práticas jurídicas considerando as demandas sociais e comunitárias (Santos; Poltroniere-Gessner, 2019, p. 71).

A mulher surda tem o direito de ser atendida na sua língua, as legislações garantem o atendimento e servidores capacitados para fazê-lo, mas na prática acontece? Outro ponto abordado neste momento da entrevista foi se as entrevistadas tinham conhecimento sobre a Lei Maria da Penha. De forma unânime todas falaram que conheciam, não sabiam o número da lei e até mesmo fizeram referência como "a lei que protege as mulheres, né?!", mas não discorreram mais sobre o assunto. Por fim, é necessário pensarmos como, de que forma estamos vendo e acolhendo essas mulheres, que utilizam uma língua diferente da língua majoritária do país.

> A questão não é tão simples quanto parece, visto não bastar somente o uso da norma propriamente dita, se esta não estiver conectada com as diferentes realidades sociais, econômicas, políticas e culturais enfrentadas pela população que não fala a língua do país onde vive. Desse modo, é mais do que falar em acolhimento linguístico dentro das estruturas do Judiciário, pois há necessidade de se implementar políticas linguísticas mais amplas. Essas políticas linguísticas dentro do âmbito jurídico devem levar em consideração as demandas das diferentes comunidades surdas, dos indígenas, dos refugiados e dos imigrantes. Vale ainda lembrar que somente a aplicação da lei em si com relação aos serviços de tradução e de interpretação não é suficiente, pois

pessoa ficou toda apavorada chamou o delegado chamou várias pessoas para vir tentar conversar comigo para se comunicar né"

> fazem-se necessárias a revisão das legislações e as mudanças de concepção do Judiciário sobre o que é língua e como seus falantes podem estar melhor respaldados ou não nas reivindicações que realizam junto às instâncias jurídicas (Santos; Poltroniere-Gessner, 2019, p. 71).

Vale lembrar que quando questionadas se conheciam a Lei Maria Da Penha, nem todas demonstraram segurança em sua resposta, outras falaram: - "lei mulher né?", Frida foi a única que disse com firmeza que conhecia a legislação. Apesar da Lei Maria da Penha (n. 11.340), ter sido homologada no ano de 2006, as informações ainda não chegam a essas mulheres, o que dificulta o entendimento caso precisem reconhecer e identificar sinais de violência doméstica caso estejam passando por violência.

O Brasil também conta com outras leis que amparam as vítimas de violência como a Lei n. 10.778 do ano de 2003, que estabeleceu a notificação compulsória em caso de atendimento de mulheres vítimas atendidas pelos serviços de saúde sejam eles públicos ou privados. Também a Lei Carolina Dieckmann (Lei n.º 12.737/2012) que dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos, no caso crimes virtuais; Lei Joanna do Maranhão (Lei n.º 12.650/2012) que modifica as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes; Lei do Minuto Seguinte (Lei n.º 12.845/2013), que passa a ser obrigatório aos hospitais o atendimento emergencial e integral as pessoas vítimas de violência sexual; Lei do Feminicídio (Lei n.º 13.104/2015) que passou a considerar homicídio qualificado e ser considerado crime hediondo o cometido contra as mulheres, Lei da Importunação Sexual (Lei n.º 13.718/2018); Lei Rose Leonel (Lei n.º 13.772/2018) que altera a Lei Maria da Penha e o Código Penal, na qual reconhece como violência doméstica e familiar, a violação da intimidade da mulher, como também criminaliza o registro não autorizado de conteúdo de caráter íntimo e privado; Lei Mariana Ferrer (Lei n.º 14.245/2021) que altera legislações a fim de garantir as vítimas e as testemunhas dignidade, coibindo a prática de atos atentatórios, como também estabelecendo aumento de pena no crime caso ocorra coação no curso do processo; Lei do Stalking (Lei n.º 14.132/2021), que tornou crime o ato de perseguição; Lei da Violência política contra as mulheres (Lei n.º 14.192/2021) que estabeleceu normas de prevenir, reprimir e combater a violência política contra as mulheres, seja eles durante as eleições, ou no seu exercício de direitos políticos e de função públicas; e pôr fim a lei da igualdade salarial (Lei n.º 14.611/2023), que dispõe sobre igualdade salarial e critérios remuneratórios. Será que todas essas informações chegam ao povo surdo? As mulheres surdas?

O acesso à informação é crucial, porém ela está nas mãos do Estado e, na sua perspectiva hegemônica, não leva em consideração outros meios para que as informações necessárias cheguem a todas as pessoas.

6.7 A MULHER SURDA E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

Uma das categorias que consideramos relevantes abranger nesta pesquisa foi sobre o acesso da mulher Surda ao mercado de trabalho. Em panorama geral das oito entrevistadas, duas são professoras, duas trabalham na área de recursos humanos, uma trabalha como supervisora de confecções, uma auxiliar de loja. Anne na época da entrevista recebia auxílio do INSS e Helen estava sem emprego.

Quando questionadas sobre a comunicação no seu ambiente de trabalho Vanessa respondeu que trabalha na mesma empresa faz 18 anos que a maioria dos funcionários conseguem se comunicar com ela, alguns em libras, outros de forma escrita. Dorina e Frida que trabalham em escola relatam mais facilidade na comunicação dentro deste ambiente, porque normalmente tem outro intérprete na mesma escola, porém quando precisam resolver assuntos extraclasse, como secretaria de educação ou algo do tipo já encontram mais dificuldades.

Laura que trabalha em uma empresa familiar disse que utiliza diferentes estratégias para comunicar-se com os funcionários, ela diz que sua voz é diferente, e às vezes as pessoas não estão acostumadas com seu jeito de falar. Izabel comenta que se comunica bem no seu trabalho e quando tem uma reunião, curso ou algo mais importante a empresa chama um intérprete para acompanhar e ela ter acesso às informações.

Helen não estava empregada na época que a entrevista foi realizada, ela veio de São Paulo Capital e sentiu bastante resistência e preconceito na contratação de surdos por parte das empresas. Ela comenta que mesmo tendo formação e experiência, normalmente oferecem vagas inferiores à sua formação, quando acontece isso ela também desconsidera aceitar o emprego e reafirma: - o surdo é capaz sim!

Segundos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, o desemprego e a informalidade ocorrem mais entre pessoas com deficiência, e que a média salarial no ano de 2019 girava em torno de R$ 1.639 reais mensais. Surpreendentemente a Lei de Cotas entrou em vigor no ano de 1991, porém segundo Giguer:

> [...] somente em 2008 que foi implementada a fiscalização com atividades sistemáticas em todo país para verificar seu cumprimento. “Com a fiscalização, o número de contratações pelas empresas cresceu 64%” a partir de 2008”, argumenta. Em 2023, informa o coordenador, “foram contratadas 142.618 pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo 30.189 admissões pela intervenção direta da fiscalização e 112.429 inseridas de forma indireta, em razão das empresas cumprirem a determinação legal.

Segundo dados do eSocial – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdências e Trabalhistas, existe em média 40.176 mulheres consideradas com deficiência auditiva no mercado de trabalho.

As dificuldades enfrentadas para acessar o mercado de trabalho é somente o resultado de projetos de sociedade hegemônicas. Se essas mulheres mal conseguem acessar a educação, como elas vão conseguir chegar a acessar o mercado de trabalho?

Segundo Vianna (2010), pesquisa que exploramos no estado do conhecimento, as contratações de pessoas surdas ainda estão pautadas por concepções assistencialistas, são colocados em situações subalternas, humilhantes e que desconsideram a sua trajetória profissional em busca de formação e capacitação.

O que reafirma as concepções históricas, em que vê o produto do trabalho como "mercadoria", isto é, uma coisa estranha ou alheia ao trabalhador, que o coloca também em posição de dependência, uma vez que ele precisa vendê-la para poder subsistir.

Sendo assim, a educação é porta de entrada para que as mulheres Surdas deslumbrem um caminho diferente para suas vidas. Segundo Ross (2007), a ideia equivocada que formar cidadãos é um trabalho mais fácil que outros tipos de trabalho, e continuam difundindo na sociedade essa ideia errônea. O que não compreendem é que os prejuízos por passarem por uma formação inadequada, geram consequências para uma vida. O autor coloca que às consequências aparecem apenas a longo prazo, 17 anos depois arrisco-me dizer que as consequências são perceptíveis antes mesmo de terminarem a educação básica.

6.8 A MULHER SURDA E A MATERNIDADE

Das oito entrevistadas, duas são mães, Frida e Dorina e é através delas que vamos nos propor a discutir e compreender as dificuldades encontradas por elas ao vivenciar a maternidade. Conforme Lopes (2018, p. 42), "o corpo fora da norma era visto como improdutivo incapaz e em grau de maior opressão, defeituoso. Esse regime de verdade produziu ao longo do tempo padrões voltados para a existência de um corpo padrão, adequado e aceito".

O corpo padrão e socialmente aceito não era de uma mulher, a medicina e o discurso científico retratavam as mulheres como inferiores, incapazes, frágeis. Desqualificavam as mulheres e limitavam sua vida nos afazeres domésticos. Hoje a maioria das mulheres são as provedoras das suas casas, mas continuam sendo estigmatizadas e vistas como incapaz, inferiores e frágeis. A responsabilidade dobrou, além de trazer dinheiro para casa ainda

precisam cuidar das suas casas e dos seus filhos, tudo isso lutando contra o patriarcado que a oprime e tenta a todo custo tirar de nós pequenas vitórias já garantidas.

Com a mulher Surda é pior, e nós enquanto mulheres ouvintes nunca saberemos como é, o fato é que ser mulher e Surda a colocam em outro contexto de exclusão. Precisou tornar-se lei para que seus direitos sexuais e reprodutivos fossem garantidos, que a esterilização compulsória fosse crime, que poderiam ficar com a guarda de seus filhos e que também teriam o direito de adotar caso fosse sua vontade, que simplesmente poderiam constituir uma família e se casar.

Durante a gestação quem acompanhou Frida durante todo o pré-natal foi sua mãe, desde as consultas aos exames de ultrassom. No dia do nascimento do bebê a mãe de Frida não foi autorizada a entrar, pois já havia muitas pessoas no centro cirúrgico, Frida falou aos médicos que precisa de intérprete e assim sua mãe foi liberada para acompanhar. Porém ao começarem os procedimentos para a realização da cesariana suas mãos foram amarradas. Ela contou que ficou desesperada, a comunicação ficou comprometida, e apenas sinalizava com a cabeça – sim ou não, e com expressões faciais. Após o nascimento Frida foi deixada sozinha com seu filho, por causa da anestesia ela não sentia seu corpo do pescoço para baixo, ela relata que gritava por ajuda, mas em nenhum momento foi atendida pelos profissionais da saúde. Frida fala que no começo era sempre ela que ia com seu filho ao médico, escola, a avó também acompanhava, mas pela falta de acessibilidade constante hoje quem acompanha é apenas a avó.

Quem acompanhou Dorina em seu pré-natal foi sua irmã que sabe libras, no dia do parto também. Segundo ela a irmã queria participar do parto mais por curiosidade do que pela acessibilidade, mas no fim acabou interpretando na hora que precisava. Dorina também lembra de situações em que a filha ficou doente e precisou levá-la ao médico, ela conta que o médico em nenhum momento foi acessível e solicito com ela, que não esperou que ela conseguisse um intérprete para intermediar a comunicação entre eles via aplicativo. O médico escrevia em um papel, mas ela queria saber mais sobre a doença pela qual a filha estava passando, por fim hoje ela se precaver e quando chega neste mesmo hospital para algum tipo de atendimento já adianta que não gostaria de ser atendida por tal médico. A filha de Dorina estuda na mesma rede pública de ensino que ela trabalha por isso, em dias de reuniões ou algum tipo de apresentação da filha, ela solicita a presença de intérprete e a própria escola organiza a presença de um profissional.

Em relação ao parto, em janeiro de 2023, o estado de Santa Catarina sancionou a Lei n. 18.627, que garante às mulheres Surdas o direito de ter um intérprete de libras durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, em hospitais públicos e privados de todo o estado.

Foi necessário mais uma lei, para garantir o direito a acessibilidade comunicacional nos espaços de serviços de saúde. Quantas leis serão necessárias para que os direitos sejam garantidos?

O último ponto abordado na entrevista é sobre o empoderamento da mulher surda. Segundo Blay (2003), entre 1960 e 1970, iniciou-se um movimento de organizações não governamentais feministas, estas que foram se unindo com trabalhadores e sindicatos de diferentes setores em busca de uma visão mais democrática e igualitária dos direitos das mulheres, este processo motivou outras mulheres de diferentes grupos para se unirem. A atuação das mesmas objetiva a busca de melhores condições e direitos igualitários entre homens e mulheres.

6.9 A MULHER SURDA E O EMPODERAMENTO FEMININO

Por fim, é necessário mudar e lutar contra o sistema machista e patriarcal no qual vivemos, compreendermos que direitos não podem ser negados, e que as ações necessárias para garantir o acesso vão muito além de ações públicas.

> Para enfrentar esta cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e a incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugada. Para isso é fundamental estabelecer uma articulação entre os programas dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, do Planejamento e demais ministérios (Blay, 2003, p. 96).

Outro ponto que foi abordado durante a entrevista foi se elas sentiam que tinham alguma barreira social por ela ser mulher. Três delas acreditam que não existe barreira alguma, já outras acreditam que sim, existem barreiras. Podemos ver pelos relatos abaixo:

SIM, TEM DESCULPA PERGUNTAR TER DIFÍCIL POR ISSO SER MULHER SURDA? SIM, HOJE NÃO-TER FILHO TER MEDO COMO FUTURO GRÁVIDA INTÉRPRETE MARIDO SURDO PREOCUPAR TER VONTADE FUTURO GRÁVIDA MEDO VIOLÊNCIA MÉDICO SABE ACONTECER CASOS EU REMEDIO TOMAR VEIA MARIDO SEM SABER NADA NÃO-SABER LEITURA LABIAL NADA SÓ LIBRAS POR ISSO TER MEDO MULHER ÀS VEZES HOMEM APROVEITA VIOLÊNCIA COMO PROCESSO MULHER SURDA PIOR ÀS VEZES TRABALHO MEU TEM MUITOS HOMENS EU FALO NÃO PODE TROCAR PORQUE SOU MULHER SURDA TER COMPLICADO. (Laura[21])

[21]Relato transcrito de Laura: - "você acha que é difícil para mim por ser mulher surda é isso? sim, eu tenho medo de ter filho e eu ter um filho como é que eu vou me comunicar com esse filho eu vou precisar de intérprete para conversar com ele é um grande desafio a questão da área da saúde eu tenho medo meu marido também não sabia nada quando aconteceu ele não sabe fazer leitura labial às vezes eu tenho medo de alguém se aproveitar de homem se aproveitar de mim de ter algum prejuízo pelo fato de ser surda eu gosto do meu trabalho eu gosto de fazer as coisas mas tem coisa que não dá para mudar pelo fato de ser mulher e ser surda"

EXEMPLO FUTEBOL MULHER FUTEBOL HOMEM FALAR MULHER NÃO-É HOMEM MAIORIA LIMITE PREGUIÇA ASSIM MULHER FUTEBOL PODE SIM DIRIGIR? PODE SIM MULHER SOZINHA PODE SIM MULHER SHORT VAI SIM VONTADE QUERER IR SIM LIMITE QUEBRAR LIVRE DIREITO -NÃO-MEXER MULHER NÃO COMBINAR FORÇA EMPODERAR TAMBÉM LIMITE HOMEM NÃO-RESPEITAR NÃO-TER QUALQUER LUGAR MOMENTO SURGIR QUALQUER BESTEIRA PREGUIÇA LIMITE NÃO-TER SÓ EU SENTIR. (Izabel[22])

PARA MIM DIFÍCIL SIM EU VÍTIMA CLARO VÍTIMA MUITO GRAVE, MAS PARA MIM DIFÍCIL RELACIONAMENTO DIFÍCIL TAMBÉM FORA EU SENTIR POR EXEMPLO MÉDICO GINECOLOGISTA NADA SÓ RELACIONAMENTO EU VÍTIMA SÓ UM DIFÍCIL SÓ ÁREA CORPO NADA SÓ ATRÁS PASSADO SIM. (Frida[23])

Podemos perceber que a barreira que elas relatam e encontram no seu dia a dia estão mais relacionadas ao fator linguístico do que a própria condição de ser mulher. Talvez seja por falta de acessibilidade sobre os assuntos e discussões que cercam o feminismo, por esses temas não chegarem a elas para que possam fazer sua própria construção crítica e analítica sobre o assunto. Se formos pensar de uma forma mais ampla e corriqueira, no dia a dia do cidadão brasileiro é comum o fato de assistir telejornais. Contudo, nem assim a mulher surda tem acesso, apesar das legislações vigentes, no caso a Lei n.º 13.146/2015, em um dos seus capítulos, aborda sobre o acesso à informação e à comunicação, conforme o Artigo 67:

> Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:
> I - subtitulação por meio de legenda oculta;
> II - janela com intérprete da Libras;
> III - audiodescrição. (Brasil, 2015).

Mesmo a lei deixando claro o direito de acessibilidade nestes espaços, e ainda que os telejornais utilizem a legenda oculta, sabemos que muitos surdos não têm o domínio do português culto, o que prejudica o entendimento. Também é nesses espaços que a comunidade, de uma forma geral, tem contato com as informações sobre feminicídios, entre outros assuntos sobre a mulher. O fato de não ter acesso consolida um modo de pensar unificado que torna

[22]Relato transcrito de Izabel: - “Ai, por exemplo futebol de mulher, aí mulher isso não é coisa de mulher isso é coisa não sei o quê eu acho que isso é um preconceito mulher que dirige também mulher pode fazer mulher pode usar short mulher pode fazer o que ela quiser não precisa de autorização não precisa de regra ninguém tem esse direito a mulher tem empoderamento, mas não tem respeito a limitações tem muitas bobeiras muitas coisas que são ditas, mas é isso”

[23]Relato transcrito de Frida: - "Eu já fui uma vítima né eu era uma vítima fui vítima né de acontecimentos muito graves Então realmente é eu sinto que existe realmente essa dificuldade essa relação sempre eu sempre tenho essa relação questão porque eu fui uma vítima eu era uma vítima né então antes eu tinha muito essa Essas barreiras Eu encontrava muito Essas barreiras”

muito mais difícil criar condições de resistência ou de mobilização política. Tolhidos no movimento de produção e reprodução da vida no contexto das relações capitalistas, os trabalhadores perdem a dimensão da luta de classes. Falar em emancipação exige que se explicitem seus limites (Schlesener, 2014, p. 54).

Por fim, se faltam informações acessíveis sobre determinados assuntos, o acesso fica limitado a determinada comunidade linguística, e o Estado torna-se uma máquina de repressão para conservar e consolidar o seu poder, tudo isso é repassado para o homem através da linguagem e o discurso, na qual os autores colocam que esta forma de atingir e chegar até a população cria-se uma concepção coletiva da verdade, porém a verdade que estes meios de comunicação difundem é a verdade da classe dominante.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido até aqui, foi uma longa estrada de aprendizagem, foram 32 meses com essas mulheres, conhecendo-as, vendo e revendo suas histórias. Quando eu achava que elas já haviam me dito tudo, eu encontrava mais histórias para compartilhar, são tantas que nem cabe tudo aqui.

Procuramos, ao longo da pesquisa mostrar, por meio do fundamento teórico-metodológico, que as limitações de acesso impostas pelo modelo socioeconômico que vivemos não inclui a todos, como tampouco o fez em sua história. Esta, por sua vez, nos mostra que a pessoa surda, assim como os demais grupos em situações minoritárias, foi relegada de seu espaço social, do acesso à direitos básicos, excluído ou escondido. Além da deficiência, a questão de gênero acentua as desigualdades. Ser mulher e ser surda é uma dupla condição de exclusão, conforme relatos observados nessa pesquisa.

Desse modo, a conclusão a que chegamos, ao analisar como as políticas linguísticas garantem o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança às mulheres surdas, mostra que ainda não conseguimos alcançar e garantir o mínimo a elas. As histórias se repetem e se cruzam, e o sonho delas se resume em uma palavra – AUTONOMIA.

Autonomia de chegar em um serviço de atendimento e ser compreendida. Autonomia para levarem seus filhos ao médico. Autonomia para chegar na escola e poder participar da reunião e do dia da família, podendo ter acesso às informações. Autonomia para buscarem ajuda se passarem por algum tipo de violência.

É possível observar que a perspectiva patológica fere direitos e evidencia o posicionamento da maioria social, que compreende que o surdo necessita ser medicado, que por

não falar acaba sendo intelectualmente inferior e, consequentemente, intensifica a desvalorização da identidade de sujeitos que buscam ter seu espaço reconhecido. Centraliza-se e responsabiliza-se o "problema" no indivíduo. À época do oralismo representa essa responsabilização, o surdo precisa aprender a falar para se encaixar socialmente, precisava de intervenções para que sua diferença ficasse "escondida".

Quando passam a ver o surdo enquanto sujeito de língua, cultura e identidade própria, seus horizontes ampliam-se socialmente, e passam a ser vistos em espaços que antes não o caberiam. Conforme destacamos na pesquisa, a linguagem é instrumento de organização da consciência e da cultura, logo, todas as línguas devem ser valorizadas para a inserção social do sujeito. Se no Brasil há mais de 200 línguas, a do surdo é uma delas e não pode ser difundida apenas entre os seus, mas é premente e necessário que o Estado promova a difusão da língua, por meio do incentivo à criação de cursos e garanta nos espaços públicos a presença do intérprete de Libras.

Hoje vemos surdos em todos os lugares em diferentes profissões como artistas, atores, arquitetos, professores, veterinários, enfermeiros e foi por meio da sua língua que conquistaram esses espaços. É por isso que políticas públicas e políticas linguísticas importam para que seja possível a garantia de direitos, para que tenham diversificação de oportunidades, e a educação é o caminho!

O fato é que, através das histórias das protagonistas desta pesquisa percebemos que o caminho a ser percorrido ainda é longo e árduo. Nenhuma passou pelo seu processo educacional sem sofrimentos, pelo contrário tiveram que batalhar todos os dias para se formarem. Suas mães precisaram mover mundos para que suas filhas pudessem ter uma educação que respeitassem a sua língua e sua cultura. No entanto das três principais áreas exploradas neste trabalho a educação é a única que ainda consegue garantir parcialmente a acessibilidade. Dizemos parcialmente, pois não é somente colocando o intérprete de libras em sala de aula que o acesso fica garantido, precisamos rever os métodos de ensino, as formações dos professores, e a perspectiva que a educação de surdos se encaixa.

Essa preocupação inicia-se lá depois do teste de orelhinha, quando a família descobre que seu filho é surdo, o acolhimento precisa ser revisto, as possibilidades que são dadas aos pais precisam ser revistas, a formação dos profissionais da saúde que trabalham com pessoas surdas precisa ser revista. Eu vou apresentar e estigmatizá-la pela sua patologia? Ou eu vou mostrar a ela um mundo de possibilidades? Aos pais acolhimento, possibilidades, diferentes

caminhos que podem ser seguidos, perspectivas diferentes que podem viver com seu filho. Mas não, não podemos colocarmos em uma caixa – a caixa da hegemonia.

Por fim, o Estado que deve garantir que a lei seja cumprida, mas não a cumpre, considerando a estruturação de uma série de leis que mostram o quanto a sociedade brasileira avançou no campo das ideias, mas não da aplicação das leis, ora criadas. Conforme a pesquisa nos mostrou, nos últimos 25 anos há leis para os surdos. Um tempo recente, quando observamos que o Surdo existe na sociedade como qualquer outro sujeito. Não é apenas em escolas especializadas que o reconhecemos. O surdo e no caso desta pesquisa, da mulher Surda, é na sociedade que se revela sujeito, é cidadão, vive e modifica seus espaços.

Esta pesquisa abre espaço de debate, no sentido de se colocar como uma oportunidade de mostrar que, por meio da produção acadêmica, é possível mostrar as fragilidades de um Estado que constitucionalmente é democrático, com leis que garantiriam o acesso a todos, mas não o faz. O compromisso social desta pesquisa se vislumbra como a possibilidade do sujeito surdo mostra-se como pessoa humana, detentora de direitos sociais. Mostrar as fragilidades, os limites e a negação da autonomia das mulheres Surdas é a principal contribuição deste trabalho.

Quanto à interpretação nos espaços de prestação de serviços públicos, ainda falta a compreensão do poder público sobre a importância da acessibilidade, como também o entendimento da função que um Intérprete de Libras deve exercer nesses casos, bem como a formação necessária para uma atuação de qualidade e coerente para cada situação. Essa função não pode ser da responsabilidade de um familiar ou de qualquer pessoa que possa compreender a vítima, o trabalho de interpretação é complexo e requer muita responsabilidade, principalmente na área jurídica.

Por fim, concluímos que a linguagem é fator essencial para vida humana, e a partir dela se constrói saberes, identidade e cultura. Ao escolheremos o fundamente teórico metodológico do materialismo histórico-dialético, ressaltamos seu potencial de análise, transformador, de superação das desigualdades que marcam o seio da sociedade. Isso tem relação direta com essa pesquisa, pois consolida a linguagem da pessoa surda, como forma de autonomia, mas que como vimos, ainda é limitada e pouco acessível aos que dela precisam, tanto para aprendê-la quanto para usá-la. O Brasil enquanto país multilíngue precisa levar em consideração a diversidade, pois é reconhecendo os aspectos comunicacionais que conseguiremos garantir o acesso aos diferentes serviços públicos.

REFERÊNCIAS

Arnoux, E. N. de, & Bein, R. Hacia una historización de las políticas de enseñanza de lenguas. *In*: E. N. de Arnoux & R. Bein (Orgs), **Política Lingüística y Enseñanza de Lenguas Biblos.** p. 13-50, 2015.

ALMEIDA, M. H. N.; VIZZOTTO, L. Estado do Conhecimento sobre a acessibilidade da pessoa surda nas áreas do conhecimento – Capes (2006-2022). **Anais da ANPEd** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Manaus, 2023. Disponível em: https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_44_32. Acesso em: 28 set. 2023.

BACELLAR, A. (1926). **A surdo mudez no Brasil (cadeira de hygiene)** Rio de Janeiro: INES, 2013. (Série Histórica. v. 6.)

BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Prefácio de Roman Jakobson. Apresentação de Marina Yaguello. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. Notas da edição russa de Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BENVENUTO, Andrea. O surdo e o inaudito. À escuta de Michel Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter. (Orgs). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 227-246, 2006.

BIANCHETTI, L; FREIRE I, (Orgs). **Um olhar sobre a diferença**: interação, trabalho e cidadania. Campinas: papiros, 2006.

BRASIL**. Constituição (1998).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. Brasil, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

CAPOVILLA, F. C. **Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo**. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 6, n. 1, p. 99-116. 2000.

COELHO, Izete Lehmkuhl *et al*. Sociolinguística 6º [et al.]. – Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2012.

COPPETE, M. C. FLEURI, R, M, STOLTZ, T. **Educação para a diversidade numa perspectiva intercultural.** Revista Pedagógica, Chapecó, v.1, n.28, p. 231- 262. jan/jun. 2012.

COSTA, Marli Marlene Moraes da, SOARES, Etyane Goulart**. Biopolítica e controle dos corpos femininos: um debate sobre maternidade compulsória e aborto**. Revista Húmus, vol. 12, num. 35, p. 369 -386, 2022

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FALCONE, Patrícia Hernandes Chaves. Identificação na constituição subjetiva de surdos: memórias de uma infância. Surdez subjetividades em pauta. Org Lilian Cristine ribeiro nascimento. Mercado das letras, 2023. Campinas

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução coletivo Sycorax, 2. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

FIDALGO, Sueli Salles. **A linguagem da Exclusão e Inclusão Social na Escola**. Ed. Unifesp. 2021

FRANÇA, Fabiane Freire. **"O que os pais vão falar?" Gênero, sexualidade e círculos dialógicos com educadores**. Maringá: Editora Eduem, 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GESSER, Audrei. **Libras que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Editora Parábola, 2009.
GOLDFELD, Marcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 5. ed. São Paulo: Editora Plexus, 2002.
GRIGOLETO, Evandra. A Noção de Sujeito em Pêcheux: uma Reflexão acerca do Movimento de Desidentificação. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, n.1, junho, 2005, p. 61-67.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisas qualitativa. In: Minayo, M. C. S et al. (org). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. IV, p. 67-79.

HORA, Mariana Marques da. **Pessoas surdas e judiciário: (in)acessibilidade e direitos linguísticos no TJPE e TJCE.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, p. 153. 2020.

JESUS, W. F. Alto lá! Uma nova ordem é possível: contribuições do materialismo histórico à pesquisa e as políticas em educação. *In*: CUNHA, C.; SOUSA, J. V.; SILVA, M. A. (Org.). O método dialético na pesquisa em educação. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 227-261.

LACERDA, Cristina B.F. de; **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LACERDA, Cristina B. F. de**. Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 7. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015.

LADDY, Paddy. **Em busca da surdidade 1:** colonização dos Surdos. Tradução Mariani Martini. Lisboa: Surd'Universo, 2013.

LAGARES, Xóan Carlos. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos.** 1.ed. Editora Parábola, São Paulo, 2018.

LESSA, Patrícia. **Mulheres à venda**. Londrina: Eduel, 2005.

LESSA, Patrícia. **Amor e Libertação em Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Editora Entremares, 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

MARTIN, Emily. A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução. Tradução Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. S *et al*. (org). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap. I, p. 9-29.

Miranda, Wilson. Comunidade dos surdos: olhares sobre os contatos culturais. 2001. Dissertação de mestrado em Educação. ufrg/ faced. Porto alegre 2001.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento:** teoria e prática. Curitiba: CRV. 2021

OLIVEIRA, Natália Cristina de; OLIVEIRA, Luiz Antônio de; SANTOS, João Marcos Vitorino dos. O materialismo histórico e suas categorias de análise: algumas considerações. Disponível em: http://primitivomoacyr.weebly.com/uploads/8/6/9/0/8690987/o_materialismo_histrico_e_suas_categorias_de_anlise.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

ORIGUELA, Daniella Avellaneda. **Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro.** TradTerm. São Paulo, v.23, setembro de 2014, p. 225-240. acesso em: https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/85578/88366

OUSTINOFF, Michaël. Tradução: história, teorias e métodos. São Paulo: Editora Parábola, 2011.

PEREIRA, M. C. P. Interpretação interlíngue: As especificidades da interpretação de língua de sinais. Cadernos de Tradução, Florianópolis, v. 1, n. 21, p. 135-156, 2008. Disponível em:

https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2008v1n21p135/7587. Acesso em: 06 jan. 2024.

PERLIN, Gladis Teresinha**. História dos Surdos**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.

PERLIN, Gladis Teresinha. In. Thoma, Adriana da S.; LOPES, Maura Corcini (orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PERLIN, Gladis Teresinha**. Estudo Surdos II.** Petrópolis: Arara Azul, 2007, p. 86-99.

PICANÇO, Deise Cristina de Lima. Diversidade e ideologia linguística no Brasil: análise de um livro didático de língua portuguesa como língua nacional. **Revista digital de Políticas Linguísticas.** Córdoba, v.17, dez. 2022.

QUADROS, Ronice Müller de. **O Tradutor Intérprete de Língua de sinais e língua portuguesa**/ Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2007. 2ºed.

RIBEIRO, Jéssica Akemi Kawano. **A identidade e a autonomia da mulher surda**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Florianópolis, 2017.

RIBEIRO, R. R. BERTONHA, G. CASTRO, N, J. Políticas linguísticas voltada para surdos no Brasil: reflexões sobre os domínios familiar e escolar. **Revista Gatilho**. Juiz de Fora, v.18, n.1 p. 211-230, out. 2020.

ROCHA, Solange. O INES e a educação de surdos no Brasil. Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Vol. 1. Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. A noção de direitos linguísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. **Revista Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, UNICAMP n.42 p. jul.-dez 2018

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. Contribuições do método materialista histórico-dialético. *In*: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados. 2014. p. 131.

SANTOS, Silvana Aguiar dos; POLTRONIERE-GESSNER, Aline Vanessa. **O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à justiça**. Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal, Brasília, v. 1, n. 1, 2019, p. 69/84

SCHLESENER, A. H, Marxismo e educação: limites e possibilidades do conceito de emancipação. In: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. Marxismo (s) e educação. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2016. p. 39- 62.

SCHLESENER, A. H, Marxismo e educação: limites e possibilidades do conceito de emancipação. In: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. Marxismo (s) e educação. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2016. p. 39- 62

SHMITT, Dionísio. Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

STROBEL, Karin. História e educação de surdos. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf

SOUTO, Bárbara Figueiredo**. Mulheres e Imprensa no século XIX. Projetos feministas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires.** Belo Horizonte. Editora Luas, 2022.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**, 1996.

APÊNDICE A – TEMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DE PESQUISA

Prezada Participante,

Convidamos você para participar da pesquisa que resultará na dissertação de mestrado e artigos científicos de pesquisa, cuja temática se constitui da discussão e reflexão sobre "**"O acesso de mulheres surdas aos serviços públicos em Santa Catarina: políticas linguísticas para emancipação"**. O objetivo geral do estudo proposto é "Analisar como as políticas linguísticas garantem o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança às mulheres surdas". Seu nome não será identificado nesta pesquisa e serão tomadas providências para que sua participação esteja condicionada ao seu consentimento e garantidos seus direitos fundamentais.

Este projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC- Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico: cepsh@ifc.edu.br.

O convite às participantes acontecerá por e-mail, com o link do endereço eletrônico, enviado na forma de lista oculta. Antes de responder as questões do questionário semiestruturado, entrevista individual/coletiva semiestruturada ou grupo focal, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir a anuência dos(as) participantes da pesquisa. Será importante às participantes da pesquisa, guardar em seus arquivos, uma cópia do documento eletrônico.

Nos casos em que o consentimento livre e esclarecido for registrado por escrito, uma via, assinada pelo participante e pelo pesquisador responsável, será entregue ao participante da pesquisa. Os dados da pesquisa serão mantidos em arquivo, físico ou digital, sob guarda e responsabilidade do pesquisador responsável, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

Será garantido à participante da pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. A participante da pesquisa terá acesso ao teor do conteúdo do instrumento de coleta de dados (roteiro de questionário semiestruturado; roteiro de entrevista individual/coletiva semiestruturada ou roteiro de grupo focal) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão da sua participação. A participante da pesquisa terá acesso às perguntas somente depois de afirmar o seu consentimento. A participante da pesquisa será convidada a participar e, caso concorde em participar, será considerada anuência quando responder ao questionário/formulário, entrevista individual/coletiva semiestruturada ou grupo focal. Será assumido os custos diretos e indiretos da pesquisa, pelo uso de ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso ou já de propriedade do pesquisador.

Objetivo Geral:
Analisar como as políticas linguísticas garantem o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e segurança às mulheres surdas.
Objetivos Específicos:
Identificar as políticas linguísticas federais e estaduais.
Mapear documentos legais que viabilizem os direitos de acesso aos serviços públicos às mulheres surdas.
Discutir as políticas linguísticas enquanto garantia de acesso e emancipação das mulheres surdas no estado de Santa Catarina

Adotamos para o estudo a abordagem de pesquisa qualitativa, com viés analítico, descritivo e interpretativo. A presente pesquisa está sendo desenvolvida entre os meses de março de 2022 a dezembro de 2023 e está dividida em três fases principais: a) fundamentação teórica sobre as temáticas abordadas b) estudo de campo por meio da realização de questionário semiestruturado online (via google forms) e entrevistas individuais/coletivas semiestruturadas ou grupos focais (presenciais ou virtuais); c) transcrição e tratamento dos dados, apresentação e discussão dos dados organizados em relatório e artigo científico.
Para estruturar e fundamentar os conteúdos, realizaremos um aprofundamento teórico-bibliográfico e documental das temáticas que permeiam a pesquisa. Analisaremos, à luz das relações de gênero, de que forma estas estão

dispostas em documentos institucionais do IFC como: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), Organização Didática (OD) e Projeto Pedagógico de Curso Superior (PPCS) dos cursos de licenciatura.
Quanto aos procedimentos de coleta de dados junto às estudantes das licenciaturas do IFC, utilizaremos as técnicas de aplicação de questionário semiestruturado on-line, entrevistas semiestruturadas individuais/coletivas ou grupos focais. As entrevistas ou grupos focais poderão ser on-line ou presenciais, a depender da viabilidade e do retorno dos questionários aplicados na fase inicial.
O questionário semiestruturado on-line será construído utilizando a ferramenta Google Forms e sendo enviado através dos endereços de e-mails das coordenações dos cursos de licenciatura, bem como a partir de outras vias disponíveis. O questionário abordará questões sobre o perfil socioeconômico das estudantes, o entendimento das mesmas sobre as relações de gênero e as experiências de seus processos formativos enquanto mulheres nos cursos de licenciatura do IFC.

A referida pesquisa se propõe realizar questionário semiestruturado online e entrevistas individuais/coletivas semiestruturadas ou grupos focais, online ou presenciais, podendo assim ser considerados riscos o fato das coletas de dados provocarem algum tipo de desconforto (de ordem subjetiva), entre os quais podemos mencionar: invasão de privacidade; responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais; revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados; tomar o tempo para responder as perguntas do questionário semiestruturado online e das entrevistas individuais/coletivas semiestruturadas ou grupos focais. Nesses casos, as medidas/providências tomadas serão: a garantia do acesso aos resultados da produção de dados decorrentes da participação na pesquisa. Esta garantia ocorrerá por meio da disponibilização de forma impressa, digital e/ou adaptada, da tabulação dos questionários semiestruturado online em arquivo Excel, das transcrições das entrevistas individuais/coletivas semiestruturadas ou grupos focais e do texto do relatório final. A minimização de desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras. O(a) pesquisador(a) estará preparado(a) para a aplicação de técnicas de produção dos dados. Ficará atento(a) aos sinais verbais e não verbais de desconforto. O(a) pesquisador(a) garantirá a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras) caso sejam entregues pelos entrevistados. O(a) pesquisador(a) assegurará a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico/financeiro. Destacam-se também os possíveis riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Além disso, existem limitações dos pesquisadores para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação dos dados da pesquisa, portanto, serão tomadas todas as providências para a garantia da confidencialidade, deletando os registros de e-mail e dos dados em nuvem e armazenando adequadamente os dados coletados, conforme orientações do OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Quanto aos benefícios, a pesquisa poderá servir como referência para as discussões sobre gênero e aspectos sociais nos diversos cursos de licenciatura do IFC, bem como de outras instituições, permitindo assim, a criação de espaços e ações que busquem reduzir as condições de desigualdade.
Esperamos que os dados produzidos fortaleçam o debate nas dimensões político-sociais e educacionais em relação às desigualdades sociais, relações de gênero e formação docente. Por fim, queremos contribuir também no debate sobre a importância da manutenção e criação de políticas educacionais, a nível nacional e regional, que busquem promover a equidade social e de gênero nas licenciaturas.

Será garantido o acesso aos resultados da produção de dados decorrentes da sua participação na pesquisa. Esta garantia ocorrerá por meio da disponibilização de forma impressa, digital e/ou adaptada, da tabulação dos questionários semiestruturados online, das transcrições das entrevistas individuais/coletivas semiestruturadas ou grupos focais e do texto do relatório final.
As informações coletadas neste estudo serão armazenadas em uma base de dados acessível apenas ao(a) pesquisador(a) envolvido(a). Se as informações adquiridas a partir do questionário semiestruturado online, via google forms, das entrevistas individuais/coletivas semiestruturadas ou grupos focais forem publicadas, você não será nominalmente identificada, a menos que autorize tal publicação. Ao conceder as respostas, você autoriza o(a) pesquisador(a) responsável por este estudo a disponibilizar os dados ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense para fins de estudos científicos. Os(as) pesquisadores garantem a confidencialidade dos dados pessoais.
A sua participação nesta pesquisa não gerará remuneração ou custo.
Haverá garantia aos participantes de indenização e ressarcimento pelo eventual dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e você possui autonomia para desistir ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum, além de poder acessar o consentimento sempre que solicitado. A sua participação é fundamental para a construção de uma análise bem fundamentada sobre os impactos das relações de gênero nas experiências dos processos formativos de mulheres nos cursos de licenciatura do Instituto Federal Catarinense.
Os responsáveis pela condução da pesquisa são: o Professor Orientador e Pesquisador Dr. Alexandre Vanzuita do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense *Campus* Camboriú (SC) e a Mestranda do PPGE-IFC Caroline Champowski Corrêa. Os responsáveis mencionados estarão disponíveis para esclarecer qualquer dúvida sobre a minha participação neste estudo. Para maiores informações, é possível entrar em contato por meio do telefone número (47) 99775-4607 ou pelos endereços de e-mail: alexandre.vanzuita@ifc.edu.br e caroline.champowski@gmail.com. Eu li as informações acima e ao CLICAR NO ACEITE, concordo em participar desta pesquisa e afirmo ter recebido AUTOMATICAMENTE O LINK PARA IMPRESSÃO do TCLE.

Campo para assinatura em caso presencial do participante:
Eu, _____, no dia _____ de _____ (mês) , de 20__, li este documento e obtive do pesquisador todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade em permitir a citação e divulgação das opiniões e percepções relativas ao objeto de estudo da presente pesquisa, mantendo o sigilo de nomes e pormenores pessoais.

_____ (cidade), _____ de _____de 20__.
_____ (assinatura)

Campo para assinatura em caso presencial dos pesquisadores

Eu, Liane Vizzoto, no dia _____ de _____ (mês), de 20__, comprometo-me a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa, mantendo o sigilo de nomes e pormenores pessoais. Dato e assino abaixo.

Camboriú, ___ de _____de 20__.

Eu, Maria Helena Nunes Almeida, no dia _____ de _____ (mês), de 20__, comprometo-me a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa, mantendo o sigilo de nomes e pormenores pessoais. Dato e assino abaixo.

Camboriú, ___ de _____de 20__.

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INDIVIDUAL/COLETIVA OU GRUPO FOCAL PARA A PESQUISA "O ACESSO DE MULHERES SURDAS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM SANTA CATARINA: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA EMANCIPAÇÃO"

Esta ferramenta de entrevista individual/coletiva ou grupo focal será aplicada às mulheres surdas, maior idade, que utiliza a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação, moradoras do estado de Santa Catarina nos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. A entrevista será realizada de forma presencial e/ou online via *Google Meet* conforme a disponibilidade e a necessidade de cada entrevistada. Elas serão contatadas a partir dos meus contatos e relações na comunidade surda, sendo convidadas através de mensagens em aplicativos de smartphones. Antes de responder às questões do roteiro, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para garantir a anuência das participantes da pesquisa. Será importante, às participantes da pesquisa, guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico ou físico. Será garantido às participantes da pesquisa o direito de não responder qualquer pergunta, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. As participantes da pesquisa terão acesso ao teor do conteúdo do instrumento de coleta de dados (entrevista individual/coletiva ou grupo focal) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão da sua participação. As participantes da pesquisa terão acesso às perguntas somente depois que tenham dado o seu consentimento. As participantes da pesquisa serão convidadas a participar e, caso concordem em participar, será considerado anuência quando aceitar participar da pesquisa. Será assumido os custos diretos e indiretos da pesquisa, pelo uso de ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso ou já de propriedade dos pesquisadores.

Observações importantes:

- NENHUMA das perguntas são de resposta obrigatória, garantindo às participantes a possibilidade de não responderem questões em que não se sentirem confortáveis.
- Em caso de entrevista coletiva ou grupo focal, cada participante terá o mesmo tempo para responder as perguntas, sendo uma de cada vez.

- O diálogo será conduzido pela pesquisadora responsável diretamente em Língua Brasileira de Sinais, não havendo a necessidade de intérprete de Libras para a mediação da comunicação.

Momento de abertura pela pesquisadora responsável: Obrigada pela disposição em participar(em) da pesquisa. Me apresentarei e falarei das minhas experiências e as motivações que me levaram a pesquisar a temática. Conduzirei um momento de apresentação das participantes, em caso de entrevista coletiva ou grupo focal.

Perguntas:

1ª parte

1. Idade (data de nascimento)
2. Naturalidade
3. Onde reside atualmente?
4. Raça/Cor
5. Religião
6. Estado civil
7. Escolaridade
8. Tem filhos/as? Se sim, quantos/as?
9. Você mora com quem?
10. Sua família sabe língua de sinais? Como você interage com eles?
11. Profissão
12. Onde você trabalha?
13. Na função que você exerce no seu trabalho, você precisa de intérprete para exercê-la?
14. Como você se identifica?
15. Como você identifica o seu nível de conhecimento da Libras?

2ª parte

16. Sobre o seu acesso aos espaços públicos, com que frequência você utiliza esses espaços?
17. Como foi sua escolaridade básica? Estudou em escolas especiais ou regulares? Públicas ou privadas?
18. Existia acessibilidade durante sua educação básica? Enfrentou dificuldades?
19. Se você tem filhos como você acessa esse serviço?

20. Tem intérprete durante as reuniões ou nas secretarias?
21. Sobre o atendimento no contexto da Saúde, você utiliza SUS, particular ou os dois?
22. Com qual frequência você utiliza as Unidades Básicas de Saúde? Ou hospitais?
23. Nos seus atendimentos você teve acessibilidade durante as consultas/ atendimentos?
24. Se você tem filho, você teve o acompanhamento de intérprete de Libras durante pré-natal e parto?
25. Você poderia falar um pouco sobre sua experiência nestes espaços, suas dificuldades? Quem te acompanha? Quais barreiras você encontra nesses lugares?
26. Como você se sentiria se tivesse intérprete nesses espaços?
27. Sobre o atendimento na área da Segurança Pública, quais serviços você já precisou utilizar?
28. Durante esses atendimentos você teve o acompanhamento de intérprete de Libras?
29. Você conhece a Lei Maria da Penha?
30. De uma forma geral quais são suas maiores dificuldades no dia a dia?

3ª parte

31. Você percebe alguma barreira relacionada a questão de gênero? Se sim, quais?
32. Para você, o que é empoderamento? Você se considera uma pessoa empoderada, protagonista da sua história?
33. Sugestões que você acha pertinente em como facilitar o seu acesso nos espaços públicos?
34. Deseja receber o resultado da pesquisa?

Muito obrigada por participar da pesquisa! Esperamos que o estudo desenvolvido possa auxiliar para reflexões críticas sobre a realidade vivenciada pelas mulheres surdas ao acessarem aos serviços públicos de Santa Catarina. Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento.